

Uma publicação do



RMC, Revista Mineira de Contabilidade,  
Belo Horizonte, v. 18, n. 3, Set./Dez. de 2017  
<http://revista.crcmg.org.br>  
ISSN: 2446-9114

# RMC

Revista Mineira de Contabilidade  
*Journal of Accounting of Minas Gerais*

Lago dos Encantos – Boa Esperança / MG

**Divulgação de acidentes ambientais no Brasil: uma análise a partir de notícias de jornais de grande circulação**

**Impairment no goodwill: evidenciação contábil das empresas do 'Novo Mercado'**

**Excesso de confiança e otimismo sobre a estrutura de capital de firmas**

**brasileiras com diversidade no Conselho de Administração**

**Contabilidade ambiental: um estudo sobre a percepção dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis da Cidade de Maceió (AL)**

**Influência das variáveis de gestão econômico-financeira na governan-**

**ça corporativa das companhias listadas na BM&FBovespa**

**Dez anos da produção científica da área temática educação e pesquisa em contabilidade publicada na AnpCONT**

**Expectativas dos ingressantes e grau de satisfação dos concluintes de um curso de graduação em Ciências Contábeis**

**REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE**

Periodicidade quadrimestral  
Volume 18, n° 3, Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro de 2017  
ISSN 2446-9114

**CRCMG**

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais  
Rua Cláudio Manoel, 639 – Funcionários - Cep 30140-100  
BH/MG – Tel: (31) 3269-8400 - E-mail: [rcrcmg@crcmg.org.br](mailto:rcrcmg@crcmg.org.br)

**Edição:** Fernanda Oliveira – MG 06296 JP

**Redação:** Déborah Arduini – MG 15468 JP

**Assistente Editorial:** Suélen Teixeira de Paula

**Revisão de Língua Portuguesa:** Geraldo Magela de Faria

**Revisão de Língua Inglesa:** Sergio Murilo Detalond

**Diagramação:** Propagare Comercial Ltda.

**Capa:** Adriano de Oliveira

**E-mail:** [revista@crcmg.org.br](mailto:revista@crcmg.org.br)

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. As matérias desta revista podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

**CORPO DIRETIVO****Presidente do CRCMG**

Rogério Marques Noé, Brasil

**Comitê de Política Editorial**

Prof. Dr. Ilirio José Rech, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil; Prof. Dr. José Elias Feres de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil; Prof. Dr. Josediton Alves Diniz, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil; Prof. Dr. Manoel Raimundo Santana Farias, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil; Prof.ª. Dra. Kelly Cristina Múcio Marques, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil; Prof.ª. Dra. Sheizi Calheira Freitas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

**Editor**

Prof. Dr. Gilberto José Miranda, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

**Editores Adjuntos**

Prof.ª. Dra. Náibia de Araújo Santos, Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil; Prof.ª. Dra. Rosimeire Pimentel Gonzaga, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil; Prof.ª. Dra. Edvalda Araújo Leal, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil; Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva, Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (CEUNIH), Brasil

**Corpo Editorial Científico**

Prof.ª. Dra. Patrícia De Souza Costa, Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Brasil; Prof.ª. Dra. Xiomara Esther Vásquez Carrazana, Universidade de Granada, UDG, Cuba., Cuba; Prof.ª. Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil; Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil; Prof. Dr. Valcemiro Nossa, FUCEAPE Business School, Brasil; Prof. Msc. Renato Ferreira Leitão Azevedo, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), Brasil & University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC), EUA.; Prof.ª. Dra. Vilma Geni Slomski, FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Brasil

**Avaliadores Ad Hoc**

Prof. Dr. Alan Teixeira de Oliveira; Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira; Prof. Dr. Daniel Ramos Nogueira; Prof. Dr. Emanuel Marcos Lima; Prof. Dr. Geraldo Alemandro Leite Filho; Prof. Dr. Ilirio José Rech; Prof. Dr. Janser Moura Pereira; Prof. Dr. Josediton Alves Diniz; Prof. Dr. Lucimar Antônio Cabral de Avila; Prof. Dr. Luiz Antonio Abrantes; Prof. Dr. Luiz Panhoca; Prof. Dr. Marcelo Marchine Ferreira; Prof. Dr. Mariano Yoshitake; Prof. Dr. Miguel Carlos Ramos Dumer; Prof. Dr. Nilton Cezar Carraro; Prof. Dr. Odilanei Moraes dos Santos; Prof. Dr. Paulo Cesar de Melo Mendes; Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima Filho; Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Malaquias; Prof. Dr. Sandro César Bortoluzzi; Prof. Dr. Vagner Antônio Marques; Prof. Dr. Wagner de Paulo Santiago; Prof. Dr. Walmer Faroni; Prof. Msc. Anderson de Oliveira Reis; Prof. Msc. Danilo Lacerda Borges; Prof. Msc. Edilei Rodrigues de Lames; Prof. Msc. Eduardo Mendes Nascimento; Prof. Msc. Elizio Marcos dos Reis; Prof. Msc. Everton Alain de Melo; Prof. Msc. Fabricio Afonso de Souza; Prof. Msc. Hudson Soares Moreira; Prof. Msc. Hugo Dias Amaro; Prof. Msc. Juliano Almeida de Faria; Prof. Msc. Neirlaine Silva de Almeida; Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva; Prof. Msc. Rafael Borges Ribeiro; Prof. Msc. Reiner Alves Botinha; Prof. Msc. Renato Ferreira Leitão Azevedo; Prof. Msc. Samuel de Paiva Naves Mamede; Prof. Msc. Sandro Ângelo de Andrade; Prof. Msc. Thalysnon Renan Bitencourt Machado; Prof.ª. Dra. Renata Turola Takamatsu; Prof.ª. Dra. Aline Barbosa Miranda; Prof.ª. Dra. Erika Monteiro de Souza E Savi; Prof.ª. Dra. Kelly Cristina Múcio; Prof.ª. Dra. Lara Cristina F de A. Fehr; Prof.ª. Dra. Lísia de Melo Queiroz; Prof.ª. Dra. Lívia Maria de Pádua Ribeiro; Prof.ª. Dra. Lucinéia Chiarelli; Prof.ª. Dra. Márcia Athayde; Prof.ª. Dra. Márcia Bianchi; Prof.ª. Dra. Marília Nascimento; Prof.ª. Dra. Marlene Welter; Prof.ª. Dra. Marli Auxiliadora Silva; Prof.ª. Dra. Mayla Cristina Costa; Prof.ª. Dra. Patrícia de Souza Costa; Prof.ª. Dra. Romina Batista de Lucena Souza; Prof.ª. Msc. Ana Carolina Vasconcelos Colares; Prof.ª. Msc. Bruna Camargos Avelino; Prof.ª. Msc. Camilla Soueneta Nascimento N'ganga; Prof.ª. Msc. Claudia Xavier Cavalcante; Prof.ª. Msc. Diane Rossi Maximiano Reina; Prof.ª. Msc. Elubian de Moraes Sanchez; Prof.ª. Msc. Josilene da Silva Barbosa; Prof.ª. Msc. Juliana Gonçalves de Araújo; Prof.ª. Msc. Maria Elisabeth M. C. Andrade; Prof.ª. Msc. Mônica Aparecida Ferreira; Prof.ª. Msc. Renata Luciana dos Reis Magalhães; Prof.ª. Msc. Tamires Sousa Araújo; Prof.ª. Msc. Vanessa Ramos da Silva; Prof.ª. Msc. Vivian Duarte Couto Fernandes.

**CONSELHO DIRETOR 2016/2017****Presidente**

Rogério Marques Noé

**Vice-Presidente de****Administração e Planejamento**

Antônio de Pádua Soares Pelicarpo

**Vice-Presidente de Ética e Disciplina**

Mário Lúcio Gonçalves de Moura

**Vice-Presidente de Fiscalização**

Vidigal Fernandes Martins

**Vice-Presidente de Registro**

Mário César de Magalhães Mateus

**Vice-Presidente de Controle Interno**

Alexandre Bossi Queiroz

**Vice-Presidente de****Desenvolvimento Profissional**

Simone Maria Claudino de Oliveira

**Vice-Presidente de****Relacionamento Institucional**

Jairo Marques Lopes Bahia

**Conselheiros Efetivos**

Alencar Pereira da Costa

Alexandre Bossi Queiroz

Andrezza Celia Moreira

Antonio Baão de Amorim

Antonio de Pádua Soares Pelicarpo

Carlos Alberto de Carvalho Júnior

Célio Nério Pavião

Celso Guimarães da Costa

Diógenes de Sousa Ferreira

Eduardo Lara e Silva

Edvar Dias Campos

Geraldo César Frutuoso Guimarães

Hilda Ramos Porto

Jairo Marques Lopes Bahia

Janilton Marcel de Paiva

José Athié Campos Cruz

Manoel Rodrigues Neto

Marcos de Sá Goulart

Maria da Conceição Barros de Rezende

Mário César de Magalhães Mateus

Mário Lúcio Gonçalves de Moura

Mauro Sérgio de Melo

Oscar Lopes da Silva

Otorino Neri

Patricia Vasconcelos de Jesus

Paulo Cezar Santana

Rogério de Souza Girardelli

Rogério Marques Noé

Romeci Rodrigues dos Santos

Rosa Maria Abreu Barros

Sandro Ângelo de Andrade

Sérgio Dias Bebiano

Simone Maria Claudino de Oliveira

Valmir Rodrigues da Silva

Vidigal Fernandes Martins

Walter Roosevelt Coutinho

**Conselheiros Suplentes**

Adelson Batista Magalhães Filho

Alexandre Queiroz de Oliveira

Azenite Almeida Reis

Benedito Torres

Berenice Pereira Sucupira

Bianor da Silva Cunha

Cesar Augusto de Barros

Cleber Teixeira

Daniel Gerhard Batista

Edmarcos Braga dos Santos

Edna Mendes Hespagnol Costa

Eduardo Heleno Valadares Abreu

Filemon Augusto Assunção de Oliveira

Geordani Patricia de Freitas

Gideão José Pinto Oliveira

Irene Correa da Rocha Reis

Janir Adir Moreira

Jens Erik Hansen

Leonardo Luiz dos Santos

Luiz Gilberto de Paula

Marcos Antônio Rocha

Marcos José Faria

Maria Inês Lara Silva

Marta Maria Guerson Ferreira

Nelson Canedo de Magalhães

Regina Gomes dos Santos

Regina Lopes de Assis

Renata Wanderley Pereira

Ronaldo Maciel Dutra

Sebastião Cruvinel Fonseca

Walter Coelho de Moraes

Revista Mineira de Contabilidade. Ano 1, n. 1, 3º Trimestre, 2000.

Belo Horizonte: Conselho Regional de Contabilidade de MG.

Trimestral

ISSN 1806-5988

2 – Contabilidade – Periódico

CDU657 (051)

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet no sistema SEER, disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização. A RMC está utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) como meio de gerenciamento do periódico. O Sistema Eletrônico de Editoração (SEER) foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade British Columbia do Canadá, tem como objetivo dar assistência à edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação on-line e sua indexação. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/>  
© Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – 2016

## Editorial

Prezados leitores,

Apresentamos a terceira edição de 2017 da Revista Mineira de Contabilidade, cuja missão é divulgar a produção de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos na área contábil.

O primeiro artigo, intitulado **Divulgação de Acidentes Ambientais no Brasil: uma Análise a partir de Notícias de Jornais de Grande Circulação**, de autoria de Luiza Marques Borges, Janaína da Silva Ferreira e Suliani Rover, analisa como as empresas que causaram impactos ambientais noticiados em jornais de grande circulação divulgam suas informações ambientais.

Os autores do segundo trabalho, Daniel Aparecido Cardoso Gomes, Wagner de Paulo Santiago, Izael Oliveira Santos e Mônica Nascimento e Feitosa, avaliam como as empresas estão procedendo quanto às exigências de divulgação do Impairment no Goodwill, definidas no CPC 01 (R1), no artigo **Impairment no Goodwill: Evidenciação Contábil das Empresas do “Novo Mercado”**.

Thiago Bruno de Jesus Silva, Paulo Roberto da Cunha e Rafael Ferla são os autores do artigo **Excesso de Confiança e Otimismo sobre a Estrutura de Capital de Firms Brasileiras com Diversidade no Conselho de Administração**, cujo propósito central foi analisar a influência da confiança excessiva e otimismo gerencial sobre a estrutura de capital de firmas brasileiras aderentes à diversidade no conselho de administração.

O quarto trabalho, dos autores Gesualdo Menezes Cavalcante, Sheila Mirian Barbosa Israel, Márcio Mateus Ferreira de Aquino e Alessandra Carla Ceolin, intitulado **Contabilidade Ambiental: Um Estudo Sobre a Percepção dos Estudantes de Graduação em Ciências Contábeis da Cidade de Maceió (AL)**, analisa o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em contabilidade em relação ao conhecimento sobre contabilidade ambiental.

Francisco Felipe da Silva, Égon José Mateus Celestino, Clayton Levy Lima de Melo e Anderson Luiz Rezende Mól avaliam questões relativas à gestão e governança corporativa no artigo **Influência das Variáveis de Gestão Econômico-Financeira na Governança Corporativa das Companhias Listadas na BM&FBovespa**.

O autor do sexto trabalho, Henrique César Melo Ribeiro, apresenta as publicações na área educacional, no artigo **Dez Anos da Produção Científica da Área Temática Educação e Pesquisa em Contabilidade Publicada na ANPCONT**.

Por fim, com o propósito de avaliar a percepção de alunos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de Santa Catarina, Elize Regina Alflen, Ana Paula de Mello e Zilton Bartolomeu Martins apresentam o artigo intitulado **Expectativas dos Ingressantes e Grau de Satisfação dos Concluintes de um Curso de Graduação em Ciências Contábeis**.

Deixamos nossos agradecimentos aos autores e avaliadores pelo cuidadoso e dedicado trabalho realizado e desejamos a todos excelente leitura!

*Prof. Dr. Gilberto José Miranda*

## Sumário

Divulgação de acidentes ambientais no Brasil: uma análise a partir de notícias de jornais de grande circulação .....	5
Impairment no goodwill: evidenciação contábil das empresas do ‘Novo Mercado’ .....	16
Excesso de confiança e otimismo sobre a estrutura de capital de firmas brasileiras com diversidade no Conselho de Administração .....	27
Contabilidade ambiental: um estudo sobre a percepção dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis da Cidade de Maceió (AL) .....	40
Influência das variáveis de gestão econômico-financeira na governança corporativa das companhias listadas na BM\$FBovespa .....	52
Dez anos da produção científica da área temática educação e pesquisa em contabilidade publicada na AnpCONT .....	65
Expectativas dos ingressantes e grau de satisfação dos concluintes de um curso de graduação em Ciências Contábeis .....	79



### Lago dos Encantos – Boa Esperança (MG)

A história do município de Boa Esperança começou no século XVIII, com o desbravamento dos faiscadores que, à procura do ouro, estabeleceram um povoado naquela região em 1778. Já em 1804, com a chegada do Padre Cleto, o povoado passa a se chamar Dores do Pântano.

Em 1813, o povoado tornou-se freguesia, tendo sido suprimido de seu nome a palavra Pântano, substituída por Boa Esperança. Passou, então, a denominar-se Dores da Boa Esperança, nome pelo qual foi conhecida até o ano de 1938, quando passou a chamar-se apenas Boa Esperança (por isso os esperancenses também são chamados de dorenses). Em 1866, a freguesia é elevada a Vila. E, finalmente, a emancipação chega em 15 de outubro de 1869, passando de vila a cidade.

Situada no sul de Minas Gerais, a 283 km da capital mineira, a cidade conta com 37.038 habitantes. Trata-se de um município agropastoril, em que a economia

gira em torno da produção de grãos, concentra e distribui bens e serviços para os municípios limítrofes.

Desde a criação do Lago de Furnas, em 1958, a cidade começou a crescer em seu entorno ganhando ares de cidade turística, passando a focar, também, o turismo.

O Lago dos Encantos (foto), ligado às águas de Furnas, é um dos pontos turísticos que dão um charme à cidade. O lago, bem patrimonial tombado por decreto municipal, é frequentado por moradores e visitantes que chegam em busca de passeios de lancha, de caiaque e de jet ski, entre outras atividades náuticas. No segundo domingo de março, a cidade comemora o Dia do Lago dos Encantos.

Outro ponto bastante frequentado pelos turistas é o Parque Estadual da Serra da Boa Esperança, área de preservação ambiental com quase seis milhões de hectares.

*Crédito da foto: Adriano de Oliveira*

# Divulgação de acidentes ambientais no Brasil: uma análise a partir de notícias de jornais de grande circulação

## *Disclosure of environmental accidents in Brazil: an analysis from news of large circulation newspapers*

O trabalho foi apresentado no II COGECONT – Congresso de Gestão e Controladoria da UnoChapecó promovido em Chapecó (SC) no período de 4 a 6 de setembro de 2017.

### RESUMO

A pesquisa teve por objetivo analisar como as empresas que causaram impactos ambientais noticiados em jornais de grande circulação divulgam suas informações ambientais. Para isso, foram selecionadas empresas por meio de notícias relacionadas a esses acidentes publicadas nos jornais Folha de São Paulo e Valor Econômico. Das 1.180 notícias verificadas entre os anos de 2000 a 2015, 1.027 compuseram a amostra final. A divulgação das questões ambientais pelas empresas foi apurada por meio das Demonstrações Financeiras Padronizadas, Notas Explicativas, Relatórios de Sustentabilidade, Balanço Social, Formulário de Referência, Relato Integrado e Relatório da Administração. O estudo classifica-se como descritivo e qualitativo. Inicialmente, a amostra compôs-se de treze empresas, contudo, dadas as limitações de acesso aos relatórios, a amostra final resultou em seis empresas, sendo elas: Cemig, Chevron Corporation, Petrobras Transpetro, Petróleo Brasileiro, Samarco Mineração e Ultracargo (Grupo Ultra). Dos resultados, percebeu-se que a maioria das empresas não divulga de forma clara e completa suas informações relacionadas aos acidentes ambientais. As informações contidas nas notícias dos jornais não apresentaram contrapartida nos relatórios, por exemplo, os valores dos acidentes ambientais mencionados nas notícias. Observou-se que, exceto pela empresa Samarco, as demais companhias não apresentaram informações contundentes dos danos ambientais, limitando-se a citá-los ou divulgando informações positivas sobre a empresa, apesar de naquele ano ter ocorrido o acidente. O artigo contribui ao verificar o posicionamento das empresas em relação à opinião dos *stakeholders*.

**Palavras-chave:** Impactos Ambientais. Acidentes. Multas Ambientais. *Disclosure*.

### ABSTRACT

*The research aims to analyze how the companies that caused environmental damages reported in newspapers of great circulation divulge their environmental information. Thus, some companies were selected through news related to these accidents published in the newspapers Folha de São Paulo and Valor Econômico. From 1.180 news items recorded between 2000 and 2015, 1.027 made the final sample. The disclosure of environmental issues by companies was determined through the Standardized Financial Statements, Explanatory Notes, Sustainability Reports, Social Balance Sheet, Reference Form, Integrated Report and Management Report. The study is classified as descriptive and qualitative. Initially, the sample comprised thirteen companies, however, given the limitations of access to company reports, the final sample resulted in six companies: Cemig, Chevron Corporation, Petrobras Transpetro, Petróleo Brasileiro, Samarco Mineração and Ultracargo (Ultra Group). From the results, it was noticed that most companies do not clearly and completely disclose their information related to environmental accidents. The information contained in the newspaper reports did not have a counterpart in the reports, such as the values of the environmental accidents mentioned in the news. It was observed that, except by the company Samarco, the other companies did not present conclusive information of the environmental damage, limiting themselves to only mentioning them or divulging positive information about the company, although in that year the accident have happened. The article contributes to verify the position of the companies in relation to stakeholders' opinion.*

**Keywords:** *Environmental Effects. Accidents. Environmental Fine. Disclosure.*

### Luiza Marques Borges

Graduada em Ciências Contábeis Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, Florianópolis, SC. CEP: 88040-900. E-mail: [lu\\_2009\\_4@hotmail.com](mailto:lu_2009_4@hotmail.com).

### Janaína da Silva Ferreira

Mestranda em Ciências Contábeis Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista da FAPESC com apoio da CAPES. Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, Florianópolis (SC). CEP: 88040-900. E-mail: [janix\\_17@msn.com](mailto:janix_17@msn.com).

### Suliani Rover

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, Florianópolis (SC). CEP: 88040-900. E-mail: [suliani.rover@ufsc.br](mailto:suliani.rover@ufsc.br).

## 1 INTRODUÇÃO

A veiculação de notícias sobre a exploração de recursos naturais e desastres ambientais não ocorre somente pelos canais formais da empresa, mas também por meio de jornais de grande circulação que buscam reportar aos *stakeholders* os conteúdos que influenciam a maneira de a sociedade conduzir suas atividades. Assis, Braz e Santos (2011) reforçam que a preservação do meio ambiente é fundamental para a continuidade do planeta e, logo, há preocupação em relação à exploração dos recursos naturais e uso da tecnologia de forma indiscriminada, surgindo a necessidade de conscientizar a população sobre os impactos ambientais. Já as companhias, a partir das exigências de seus clientes, investidores, entre outros, têm buscado fornecer informações íntegras e relevantes.

Estas exigências relacionadas às questões ambientais passaram a compor a estratégia da empresa (ALIER, 1998), que Gray e Bebbington (2001) traduzem como sendo motivadas pela pressão dos *stakeholders* sobre como as companhias utilizam os recursos naturais e de como estes fatos são informados. Assim, Ribeiro (2012) relata que, além de serem atuantes quanto às medidas ambientais, as empresas têm de divulgá-las, de modo que os *stakeholders* possam fiscalizar suas atitudes, o que Gray, Kouhy e Lavers (1995) descrevem como prestação de contas por meio do *disclosure* ambiental. Ribeiro (2012) enfatiza que os eventos sociais e ambientais são pouco relevantes nas demonstrações financeiras, desta forma, a contabilidade têm buscado outros meios de divulgação.

Há avanços quanto à divulgação de informações ambientais por parte das empresas, dado seu interesse em manter uma boa relação com seus *stakeholders*. Entretanto, parte desse incentivo surgiu motivado pelas notícias veiculadas nos jornais de grande circulação que tornam comum à sociedade fatos que, embora estivessem disponíveis, não eram acessados por todos os usuários, atingindo um maior número de pessoas e, desta forma, tornando públicos os impactos provocados pelas empresas no meio ambiente. Moreira (2007) afirma que os jornais transformam dados em notícias, e assim selecionam o que deve ser de conhecimento da coletividade. Neste afã, as notícias são influenciadas por fatores econômicos, ideológicos e culturais, mas sempre abordando os fatos que sejam interessantes. Cottle (2009) reforça que as notícias regionais, nacionais e internacionais são formuladas a partir de impactos.

Dada uma geração conectada ao ambiente tecnológico, as notícias veiculadas *on-line* tornam-se alvo de discussões entre os *stakeholders*. Artigos internacionais têm analisado o comportamento da mídia em relação aos desastres ambientais e aos impactos desta informação nos expectadores (LOWE, MORRISON, 1984; GREENBERG, SANDMAN, SACHSMAN, SALOMONE, 1989; PLOUGHMAN, 1995; BIRKLAND, 1998; WAKEFIELD, ELLIOTT, 2003; MAJOR, ATWOOD, 2004; KAHN, 2007; COTTLE, 2009; HOUSTON, PFEFFERBAUM, ROSENHOLTZ, 2012). No âmbito nacional, tais perspectivas foram analisadas por Bonfiglioli (2005), Martins (2012), Pozobon e Miranda (2012) e Nascimento e Gomes (2014). Este estudo avança em direção à pesquisa de Aerts e Cormier (2009), que verificaram o impacto das divulgações ambientais nos relatórios anuais. Esta pesquisa pretende analisar tais anseios na perspectiva nacional.

Instiga-se assim, o tratamento dado às questões ambientais nos relatórios e demonstrações contábeis. Apesar de aparente solidez quanto à estratégia, acidentes ambientais ocorrem e questiona-se o posicionamento da empresa em tais momentos. Desta forma, a presente pesquisa busca responder: **Como as empresas que causaram danos ambientais noticiados em jornais de grande circulação preparam as demonstrações contábeis e relatórios a fim de divulgarem estas informações?** O objetivo geral do artigo é analisar como as empresas que causaram impactos ambientais noticiados em jornal de grande circulação divulgam suas informações ambientais.

Em nível de mercado, Mendes (2012) relatou que o valor das ações não era afetado em casos de acidentes ambientais ocorridos, baseado na volatilidade das ações para verificar os efeitos. Por outro lado, Bertoli e Ribeiro (2006) ressaltam a importância do *disclosure* nos relatórios e demonstrações, visto que os eventos ambientais podem impactar a situação econômica e financeira da companhia, o que comprometeria sua imagem perante o investidor. Bremenkamp, Almeida e Pereira (2011) tiveram limitações em sua pesquisa a fim de encontrar informações sobre eventos ambientais nos relatórios da Petrobras. Apesar de os acidentes ambientais serem amplamente divulgados, seus relatórios apresentavam informações pouco relevantes e incompletas.

Em relação aos fatores sociais alega-se o *disclosure* como ferramenta de boa gestão ambiental, sendo a mídia um canal de comunicação importante na disseminação de informações, ressaltando-se aqui as questões relativas ao meio ambiente. No meio acadêmico, busca-se por conteúdo que possa explicar a relação das empresas e práticas ambientais. De modo geral, a contabilidade procura minimizar a omissão de itens não obrigatórios, de modo que as informações sejam completas, relevantes e tempestivas.

Esta pesquisa contempla ainda as seções: referencial teórico, procedimentos metodológicos e análise dos resultados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os desastres ou acidentes ambientais estão relacionados a passivos ambientais, que Assis, Braz e Santos (2011, p. 15) definem como sendo “todo gasto, investimento, desembolso com que a empresa tem que arcar para preservar a natureza ou reverter os prejuízos causados à mesma, quer seja por multa ou outro tipo de penalidade”. Desta forma, é composto por todas as obrigações relacionadas ao meio ambiente, para sua preservação e/ou restauração, sendo que a composição de uma provisão deve atender as premissas da contabilidade financeira, seja a curto ou longo prazo (BRONDANI; ROSSATO; TRINDADE, 2004).

Galdino et al. (2002) afirmam que a adoção de gestão ambiental é utilizada pelas empresas para fins de estratégia e avaliação do passivo ambiental, motivando-as a serem destacadas das demais empresas. Contudo, tal posição reflete a maior responsabilização dessas empresas e o surgimento de dificuldades na solução de problemas das questões ambientais. Assis, Braz e Santos (2011) explicam que, dado este esforço das empresas em atender às expectativas de seus *stakeholders* nas questões ambientais, o *disclosure* torna-se a próxima etapa do processo de interação entre as companhias e o meio ambiente, ainda que não possuam normas que obriguem a divulgação de informações ambientais. Estas divulgações, de acordo com Ferreira et al. (2016), são utilizadas como estratégia e vantagem competitiva.

De acordo com Reis, Nogueira e Tarifa (2011), independentemente da atividade econômica, as empresas podem gerar impactos de efeitos cumulativos, tanto de forma direta como indireta. Por isso, dependendo do impacto causado, podem instigar os gestores a divulgar ou omitir determinadas informações a respeito, afetando as informações publicadas nos relatórios. Para Pereira (2007, p. 322) “a sociedade caminha para o princípio do poluidor-pagador, a empresa poluidora pode ser alvo de multas ou processos judiciais e ter mais dificuldades na obtenção de crédito”. Segundo o site El País (2015), menos de 3% das multas ambientais aplicadas no Brasil são pagas. Isso ocorre devido aos variados recursos judiciais que acabam favorecendo que a empresa possa recorrer dentro do próprio Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), além da baixa quantidade de autoridades que possam dar continuidade à ação administrativa. Assim como Merena e Geraque (2015) noticiam que infratores ambientais pagam só 8,7% das multas aplicadas pelo IBAMA.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o desempenho ambiental é bastante relevante, decorrente das rigorosas legislações, obrigando boa parte das empresas a criarem projetos voltados ao meio ambiente, além de demandarem relatórios ambientais padronizados (WISEMAN, 1982). Henri e Journeault (2010) explicam que isto decorre pelo fato de os impactos ambientais influenciarem a imagem corporativa da empresa, pois, quando estas atendem as práticas exigidas tanto na contabilidade como na legislação, são vistas de forma positiva.

No contexto nacional, além das demonstrações contábeis, que, conforme Martins et al. (2013), servem para informar a situação financeira e econômica da empresa durante seu exercício social, sugere-se que as companhias elaborem o balanço social, que informa sobre a postura da empresa em relação aos gastos, investimentos e passivos ambientais, visto que estão continuamente sendo exigidas sobre sua política em relação ao meio ambiente, mesmo com a não obrigatoriedade. Ferreira et al. (2016) observaram que as empresas de alto impacto ambiental são as que mais divulgam informações financeiras ambientais, podendo isto ser provocado por esta vigília e regulamentações mais específicas para este tipo de atividade.

Desta forma, compreende-se a influência dos meios de comunicação na sociedade sobre a reputação da entidade e, assim, em seu desempenho no mercado de ações. Desse modo, surgiu o Relato Integrado, planejado pelo *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, que possui como proposta a complementação dos relatórios financeiros, demonstrando as informações de forma mais dinâmica e com visão para o futuro (KASSAI; CARVALHO, 2013).

Logo, além da elaboração de relatórios e demonstrações obrigatórias, é recomendável que outros meios sejam utilizados para mostrar a conjuntura da empresa no âmbito econômico, social e ambiental. As notícias veiculadas pela mídia não estão contempladas no arcabouço supracitado. Porém, este tipo de informação é de fácil acesso aos *stakeholders* e pode incentivar a comparação entre o que é divulgado na mídia e os dados apresentados pelas empresas.

Aerts e Cormier (2009) utilizaram medida direta de legitimidade ambiental para explorar o impacto das divulgações ambientais nos relatórios anuais e em notícias na mídia como instrumentos de legitimação. Os resultados apontam que a legitimidade ambiental é significativa e positivamente afetada pela qualidade dos segmentos econômicos com base nos relatórios anuais de divulgações ambientais e pelas notícias reativas da imprensa, mas não pelos comunicados de imprensa proativos. Além disso, os resultados sugerem que os períodos em que a legitimidade ambiental é negativa estão mais associados às notícias da imprensa do que aos relatórios anuais.

Outros estudos não direcionam seus esforços à comparação entre notícias de informações ambientais e relatórios contábeis ou de sustentabilidade, porém, mostram como a mídia influencia o comportamento de seus expectadores/leitores. Birkland (1998) percebeu que os desastres ambientais costumam atrair a atenção pública generalizada, diferentemente dos problemas que requerem a agregação e interpretação dos dados estatísticos, tais como a destruição do ozônio. Por concentrar o risco em um evento, as provas dos danos causados são perceptíveis no desastre ambiental. Já os outros eventos de implicações ambientais precisam de uma quantidade considerável de provas e análises acumuladas. Quando os acidentes ambientais são expostos na televisão, as imagens transmitidas comovem a população, políticos e demais setores da sociedade que exigem algum posicionamento.

Greenberg et al. (1989) apontam que os principais expectadores de notícias ambientais na televisão são os cidadãos, o governo e os funcionários corporativos. Os autores relatam que estas notícias não passam pelo crivo de peritos para não complicá-las. Ainda, a cobertura dessas notícias retratadas na televisão é baixa se comparada com a cobertura de acidentes aéreos. Todavia, as mortes de cânceros causados ambientalmente superam as mortes por acidentes de avião. O desequilíbrio entre risco e cobertura não é surpreendente. Os meios de comunicação não são tendenciosos contra histórias de risco ambiental; entretanto, eles favorecem notícias dramáticas.

A partir dos estudos depreende-se que talvez haja diferença entre o que a imprensa divulga e como estas informações são apresentadas pelas empresas. Outro ponto a ser considerado é o destaque atribuído pela imprensa a algumas notícias em detrimento de outras.

No Brasil, ainda há espaço para estudos comparando as informações contábeis apresentadas pelas empresas e

notícias de jornal, como fizeram Murcia e Borba (2005), que buscaram verificar a confiabilidade e utilidade dos relatórios contábeis ao estudarem o tema fraudes; para tanto, quantificaram os artigos relacionados com o tema sob a ótica acadêmica e não acadêmica. Os artigos acadêmicos foram listados a partir das principais revistas de contabilidade e auditoria no âmbito nacional e internacional. Já as notícias foram provenientes dos jornais de economia Gazeta Mercantil e Valor Econômico. Os resultados mostram que, apesar de amplas discussões nos jornais econômicos e revistas internacionais, nas revistas nacionais o tema é pouco discutido.

A próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos que informam como se pretende alcançar o objetivo da pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo deste estudo delineou-se a pesquisa quanto aos objetivos como descritiva, pois se realizou análise comparativa entre as informações fornecidas nos relatórios e os dados apresentados nas notícias; quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa documental e empirista, visto que foram utilizados documentos disponibilizados nos websites das empresas; e, quanto à abordagem do problema, trata-se de pesquisa qualitativa, pois busca descrever o fenômeno da publicação de notícias sobre desastres ambientais e sua respectiva evidenciação por parte das empresas (MARTINS E THEÓPHILO, 2009).

A população refere-se a todas as notícias de todos os jornais veiculadas na versão *on-line*, as quais aparecem no site de busca Google. Foram utilizados termos referentes a desastres ambientais para delimitar os jornais em que este tipo de notícia possuía mais evidência, sendo constatado que os jornais de grande circulação 'Folha de São Paulo' e 'Valor Econômico' atendiam esta demanda. Os dois jornais pertencem a um dos principais conglomerados de mídia do país.

Quadro 1 – Empresas encontradas e acidentes ambientais no período

Ano	Local	Empresa	Ocorrência
2000	Baía de Guanabara (RJ)	Petróleo Brasileiro S.A.	Vazamento de óleo na Baía de Guanabara, contaminando parte do mangue nos arredores.
	Araucária (PR)		Vazamento de óleo atingindo os Rios Barigui e Iguaçu.
2003	Cataguases (MG)	Indústria Cataguases de Papel Ltda.	Rompimento de barragem de celulose, atingindo os Rios Pomba e Paraíba do Sul.
2004	Porto de Paranaguá (PR)	Cattalini Terminais Marítimos S.A.	Vazamento de óleo na Baía de Paranaguá, em decorrência de uma explosão em um navio.
2005	Manaus (AM)	JF Oliveira Navegação Ltda.	Mancha de óleo no Rio Negro, devido a um rebocador naufragado.
2006	Porto de Paranaguá (PR)	Cattalini Terminais Marítimos S.A.	Rompimento de tubulação causando vazamento de óleo de soja no mar.
2007	Jaguara (MG)	Cemig S.A.	Impacto ambiental acarretando a morte de peixes no Rio São Francisco.
	Mirai (MG)	Rio Pomba Cataguases Ltda.	Rompimento de barragem, causando alagamento nas cidades no entorno.
2011	Bacia de Campos (RJ)	Chevron Corp.	Vazamento de óleo na Bacia de Campos, decorrente do excesso de pressão aplicada para perfurar os poços.
	Curitiba (PR)	Grupo Lwart	Vazamento de óleo atingindo o Rio Atuba.
2012	Tramandaí (RS)	Petrobras Transporte S.A – Transpetro	Mancha de óleo na praia de Tramandaí, por conta de um descarregamento em um navio.
2013	Rio Moji Guaçu (MG)	Usina Santa Rita S.A. Açúcar e Álcool	Rompimento de contenção, contaminando parte do Rio Moji Guaçu e provocando morte de peixes.
	São Paulo (SP)	USP Leste	Contaminação no solo em terreno no campus.
2015	Santos (SP)	Ultracargo	Incêndio que emitiu efluentes gasosos na atmosfera e efluentes líquidos nas redondezas.
	Mariana (MG)	Samarco Mineração S.A	Rompimento de barragem, atingindo centenas de residências com lama e rejeitos sólidos.

Fonte: Elaborado com base no Jornal Folha de São Paulo e Valor Econômico (2017).

Após delimitar os jornais eletrônicos participantes, iniciou-se o processo de busca de notícias em tais sites, sendo as palavras-chaves utilizadas: acidentes ambientais, impactos ambientais, desastres ambientais, acidente, vazamentos, meio ambiente, multas ambientais e acidentes, passivo ambiental, contingências meio ambiente, vazamento óleo, danos ambientais e projetos ambientais. Tais palavras foram escolhidas a critério dos autores e a partir da leitura de pesquisas anteriores que foram consideradas importantes neste contexto. Durante o levantamento das notícias nos sites, percebeu-se maior incidência a partir do ano de 2000, mesmo na Folha de São Paulo, que é um jornal considerado antigo.

As notícias selecionadas estavam entre as divulgadas uma ou mais vezes a partir do ano de 2000, em que se observou o início de maior volume de publicações sobre as questões ambientais até o ano de 2015, delimitando as empresas que tiveram maior repercussão entre todas da população. A coleta de dados ocorreu no período de dezembro/2016 a fevereiro/2017. O Quadro 1 apresenta os acidentes ambientais provocados pelas empresas encontradas.

Após seleção das treze empresas a partir dos acidentes encontrados, foi preciso excluir parte delas por inacessibilidade a informações e relatórios necessários ao estudo, tais como Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), Notas Explicativas, Relatórios de Sustentabilidade, Balanço Social, Formulário de Referência, Relato Integrado e Relatório da Administração, alguns documentos exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários para companhias abertas. Para que não fossem excluídas de imediato as empresas de capital fechado, foram consultados seus sites para verificar se disponibilizavam estes relatórios, mesmo não sendo obrigatória sua divulgação.

Entre as empresas da amostra, nove possuem capital fechado, sendo elas: Cattalini; Grupo Lwart; Indústria Cataguases de Papel; JF Oliveira Navegação; Rio Pomba Cataguases; Samarco; Ultracargo; Usina Santa Rita e USP Leste. Destas as empresas Samarco e Ultracargo apresentaram informações para a análise desta pesquisa. Quanto aos relatórios, no ano dos acidentes listados no Quadro 1, nenhuma das empresas apresentou Relato Integrado. O Relatório de Sustentabilidade foi apresentado pela Cemig, Petrobras Transpetro e Petróleo Brasileiro. O Balanço Social foi divulgado pela Cemig, Petróleo Brasileiro e Ultracargo. Todas as empresas apresentaram as DFPs. O Formulário de Referência foi disponibilizado pela Cemig e Ultracargo e o Relatório de Administração só não foi apresentado pela Petrobras Transpetro.

Para comparar o teor das notícias com as informações divulgadas pelas empresas, elaborou-se métrica sobre os aspectos a serem analisados em cada relatório, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Relatórios e aspectos a serem analisados

Relatórios/ Modelos		Aspectos a serem analisados	
Balanço Social e Relatórios de Sustentabilidade	IBASE	Indicadores ambientais, informações quanto ao exercício da cidadania empresarial e outros.	
	GRI	Indicadores ambientais para fins de desempenho, aspectos divididos em categorias relacionadas ao meio ambiente, entre outros.	
	Instituto Ethos	Indicadores de Dimensão Ambiental	
Demonstrações Financeiras Padronizadas	Balanço Patrimonial	Ativo Ambiental	Receitas ambientais, investimentos em empresas no ramo ambiental, bens e gastos relacionados à 'tecnologia limpa', provisões, entre outros.
		Passivo Ambiental	Obrigações ambientais, despesas, custos e eventuais multas/indenizações ambientais, bem como provisões e contingências.
	Demonstração do Resultado do Exercício	Receitas Ambientais	Venda de produtos ou prestação de serviços relacionados à gestão ambiental.
		Despesas Ambientais	Gastos oriundos da produção de receitas, recuperação de danos, preservação ambiental, auditorias, multas/indenizações, compra imobilizado, entre outros.
		Custos Ambientais	Custos relacionados à prevenção, inspeção, falhas internas e externas, entre outros.
	Notas Explicativas	Complemento de informações relevantes às contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.	
Formulário de Referência		Informações de riscos ligados à atividade da entidade.	
Relato Integrado		Indicadores ambientais, práticas de governança e estratégias ligadas à sustentabilidade e ao meio ambiente.	
Relatório da Administração		Informações referentes a desenvolvimento sustentável, políticas ambientais incluídas na empresa, entre outras.	

Fonte: Elaborado com base em Costa (2012), GRI (2017), Guia Relações com Investidores (2017), IBASE (2017), Kassai, Carvalho (2013), Instituto Ethos (2017).

A próxima seção discorrerá sobre os resultados da pesquisa contemplando as empresas que atenderam aos requisitos predefinidos, sendo elas: Cemig S.A.; Chevron Corporation; Petrobras Transporte S.A – Transpetro; Petróleo Brasileiro S.A.; Samarco Mineração S.A e Ultracargo (Grupo Ultra).

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para obter um panorama geral das notícias encontradas, apresenta-se o Quadro 3, em que está relatada a repercussão de notícias dos acidentes nos anos da pesquisa das empresas que atenderam os pré-requisitos.

O total de notícias tabuladas foi 1.180, sendo 355 verificadas no jornal Valor Econômico e 825 na Folha de São Paulo. Além disso, nota-se que os acidentes mais noticiados são os da Bacia de Campos (RJ), Mariana (MG), Baía de Guanabara (RJ) e Araucária (PR), que representam cerca de 80% de todas as notícias veiculadas no período de 2000 a 2015; destes, aproximadamente 33% foram localizados no Valor Econômico e 67% na Folha de São Paulo.

Observa-se no Quadro 3 que a maior concentração de notícias está no ano em que o acidente ocorreu. Nota-se que o acidente de Mariana (MG) é o segundo mais mencionado nas notícias, porém há a limitação do tempo, pois o acidente ocorreu em 2015, e neste caso não há monitoramento das notícias a este respeito, podendo futuramente em outras pesquisas em que o período de análise for maior, perceber que seja o acidente mais comentado dos últimos anos.

Os títulos das notícias chamam a atenção dos *stakeholders* no geral. Algumas delas: ‘Petrobras irá recorrer da multa imposta pelo Estado por causa de vazamento’; ‘Vazamento de 4 milhões de litros de óleo no Paraná deixa mancha de 10 km’; ‘Greenpeace critica indústria e governo de MG por vazamento tóxico’; ‘Poluição na Amazônia: Óleo vaza de barco e polui Rio Negro’; ‘Tubulação rompe e 2 toneladas de óleo de soja vazam para o mar’; ‘Sete toneladas de peixes morrem em Usina’; ‘Multa de R\$ 75 mi é utopia, diz mineradora’; ‘Usina Santa Rita deve recuperar área afetada por vazamento’; ‘Contaminação de terreno na USP Leste faz professores decretarem greve’; ‘Samarco descumpre prazo e será multada em R\$ 1 milhão por dia’.

Quanto aos valores de cada evento, não foi possível comparar o valor mencionado na notícia com o divulgado efetivamente nos relatórios da empresa. A transparência das informações sobre os acidentes, desastres, multas, entre outras, neste quesito ficou comprometida. As empresas normalmente evidenciam o valor em um montante, impossibilitando o leitor de diferenciar a quantia referente a determinado evento.

As notícias sobre o acidente da Baía de Guanabara (RJ) inferiram os custos do acidente entre R\$50 milhões e pouco mais de R\$1 bilhão; o acidente de Araucária (PR) ficou em torno de R\$150 milhões a R\$168 milhões, e em nota divulgada relatou-se que a multa fora estipulada em R\$168 milhões, porém a multa máxima que pode ser exigida pelo IBAMA é de R\$50 milhões. O acidente de Cataguases (MG) citou R\$50 milhões. Para o acidente ocorrido em Jaguará (MG) foram divulgados custos de R\$10 milhões a R\$75 milhões. No acidente em Mirai (MG) as notícias veicularam valores entre R\$35 milhões e 311 milhões, e em notas explicou-se que a empresa realizou acordo para pagar R\$95 milhões referentes a multa, de modo a evitar ação judicial que poderia chegar a R\$40 bilhões. A empresa obteve 30% de desconto, sendo efetuado pagamento de 35 milhões de multa à ANP. O IBAMA também autou a empresa em R\$50 milhões. No evento de Curitiba (PR), da Petrobras Transpetro, os custos estimados foram de R\$2,9 milhões. No ocorrido em São Paulo (SP), da empresa Ultracargo, as notícias apontaram que os valores foram de R\$5 milhões a R\$22 milhões e, por fim, as notícias sobre o acidente em Mariana (MG) provocado pela empresa Samarco divulgou custos entre R\$33 milhões e R\$ 20 bilhões.

De todos os valores divulgados nas notícias veiculadas apenas a empresa Samarco mencionou em seu relatório o valor separado referente ao acidente de Mariana (MG), de R\$945.809.000,00, representando 4,73% do valor máximo noticiado. Em relação ao ativo da empresa, o valor divulgado no Balanço Patrimonial representa 3,45%, e o passivo foi comprometido em 3,25%. De maneira inversa, a empresa Cemig apresentou em seu relatório o custo do evento de R\$5.454.000,00, porém nada foi informado na notícia. Este valor mencionado refere-se a 0,02% do ativo total da empresa e 0,04% do seu passivo total. Desta maneira, não foi possível confirmar os valores divulgados pelas notícias do jornal, exceto pela empresa Samarco Mineração S.A.

Para verificar se as empresas planejam e preocupam-se com a temática ambiental e comparar suas ações frente aos acidentes ambientais, pesquisou-se a Missão, Visão e Valores em busca da temática ambiental. As empresas Cemig, Petrobras Transpetro, Petróleo Brasileiro e Samarco mencionam o meio ambiente na Missão da empresa. Na Visão, o termo foi encontrado na empresa Cemig e nos Valores todas apresentam, exceto a Ultracargo.

Quadro 3 – Repercussão de notícias dos acidentes nos anos da pesquisa

Empresa	Acidente	Ano do acidente	NOTÍCIA VEÍCULADA NOS ANOS																														T				
			2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014			2015			
			V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F		V	F		
A	1	2000	80	113	10	38	1	8	0	5	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	263		
A	2	2000	20	79	17	15	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	135		
B	3	2003							3	27	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31		
C	4	2004									1	9	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11		
D	5	2005											1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3		
C	4	2006													0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
E	6	2007															0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
F	7	2007															2	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	37		
G	8	2011																							78	118	20	51	2	4	0	2	0	0	275		
H	9	2011																							0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
I	10	2012																									1	2	0	1	0	1	0	0	5		
J	11	2013																													1	4	0	0	1	2	8
K	12	2013																													2	39	1	19	0	0	61
L	13	2015																																32	46	78	
M	14	2015																																82	188	270	

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: Jornais: V: Valor Econômico; F: Folha de São Paulo.

Empresas: (A) Petróleo Brasileiro S.A.; (B) Indústria Cataguases de Papel Ltda.; (C) Cattalini Terminais Marítimos S.A.; (D) JF Oliveira Navegação Ltda.; (E) Cemig S.A.; (F) Rio Pomba Cataguases Ltda.; (G) Chevron Corp.; (H) Grupo Lwart; (I) Petrobras Transporte S.A – Transpetro; (J) Usina Santa Rita S.A. Açúcar e Alcool; (K) USP Leste; (L) Ultracargo; (M) Samarco Mineração S.A.

Acidentes: (1) Baía de Guanabara (RJ); (2) Araucária (PR); (3) Cataguases (MG); (4) Porto de Paranaguá (PR) – 2004; (5) Manaus (AM); (6) Porto de Paranaguá (PR) – 2006; (7) Jaguará (MG); (8) Mirai (MG); (9) Bacia de Campos (RJ); (10) Curitiba (PR); (11) Tramandai (RS); (12) Rio Moji Guaçu (MG); (13) São Paulo (SP); (14) Santos (SP); (15) Mariana (MG).

Conforme o Quadro 2 mencionado na metodologia, os relatórios foram investigados para verificar a relação com as notícias do ano do acidente, de que forma as empresas apresentaram estes acidentes, desastre, multas, entre outros eventos ambientais.

No Balanço Social, as empresas apresentaram apenas do modelo IBASE. Somente as empresas Cemig S.A e Ultracargo relataram informações referentes às questões ambientais, conforme mostra o Quadro 4.

## Quadro 4 – IBASE

Indicadores ambientais e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações.		
CEMIG	Indicadores ambientais	Investimentos relacionados com produção/operação da empresa de R\$ 44.131.000 mil. Sem metas estabelecidas com o objetivo de minimizar resíduos e potencializar eficácia na utilização de recursos naturais.
	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Projetos sociais e ambientais definidos pela direção/gerência; todos os empregados definiram padronização de segurança e salubridade, além de serem contemplados por previdência privada e participação nos lucros da empresa e a liberdade sindical. A empresa também incentiva os empregados a participarem de trabalhos voluntários.
	Outras Informações	Do total dos recursos utilizados em meio ambiente, no ano de 2006, aproximadamente R\$7,3 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas Usinas Hidrelétricas e Linhas de Transmissão; além disso, foram reciclados 31% a mais de material e equipamentos em comparação com o ano de 2006. Entre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias.
ULTRACARGO	Indicadores ambientais	O Grupo Ultra, junto com as suas empresas (principalmente a Ultracargo), realizou investimentos com relação à operação da empresa no valor de R\$ 49.142 mil.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que não estão no Balanço Social fatores, propostas ou apontamentos sobre os acidentes/desastres ocorridos ou multas a serem pagas, sendo relatados os aspectos positivos da empresa em relação à discussão de meio ambiente. Vale ressaltar que a empresa Petrobrás passou a disponibilizar o Balanço Social e Ambiental em seu site a partir do ano de 2005. E que, após o desastre em Mariana no ano de 2015, a Samarco parou de publicar todos os relatórios em seu site, fato notado ao buscar o relatório do ano subsequente, sendo o último Balanço Social divulgado o do ano de 2014. Destaque deve ser dado à empresa Cemig que, entre todas, foi a que melhor apresentou a estrutura do Balanço Social.

Nas DFPs, informações sobre os eventos ambientais apareceram nas empresas Cemig e Samarco. No Balanço Patrimonial, a Samarco mencionou depósitos judiciais. No passivo, as duas empresas mencionaram provisões e passivos contingentes. Na Demonstração do Resultado do Exercício, a Samarco apresentou, em despesas ambientais, aquelas referentes a provisões e contingências ambientais e custos relacionados alocados em virtude do acidente ambiental. O Quadro 5 apresenta informações encontradas nas notas explicativas das empresas Cemig e Samarco.

## Quadro 5 – Notas explicativas relacionadas aos eventos ambientais.

Complemento de informações relevantes às contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.	
CEMIG	Conforme Nota Explicativa n. 24, referente a Contingências Judiciais, a ANEEL notificou a empresa por considerar incorretos alguns aspectos na sua atividade. A empresa também foi autuada pela IEF por conta de acidente ambiental causado, e consideram que vão perder a ação.
SAMARCO	Na Nota Explicativa 2.16 estão registradas as Obrigações com desmobilização de ativos e recuperação socioambiental e econômica, porém não foi especificado valor.
	Na Nota Explicativa 3 estão mencionados gastos relativos às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos danos materiais, ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem, assim como as baixas de ativos da companhia. A companhia registrou provisão para perda, no valor de R\$216.817, de valor residual dos itens do ativo em decorrência do acidente ambiental.
	Nota Explicativa 19, referente a Depósitos judiciais ambientais: há processos de autuações envolvendo riscos ambientais referentes aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo pelos órgãos de fiscalização.
	Como consequência do acidente ambiental, as operações da atividade da empresa foram suspensas. Portanto, os custos fixos foram alocados diretamente ao custo na rubrica 'capacidade ociosa'.

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se que, desde 2011, nenhum evento havia sido tão noticiado quanto o acidente de Mariana (MG). Pontua-se também que o período de análise desta pesquisa foi até 2015, ano em que o acidente ocorreu. Observou-se que em um ano da ocorrência deste acidente a quantidade de notícias quase ultrapassou o ocorrido em Miraflores (MG), que em nossa pesquisa foi apontado como o mais noticiado; porém, estão somados cinco anos de notícias, enquanto o de Mariana (MG) é de apenas um ano.

Particularidades a serem mencionadas é que a Petrobras passou a divulgar as DFPs junto com o Relatório da

Administração em seu site a partir de 2006. Em relação à Ultracargo, as Demonstrações Financeiras disponíveis se referem ao Grupo Ultra, incluindo a Ultracargo e outras empresas.

Quanto ao Formulário de Referência, a empresa Ultracargo foi a única que apresentou informações que circundam os eventos ambientais. A companhia afirma que anualmente inclui divulgações sobre seu desempenho socioambiental nos relatórios anuais e reforça os riscos relacionados ao transporte de materiais inflamáveis e tóxicos, podendo provocar acidentes graves, principalmente ambientais. Um acidente de grandes proporções de impactos ambientais ou econômico-financeiros poderia suspender temporariamente as atividades da empresa, e a companhia exemplificou com o incêndio ocorrido no ano de 2015, provocando consequentemente um acidente ambiental.

No Relatório da Administração todas as companhias publicaram comentários sobre questões relativas ao meio ambiente no ano em que o acidente ocorreu, mas não especificamente sobre os eventos noticiados nos jornais Valor Econômico e Folha de São Paulo. A Cemig explana sobre seus projetos e adota um rigoroso Sistema de Gestão Ambiental (SGA); além disso, menciona que possui política ambiental com sete princípios e que, quanto ao desenvolvimento sustentável, a empresa atua em atividades ligadas à educação ambiental nas escolas, reservas ambientais e programas de preservação da fauna e flora. Descreve ainda seu reconhecimento em práticas sustentáveis.

Ainda no Relatório da Administração, a Chevron Corporation inicia seu relato sobre seu projeto focado nos impactos ambientais e sua parceria com as melhores universidades do país. Oferecem destaque ao Projeto de Educação Ambiental (PEA) e outros como o Rede de Estudos para o Meio Ambiente (Rema) e o Projeto de Controle da Poluição (PCP).

A Petrobras Transpetro afirma que teve um excelente resultado no segmento marítimo, em que houve registro de graves acidentes em 2011, mesmo com o aumento das exigências do Processo de Avaliação de Gestão em Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Petrobras. Além disso, descreve seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a interação com a comunidade. Relaciona seus principais programas, como o Cinturão Verde, em São Francisco do Sul (SC), para a recuperação dos espaços degradados, em que a empresa promoveu o plantio de cerca de 4 mil espécies nativas. O projeto conta com horto florestal, trilhas ecológicas, casa de recepção, biblioteca com publicações sobre educação ambiental e museu de zoobotânica, além de programa direcionado aos alunos dos ensinos fundamental e médio, com aulas sobre meio ambiente e uma estufa para a produção de mudas destinadas ao cinturão, à comunidade e aos visitantes. Tais informações foram retiradas do Relatório de Administração do ano em que aconteceu o acidente de Tramandaí (RS) em 2012.

A Ultracargo aponta seu apoio pelo quarto ano consecutivo ao Prêmio Comunidade em Ação, sendo que os critérios para concessão levam em consideração o impacto social, o grau de mobilização, entre outros. Em virtude do acidente ambiental (incêndio), a companhia perdeu 8% de sua armazenagem média, comparando com 2014, bem como criou o Programa Atitude Segura, com o objetivo de aprimorar os processos operacionais e de segurança.

A empresa Samarco relata especificamente o acidente ocorrido. Ela descreve que, após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em novembro de 2015, e a suspensão temporária das operações nas áreas Germano/Alegria, a companhia está revendo as reservas da operação. Nestas circunstâncias, a Samarco não está neste momento em posição de informar ou confirmar reservas anteriores em 31 de dezembro de 2015. No entanto, os desenvolvimentos futuros podem fornecer informações adicionais para que uma conclusão diferente possa ser alcançada (SAMARCO, 2015). Desta forma, a empresa se limitou ao acidente e não mencionou os projetos da empresa voltados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

De modo geral, a partir dos relatórios analisados, observa-se que a realidade brasileira difere da dos EUA, discutida por Wiseman (1982) por não possuir rigorosas legislações sobre as questões ambientais. Porém, vale ressaltar que as empresas brasileiras buscam divulgar um bom desempenho ambiental por meio de projetos, e assim mostrar uma imagem positiva aos *stakeholders*, como investigado por Henri e Journeault (2010).

Na amostra desta pesquisa, todas as empresas pertencem ao alto impacto ambiental, exceto a Cemig, classificação dada pela Lei 10.165/2000. Diferentemente de Ferreira et al. (2016), que observaram que as empresas de alto impacto ambiental divulgam mais informações financeiras ambientais, nesta pesquisa notou-se que tal fator foi indiferente para o aspecto de acidentes ambientais, uma vez que a Cemig, que é de médio impacto, não diferiu das demais de alto impacto, pois a maioria não informou os acidentes nos relatórios.

Sobre a pressão dos *stakeholders* mencionada por Gray e Bebbington (2001), percebe-se neste estudo que está mais ligada aos aspectos positivos da conduta da empresa em relação ao meio ambiente, pois não foram verificadas muitas informações sobre os acidentes nos variados relatórios das empresas, não possuindo a divulgação esperada por Ribeiro (2012) para que os *stakeholders* possam fiscalizar as atividades e realizar o que Gray et al. (1995) mencionam como prestação de contas por meio do *disclosure* ambiental.

Esta pesquisa tinha por expectativa encontrar mais informações acerca dos acidentes nos documentos divulgados pelas empresas; no entanto, parece não existir uma preocupação aparente em evidenciar informações negativas porque afeta a percepção dos *stakeholders* sobre o desempenho da empresa. Entre as companhias da amostra, a Samarco foi a única que mencionou o acidente ambiental ocorrido, o de Mariana (MG), em todos os seus relatórios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar de que forma as empresas que causaram impactos ambientais noticiados em jornais

de grande circulação divulgaram suas informações ambientais. Foram verificadas 1.180 notícias entre os anos de 2000 e 2015, sendo 355 encontradas no jornal Valor Econômico e 825 na Folha de São Paulo. Destas, 1.027 compuseram a amostra final. Limitações foram encontradas no que tange à disponibilização de relatórios, especialmente porque as empresas mencionadas nas notícias eram de capital fechado em sua maioria. O que acarretou a redução de empresas a serem analisadas, restando seis das treze iniciais.

Das empresas da amostra notou-se que a Samarco e a Ultracargo destacam-se quanto à evidenciação nos relatórios e notícias em seus próprios websites, as demais não esclareceram os fatos decorrentes dos acidentes ou mencionaram propostas futuras. Quanto às informações monetárias, apesar de algumas notícias divulgarem estimativas de valores e, na maioria dos casos, de forma afirmativa, as empresas não divulgaram separadamente o valor referente aos acidentes, exceto a Cemig e a Samarco, em que os valores dos acidentes ambientais representam, respectivamente, 0,02% e 3,45% do ativo total de cada empresa. No caso da Cemig, na notícia não constavam valores do dano ambiental, desta forma, não é possível comparar se os valores divulgados pela mídia são os mesmos que de fato a empresa precisa desembolsar, uma vez que a mídia preocupa-se mais em relatar os valores do que as empresas.

Em relação à prevenção de acidentes ambientais, observou-se que as empresas criaram ou melhoraram projetos ambientais após os acidentes para reduzir os impactos e prevenir futuros eventos. Entretanto, observou-se que tais projetos não inibem a ocorrência de acidentes. Na empresa Cattalini dois acidentes aconteceram após o acidente noticiado. A Petrobras, apesar de engajada em projetos voltados ao desenvolvimento sustentável, incorreu em dois acidentes, no mesmo ano, de grande repercussão na mídia. Vale o alerta para verificar se as ações estão sendo bem executadas.

Bertoli e Ribeiro (2006) constataram que as divulgações são primordiais para o bom tratamento das informações em relação aos *stakeholders*. Porém, assim como Bremenkamp, Almeida e Pereira (2011), esta pesquisa apresentou dificuldades em encontrar os relatórios das empresas, sobretudo da Petrobras, pois as informações não foram divulgadas de forma clara e completa. O mesmo ocorreu com a Transpetro, Chevron e Cemig. Aerts e Cormier (2009) estudaram a legitimidade ambiental e observaram que esta pode ser alcançada com base nos relatórios anuais de divulgações ambientais e pelas notícias reativas da imprensa, o que pode explicar, no caso desta pesquisa, o posicionamento positivo das informações prestadas aos *stakeholders* nos relatórios elaborados pelas empresas, mesmo tendo ocorrido um acidente no ano do relatório. A empresa Samarco foi a que mais evidenciou informações e em canais diferentes, o que pode ser reflexo do impacto e alcance da notícia, e/ou da forma como foi explorada.

Foi possível discutir a evidenciação de eventos ambientais nos relatórios apresentados e verificar a pouca relevância dada pelas empresas sobre eles. Para futuras pesquisas sugere-se o acompanhamento das notícias de modo a verificar mudança no comportamento das empresas em relação à opinião pública. Como limitação do estudo aponta-se a seleção dos acidentes investigados, uma vez que a imprensa pode dar maior visibilidade para acidentes de empresas de grande porte ou de maior impacto ambiental, sendo que, se uma companhia provoca acidentes constantes, este evento poderá impactar mais do que um acidente único de uma empresa.

## REFERÊNCIAS

- AERTS, W.; CORMIER, D. Media legitimacy and corporate environmental communication. *Accounting, organizations and society*, v. 34, n. 1, p. 1-27, 2009.
- ALIER, J. M. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: FURB, 1998.
- ASSIS, P. R. P.; BRAZ, E. M. Q.; SANTOS, C. L. Contabilidade Ambiental. *Revista Ceciliana Universidade Santa Cecília*, v. 3, n. 01, p. 13-16, 2011.
- BERTOLI, A. L.; RIBEIRO, M. de S. Passivo Ambiental: Estudo de Caso da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobrás. A Repercussão Ambiental nas Demonstrações Contábeis, em Consequência dos Acidentes Ocorridos. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.117-136, jun. 2006. Bimestral.
- BIRKLAND, T. A. In the wake of the Exxon Valdez: How environmental disasters influence policy. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, v. 40, n. 7, p. 4-32, 1998.
- BONFIGLIOLI, C. P. Discurso ecológico e mídia impressa: análise de discurso de um acidente ambiental. *Caligrama São Paulo. Online*, v. 1, n. 1, 2005.
- BREMENKAMP, F. H.; ALMEIDA, J. E. F.; PEREIRA, M. M. A. M. Análise do *disclosure* relacionado a acidentes ambientais da Petrobras após a Lei nº. 11.638/07. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 6, n. 3, p. 67-83, 2011.
- BRONDANI, G.; ROSSATO, M. V.; TRINDADE, L. de L. Contabilidade como fator de responsabilidade com o social e o ambiental. *Revista Eletrônica de Contabilidade (Descontinuada)*, v. 1, n. 1, p. 18, 2004.
- COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. *Contabilidade Ambiental: Mensuração, Evidenciação e Transparência*. São Paulo: Atlas, 2012.
- COTTLE, S. Global crises in the news: Staging new wars, disasters and climate change. *International Journal of Communication*, v. 3, p. 24, 2009.
- EL PAÍS: *Menos de 3% das multas ambientais cobradas no Brasil são pagas*. Madrid, 24 nov. 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/19/politica/1447971279\\_540766.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/19/politica/1447971279_540766.html)>. Acesso em: 8 out. 2016.
- FERREIRA, J. da S.; ROVER, S.; FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A. Informações Financeiras Ambientais: Diferença entre o Nível de Disclosure entre Empresas Brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 10, n. 1, p.5-24, mar. 2016.

- GALDINO, C. A. B.; SANTOS, E. M. dos; PINHEIRO, J. I.; JÚNIOR, S. M.; RAMOS, R. E. B. *Passivo ambiental das organizações: uma abordagem teórica sobre avaliação de custos e danos ambientais no setor de exploração de petróleo*. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Curitiba(PR), v. 23, 2002.
- GRAY, R.; BEBBINGTON, J. *Accounting for the Environment*. Sage, 2001.
- GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.
- GREENBERG, M. R.; SANDMAN, P. M.; SACHSMAN, D.B.; SALOMONE, K. L. Network television news coverage of environmental risks. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, v. 31, n. 2, p. 16-44, 1989.
- GUIA RELAÇÃO COM INVESTIDORES (GRI). Disponível em: < <http://guiari.mediagroup.com.br/>>. Acesso em: 19 mar 2017.
- HENRI, J.; JOURNEAULT, M. Eco-control: The influence of management control systems on environmental and economic performance. *Accounting, Organizations And Society*, E.U.A., v. 35, n. 1, p. 63-80, jan. 2010.
- HOUSTON, J. B.; PFEFFERBAUM, B.; ROSENHOLTZ, C. E. Disaster News Framing and Frame Changing in Coverage of Major US Natural Disasters, 2000–2010. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 89, n. 4, p. 606-623, 2012.
- IBASE. Disponível em :< <http://ibase.br/pt/>>. Acesso em: 10 mar. 2017
- INITIATIVE, GLOBAL REPORTING (GRI). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.
- INSTITUTO ETHOS. Disponível em: < <http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 19 mar 2017.
- KAHN, M. E. Environmental disasters as risk regulation catalysts? The role of Bhopal, Chernobyl, Exxon Valdez, Love Canal, and Three Mile Island in shaping US environmental law. *Journal of Risk and Uncertainty*, v. 35, n. 1, p. 17-43, 2007.
- KASSAI, J. R.; CARVALHO, L. N. *Relato Integrado: a próxima revolução contábil*. XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – São Paulo de 02 a 03 de dez. 2013.
- LOWE, P.; MORRISON, D. Bad news or good news: Environmental politics and the mass media. *The Sociological Review*, v. 32, n. 1, p. 75-90, 1984.
- MAJOR, A. M.; ATWOOD, L. E. Environmental risks in the news: issues, sources, problems, and values. *Public Understanding of Science*, v. 13, n. 3, p. 295-308, 2004.
- MARTINS, C. M. *A relevância da cobertura da mídia nos desastres naturais ocorridos em 2008 no município de Ilhota-SC*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. de. *Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MENDES, M. G. *Efeitos do Disclosure Involuntário Negativo Decorrente de Acidentes Ambientais na Volatilidade das Ações*. 2012. Dissertação [Mestrado Profissional em Ciências Contábeis]. Vitória – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), 2012.
- MERENA, F.; GERAQUE, E. *Infratores ambientais pagam só 8,7% das multas aplicadas pelo Ibama*. Folha de São Paulo, 2015.
- MOREIRA, G. de O. *O meio ambiente no mundo da notícia: uma análise do jornalismo na TV Integração*. 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Um estudo das fraudes contábeis sob duas óticas: jornais econômicos versus periódicos acadêmicos no período de 2001-2004. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 10, n. 2, 2005.
- NASCIMENTO, D. J. F.; GOMES, M. de F. V. B. Desastres naturais veiculados pela mídia: análise de conteúdo das notícias do jornal diário de Guarapuava. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 32, p. 164-184, dez. 2014. ISSN 2177-2738.
- PEREIRA, A. C. F. A contabilidade ambiental: a sua revelação no relato financeiro. *Jornal de Contabilidade APOTEC*, (367), p. 320-332, 2007.
- PLOUGHMAN, P. The American print news media 'construction' of five natural disasters. *Disasters*, v. 19, n. 4, p. 308-326, 1995.
- POZOBON, R. de O.; MIRANDA, C. M. Protocolo de análise para classificação das fontes jornalísticas em mídia impressa: uma ferramenta para o estudo do enquadramento. *Revista Alceu*, v. 12, n. 24, p. 16, 2012.
- REIS, L. G. dos; NOGUEIRA, D. R.; TARIFA, M. R. Uma análise histórica das publicações existentes sobre o tema contabilidade ambiental. *Revista de Estudos Contábeis*, v. 2, n. 3, p. 90-97, 2011.
- RIBEIRO, M. de S. Uma reflexão sobre as oportunidades para a contabilidade ambiental. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj*, Rio de Janeiro, v. 17, ed. especial, p. 4-17, out. 2012.
- SAMARCO MINERAÇÃO S.A. *Demonstrações Financeiras*. Minas Gerais, 2015.
- WAKEFIELD, S. E. L.; ELLIOTT, S. J. Construindo as notícias: O papel dos jornais locais na comunicação de risco ambiental. *The Professional Geographer*, v. 55, n. 2, p. 216-226, 2003.
- WISEMAN, J. An evaluation of environmental disclosures made in corporate annual reports. *Accounting, Organizations and Society*, E.U.A., v. 7, n. 1, p. 53-63, 1982.

# Impairment no goodwill: evidenciação contábil das empresas do 'Novo Mercado'

## *Impairment in goodwill: accounting evidence of 'New Market' companies*

Este trabalho participou do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade promovido em Fortaleza (CE) no período de 11 a 14 de setembro de 2016.

### RESUMO

A necessidade de harmonização das normas de Contabilidade adotadas no Brasil alinhadas com as normas internacionais levou ao processo de convergência iniciado com a Lei 11.638/07. Entre as várias abordagens desta lei, destaca-se o *Impairment*, que é, no Brasil, normatizado pelo Pronunciamento Técnico (PT) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) CPC 01 (R1). Em pesquisas realizadas anteriormente, constatou-se que as empresas encontraram dificuldades para a adoção deste CPC 01 – R1, com níveis muito baixos de evidenciação de informações acerca do *Impairment test*. Neste sentido, questionou-se: Como as empresas listadas no segmento 'Novo Mercado' estão procedendo quanto às exigências de divulgação do *Impairment* no *Goodwill* definidas no CPC 01 (R1)? A pesquisa caracterizou-se como descritiva, utilizou fontes bibliográfica e documental, com natureza qualitativa, tendo sido usadas estatísticas descritivas e análises comparativas com foco na verificação das demonstrações financeiras das companhias no que se refere ao *Impairment test*. Verificou-se que, embora algumas empresas apresentem pouca evidenciação de informações do teste de recuperabilidade, houve melhora na divulgação se comparados aos achados da pesquisa desenvolvida por Barbosa et al. (2014). As empresas, no entanto, necessitam de melhorias tanto em qualidade quanto em quantidade de informações. Observou-se também que empresas com valores mais relevantes de *Goodwill* para sua composição patrimonial tenderam a evidenciar maior número de informações em relação ao *Impairment test*, destaca-se que todas as empresas alvo da pesquisa efetuaram o teste, resultado diferente do encontrado em pesquisas anteriores.

**Palavras-chave:** Evidenciação. *Impairment*. *Goodwill*. Harmonização. Convergência.

### ABSTRACT

*The need for harmonization of Accounting standards adopted in Brazil in line with international standards led to the convergence process initiated with Law 11638/07. Among the various approaches to this law Impairment is highlighted, which is in Brazil standardized by the Technical Pronouncement (PT) of the Accounting Pronouncements Committee (CPC) CPC 01 (R1). In previous surveys, companies found difficulties in adopting this CPC 01 – R1, with very low levels of information disclosure about the Impairment test. Thus, it was questioned: How are the companies listed in the "New Market" segment proceeding regarding the disclosure requirements of Impairment in Goodwill defined in CPC 01 (R1)? The research was characterized as descriptive, using bibliographical and documentary sources, with a qualitative nature. Descriptive statistics and comparative analyzes were used, focusing on the verification of the companies' financial statements regarding the Impairment test. It was also observed that the companies with the most relevant Goodwill values for their equity composition tended to show more information regarding the Impairment test; It was found that although some companies had little evidence of recovery test information, there was an improvement in the disclosure when comparing the findings of the research developed by Barbosa et al. (2014). Companies, however, need improvements in both quality and quantity of information. It was also observed that companies with more Goodwill values for their equity composition tended to show more information regarding the Impairment test; it is emphasized that all the companies targeted by the investigation carried out the test, a different result from the ones found in previous researches.*

**Keywords:** Disclosure. *Impairment*. *Goodwill*. Harmonization. Convergence.

### Daniel Aparecido Cardoso Gomes

Egresso da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.  
E-mail: [daniel\\_apgomes@hotmail.com](mailto:daniel_apgomes@hotmail.com).

### Wagner de Paulo Santiago

Professor do Departamento de Ciências Contábeis e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial – PPGDEE da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Doutor em Administração.  
E-mail: [wagner.santiago@unimontes.br](mailto:wagner.santiago@unimontes.br)

### Izabel Oliveira Santos

Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Mestrando em Controladoria pela Universidade Federal de Uberlândia.  
E-mail: [izabel.santos@unimontes.br](mailto:izabel.santos@unimontes.br)

### Mônica Nascimento e Feitosa

Professora da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Advogada. Contadora. Mestre em Desenvolvimento Social. Doutoranda em Desenvolvimento Social.  
E-mail: [monfeitosa@yahoo.com.br](mailto:monfeitosa@yahoo.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

O atual cenário de negócios exige informações precisas que evidenciem a realidade patrimonial e financeira das empresas, em atendimento aos interesses dos diversos usuários das informações, em qualquer lugar do mundo. Os procedimentos contábeis adotados no Brasil precisaram passar por diversas mudanças visando adequação às normas utilizadas internacionalmente: em 2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para emitir regramentos técnicos e informações relevantes sobre os procedimentos contábeis. A classe contábil, ao adotar Normas Internacionais de Contabilidade, auxilia na análise dos investidores nacionais e internacionais e contribui com o crescimento da economia possibilitando maior fluxo de capitais e investimentos provenientes do exterior (VICECONTI e NEVES, 2013). Em 2007, foi promulgada a Lei 11.638; em 2008, a Medida Provisória n.º 449 que no ano de 2009 foi convertida na Lei 11.941; esses marcos legais efetivaram a convergência das Normas Contábeis Brasileiras às Normas da Contabilidade Internacional.

Entre os vários assuntos tratados no processo de convergência, destaca-se o *Impairment*, introduzido no Brasil pela Lei 11.638/2007, no seu artigo 183, parágrafo 3º, o teste de recuperabilidade de ativos também foi pauta do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Seu principal objetivo, conforme Padoveze, Benedicto e Leite (2013), é definir métodos para garantir que os ativos não estejam registrados na Contabilidade com valor que exceda o seu valor recuperável por uso ou venda.

O assunto é antigo, mas estava aparentemente ‘esquecido’ em algumas circunstâncias; a regra ‘valor de custo ou mercado, dos dois o menor’ para os estoques é um tipo de teste de recuperabilidade, o mesmo vale para a depreciação e amortização, que reduzem o valor recuperável do ativo ao longo do tempo. Ou seja, o teste de recuperabilidade de ativos visa entregar aos usuários informações que reportem fidedignamente as condições financeiras dos ativos da companhia (MARTINS et al., 2013).

Várias pesquisas foram feitas buscando demonstrar a evolução da adoção do *Impairment* por parte das empresas brasileiras. Lucena et al. (2009) pesquisaram se as informações sobre *Impairment* eram evidenciadas nas Notas Explicativas dos relatórios anuais dos principais bancos brasileiros; ressalta-se que essa pesquisa foi realizada logo após a emissão das primeiras demonstrações contábeis sob os efeitos da Lei 11.638/2007, sendo conclusivo que, até então, os bancos brasileiros não se sentiam preparados para utilização das normas referentes ao teste de recuperabilidade de ativos e aguardavam pronunciamento dos procedimentos via Banco Central do Brasil.

Tavares (2010) estudou os setores classificados pela BM&FBovespa investigando se estariam cumprindo a política de reconhecimento, mensuração e evidência preconizada no CPC 01. Como a pesquisa anterior, sua base de dados se centralizou nas demonstrações financeiras de 2008, logo após a promulgação da Lei 11.638/2007, e obteve como resultados que nenhuma das empresas analisadas atingiu a conformidade plena com o CPC 01, sendo apontadas dificuldades das organizações no processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, destacando que o processo estaria apenas no início.

Sales, Andrade e Ikuno (2012) pesquisaram a evidência contábil das quinze maiores empresas do ramo de energia elétrica listadas na BM&FBovespa dos anos de 2008 a 2011; notou-se que todas as empresas mencionaram o *Impairment* em suas Notas Explicativas, porém, algumas não especificaram valor ou informações relevantes sobre a perda identificada no teste de recuperabilidade, apresentando apenas conceitos presentes no CPC 01.

No ano de 2014, Barbosa et al. (2014), utilizando-se de informações das empresas listadas na BM&FBovespa nos anos de 2009 a 2011, analisaram a evidência contábil do *Impairment* apenas no Goodwill. Neste período as empresas estavam em adaptação à norma, com clara evolução de evidência das informações acerca do teste de imparidade durante os anos estudados; como nas pesquisas anteriores, as informações estavam incompletas e imprecisas, negligenciando a correta divulgação das informações.

Verifica-se, assim, que até então houve dificuldades para adoção do CPC 01 (R1), inclusive nos segmentos que demandam maior divulgação de informações pelas empresas, como o ‘Novo Mercado’, tanto em pesquisas que envolvem uma análise global dos ativos quanto em pesquisas que abordam itens mais específicos, como o *Goodwill*. Por isso, observa-se a necessidade de verificar, em dados mais recentes, qual a situação das empresas em relação aos requisitos propostos pelo CPC 01 (R1), no que concerne à divulgação do teste de *Impairment*, neste caso, analisando o teste no âmbito por expectativa de rentabilidade futura.

Para esta pesquisa foi levantada a seguinte questão: **Como as empresas listadas no segmento ‘Novo Mercado’ estão procedendo quanto às exigências de divulgação do *Impairment* no *Goodwill* definidas no CPC 01 (R1)?** A escolha do segmento ‘Novo Mercado’ para análise se justifica em razão de seu alto grau de exigibilidade de divulgação de informações, conforme determina os princípios de Governança Corporativa. O objetivo geral da pesquisa foi analisar as empresas listadas no segmento ‘Novo Mercado’ quanto às exigências do CPC 01(R1), no reconhecimento e divulgação do *Impairment*, especificamente no *Goodwill*, nos anos de 2013 e 2014.

Os objetivos específicos foram delimitados em: fazer levantamento bibliográfico acerca dos temas *Impairment* e *Goodwill*, com atenção a produções científicas relacionadas aos assuntos; analisar as Notas Explicativas, visando à verificação da evidência das informações acerca do *Impairment* no *Goodwill*,

de acordo com as metodologias propostas no CPC 01 (R1); analisar, com o auxílio de medidas estatísticas, a divulgação do teste de recuperabilidade; comparar os resultados encontrados neste trabalho com os de pesquisas realizadas anteriormente; verificar a relevância que o *Goodwill* representa para as empresas, analisando-o em relação ao Ativo Total e ao Intangível, sendo possível, desta forma, relacionar a Materialidade do *Goodwill* com a evidenciação de informações.

A pesquisa se justifica: i) pelo alto grau de transparência que as empresas listadas no 'Novo Mercado' precisam evidenciar; ii) pelas determinações legais; iii) para informação aos usuários/investidores; iv) pela carência de pesquisas nesta temática; v) por ser temática relativamente nova. O tema contribui com a difusão e discussão no meio acadêmico e desenvolvimento profissional, auxiliando na adoção dos métodos e normas inseridos pela nova legislação societária e pronunciamentos técnicos que fazem parte do processo de internacionalização da contabilidade brasileira; sendo importante para entendimento da forma como as empresas estão procedendo ao teste e divulgando informações acerca do *Impairment* no *Goodwill*, apontando possíveis divergências, o que é relevante para investidores e órgãos reguladores.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A evidenciação contábil e demonstrações financeiras

As informações originadas da contabilidade são importantes para os diversos usuários, sendo utilizadas para satisfazer necessidades diversas: análise de risco e retorno de investimentos, para investidores; análise da continuidade operacional da empresa, principalmente para clientes; destinação dos recursos, para o governo e agências; evolução do desempenho e desenvolvimento da entidade, para o público em geral. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010). As informações contábeis emitidas pelas empresas precisam representar a realidade econômica e financeira destas.

O principal elo de comunicação, para evidenciação destas informações, são as demonstrações financeiras, que, por sua vez, são relatórios contábeis que expõem de forma resumida e ordenada "os principais fatos registrados pela Contabilidade em um determinado período" (IUDÍCIBUS e MARION, 2010, p. 213). As demonstrações financeiras emitidas pela Contabilidade atualmente são:

- a. Balanço Patrimonial – relata os bens e direitos à sociedade, bem como as obrigações com terceiros e os recursos investidos pelos proprietários;
- b. Demonstração do Resultado do Exercício – informa o lucro ou prejuízo apurado pela companhia durante seu exercício social;
- c. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – menciona as modificações ocorridas nas contas dos acionistas da companhia;
- d. Demonstração dos Fluxos de caixa – apresenta os recebimentos e os pagamentos relacionados com as atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos;
- e. Demonstração do Valor Adicionado – demonstra a riqueza gerada pela sociedade e sua distribuição para os empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída;
- f. Notas Explicativas – contêm os critérios utilizados pelo contador para elaboração das demonstrações contábeis e outras informações necessárias para o entendimento desses relatórios pelos leitores. (ALMEIDA, 2010, p. 1-2).

As Notas Explicativas, principal fonte de informação para realização desta pesquisa, foram contempladas recentemente com orientação técnica emitida pelo CPC, visto a extensão do material apresentado pelas empresas. Segundo a OCPC 07, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Deliberação nº. 727, de 11 de novembro de 2014, os agentes de mercado "têm notado a existência de informações irrelevantes, ao mesmo tempo em que se comentam faltas de informações relevantes".

Sintetizando as disposições da Orientação Técnica OCPC 07, as empresas devem atentar para a evidenciação de todas as informações relevantes, aquelas que podem influenciar no processo decisório, não devendo divulgar as informações consideradas irrelevantes. Deve-se também evitar a repetição de fatos, políticas e outras informações, para que não seja desviada a atenção do usuário; fazer uso de linguagem direta e objetiva, de forma a ser mantida a boa compreensão do usuário, utilizando-se ainda, quando necessário, de glossário completo, conciso, apresentado em conjunto com as demonstrações.

Salienta-se que esta orientação chama a atenção para uma abordagem quanto às exigências de divulgação inseridas pelos pronunciamentos técnicos e outras normas específicas. Embora em algumas normas apareçam expressões 'divulgação mínima', 'no mínimo' ou outras semelhantes, a evidenciação de informações não precisa, necessariamente, atender às exigências na íntegra, desde que os itens exigíveis pelas normas não se caracterizem como relevantes aos interesses dos usuários da informação contábil.

No ano de 2013, a Ernst & Young e Fipecafi realizaram estudo com algumas empresas para verificar como estava o processo de reaprendizagem dos envolvidos com as informações contábeis, sendo analisadas demonstrações das maiores empresas do Brasil na época, com representantes dos maiores setores; o estudo inferiu que, apesar da melhoria nas informações divulgadas, ainda se publicavam grande quantidade de informações que não geravam benefício significativo para os usuários.

## 2.2 Internacionalização da contabilidade brasileira e *Impairment test*

Na perspectiva de, entre outros motivos, entregar informações de qualidade principalmente aos usuários de outros países e harmonização com os procedimentos adotados internacionalmente, a Contabilidade brasileira passou por profundas mudanças a partir de 2007. Segundo Niyama (2010), esse processo foi introduzido para minimizar as diferenças internacionais no *financial reporting*, visto que as nações têm se aproximado cada vez mais, fortalecendo relações comerciais e com necessidade maior de comunicação entre elas, o que gera dificuldades em razão dessas diferenças. O processo de harmonização das normas contábeis:

- Melhora e aumenta a transparência, a compreensão e a comparabilidade das informações divulgadas aos diferentes mercados financeiros;
- reduz custos de elaboração, divulgação e de auditoria das demonstrações financeiras;
- elimina significativamente as diferenças em resultados gerados pelo reconhecimento contábil das operações a partir de um único conjunto de normas;
- viabiliza os investimentos diretos estrangeiros e o fluxo de capitais internacional;
- facilita e simplifica o processo de consolidação das demonstrações financeiras;
- melhora a comunicação da empresa com seus investidores nacionais e estrangeiros. (PADOVEZE, BENEDICTO e LEITE, 2013, p. 10)

Vários órgãos em nível mundial têm despendido esforços na busca de uma harmonização internacional da contabilidade, entre estes se destaca o *International Accounting Standards Board* (IASB), sendo sua função “promover a convergência entre as normas contábeis locais e as normas internacionais de Contabilidade para soluções de alta qualidade e transparência” (PADOVEZE, BENEDICTO e LEITE, 2013, p. 11). Os instrumentos têm sido a emissão das *International Accounting Standards* (IAS) e *International Financial Reporting Standards* (IFRS). No Brasil, essas normas são introduzidas pelos Pronunciamentos Técnicos (PT), Orientações Técnicas (OCPCs) e Interpretações Técnicas (ICPCs) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tendo como essência descrever procedimentos a serem adotados para adequação às exigências da harmonização.

Neste contexto, a partir do IAS 36, em 14 de setembro de 2007, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, que dispõe sobre todos os aspectos e procedimentos para realização do *Impairment test*. Em tradução livre, o termo *Impairment* quer dizer perda. Segundo CPC 01 (R1), um ativo sujeito ao *Impairment test* é um Ativo que necessita do reconhecimento de ajuste para perdas por desvalorização.

Para Viceconti e Neves (2013, p. 345), “o teste de recuperabilidade do valor de ativos ou unidades geradoras de caixa consiste em comparar o valor recuperável destes com o seu valor contábil”. Ernst & Young e Fipecafi (2010, p. 348) afirmam que o *Impairment test* objetiva “assegurar que o valor contábil líquido de um ativo ou grupo de ativos de longo prazo não seja superior ao seu valor recuperável”. Segundo Martins et al. (2013, p. 288), “se os ativos estiverem avaliados por valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou da venda, a entidade deverá reduzir esses ativos ao seu valor recuperável, reconhecendo no resultado a perda referente à essa desvalorização”.

O teste de recuperabilidade de ativos visa garantir que os ativos da entidade não estejam acima do seu valor real, refletindo fidedignamente a situação econômica e financeira destes ativos e entregando aos usuários informações mais precisas.

## 2.3 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)

O Pronunciamento Técnico CPC 04 define *Goodwill* como:

(...) um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações contábeis. (CPC 04).

Conforme CPC 01 (R1) o ágio por expectativa de rentabilidade futura deve ser testado anualmente mesmo que não apresente indícios de perda. A Figura 1, a seguir, demonstra o processo do *Impairment test* desde o reconhecimento do *Goodwill* até a realização do teste e divulgação das informações.

Figura 1: Fases do processo de teste de *Impairment* no *Goodwill*

Figura 1: Fases do processo de teste de *Impairment* no *Goodwill*  
 Fonte: Adaptado de Barbosa et al. (2014, p. 164).

O CPC 15 define as diretrizes para reconhecimento do ágio por expectativa de rentabilidade futura em uma combinação de negócios. Há obrigatoriedade de anualmente proceder ao teste de *Impairment* no *Goodwill*, definindo as premissas que nortearão o teste; então, após o teste é reconhecida ou não a perda, evidenciando, desta forma, as informações conforme exigências. Explicitado no CPC 01 (R1), as empresas, reconhecendo ou não perdas por *Impairment* no ágio por expectativa de rentabilidade futura, devem atender às exigências de divulgação determinadas por este pronunciamento técnico.

### 3 METODOLOGIA

Quanto às estratégias de pesquisa, as utilizadas neste trabalho foram a bibliográfica e a documental. A pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido a partir do material já produzido e publicado para outras finalidades” (DUARTE e FURTADO, 2014, p. 28), por meio desta busca-se compreender os assuntos abordados e também evitar a execução de pesquisa já realizada. A pesquisa documental “é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências” (MARTINS e THEÓFILO, 2007, p. 55). Neste caso, para realização desta pesquisa os dados foram extraídos das demonstrações financeiras das companhias listadas na BM&FBovespa, no segmento ‘Novo Mercado’, dos anos de 2013 e 2014.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva para identificar e analisar o *Impairment test* nas demonstrações das companhias. O estudo também apresenta análise qualitativa de forma a identificar, nas Notas Explicativas das empresas, os procedimentos utilizados acerca do *Impairment* no *Goodwill*, observando o conteúdo divulgado. Neste sentido, na possibilidade de haver nova pesquisa que implique a análise da mesma amostra, pode, em alguns casos, haver uma visão diferente, de viés interpretativo. Foram utilizadas medidas estatísticas descritivas com a finalidade de entender e comparar os índices de evidenciação de cada empresa e setores da economia.

#### 3.1 Delimitação da amostra

Inicialmente, para realização desta pesquisa, foram consideradas todas as empresas listadas no segmento ‘Novo Mercado’ da BM&FBovespa, redirecionadas para amostra das demonstrações financeiras das empresas que evidenciaram *Goodwill* nos anos de 2013 e 2014, conforme demonstrado do Quadro 1:

Quadro 1 – Definição da amostra

	2013		2014	
Empresas ‘Novo Mercado’	132	100,00%	132	100,00%
Não evidenciaram <i>Goodwill</i>	-46	34,84%	-48	36,36%
Não apresentaram demonstração	-2	1,52%	-	0,00%
<b>Amostra</b>	<b>84</b>	<b>63,64%</b>	<b>84</b>	<b>63,64%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em setembro de 2015, período em que as demonstrações foram extraídas do site da BM&FBovespa, o ‘Novo Mercado’ era composto por 132 empresas, destas, 46 no ano de 2013 e 48 no ano de 2014 não apresentaram evidenciação do *Goodwill* em seus relatórios financeiros. Da mesma forma, no ano de 2013 duas empresas não apresentaram demonstrações, que só foram divulgadas a partir de 2014. Assim, a amostra ficou definida por 84 empresas, que representam 63,64% das companhias do ‘Novo Mercado’, nos dois anos.

Destaca-se, também, que algumas empresas finalizam o exercício social no mês de março, nestes casos, foram utilizadas as demonstrações finalizadas em março/2014 para o grupo de empresas de 2013, e em março/2015 para o

grupo de empresas de 2014. Estas são a Biosev, a São Martinho e a Tereos.

### 3.2 Definição dos itens de evidenciação

Para verificação das exigências de evidenciação do PT – CPC 01 (R1), em relação ao *Impairment no Goodwill*, foi adotada a metodologia proposta por Barbosa et al. (2014), apresentada de forma resumida no Quadro 2:

Quadro 2 – Itens de evidenciação

Item	Exigências
1	Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa (UGC)
2	Linha da DRE na qual a perda foi incluída
3	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda
4	A base de cálculo, se valor em uso ou valor justo
5	Descrição da Unidade Geradora de Caixa
6	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
7	A taxa de desconto utilizada na estimativa corrente
8	Descrição das premissas-chave que serviram de base para o cálculo
9	Descrição da abordagem para os valores alocados a cada premissa-chave (se refletem a experiência passada ou se estão assentadas em informações externas)
10	Especificar o período (em anos) sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa
11	A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa
12	Os reflexos decorrentes de uma possível mudança na premissa-chave
13	O valor contábil do Goodwill alocado à Unidade Geradora de Caixa

Fonte: Adaptado de Barbosa et al. (2014, p. 165).

Os itens 1 a 3 devem ser evidenciados pelas empresas que reconheceram perda por *Impairment* no período; os itens 4 a 13 devem ser evidenciados por todas as empresas que efetuaram o teste, tendo ou não reconhecido perda.

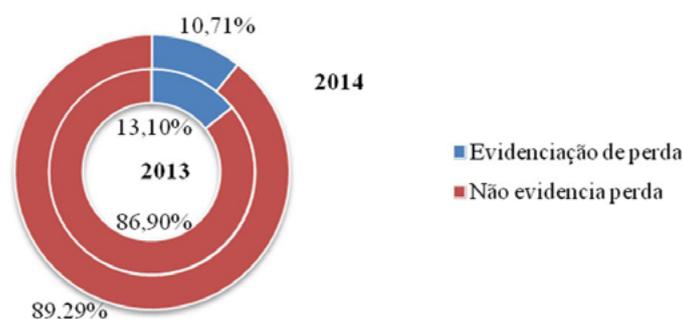
Para verificação do atendimento aos itens em questão, foram lidas as Notas Explicativas das empresas em estudo, de forma a localizar, em especial, as palavras: recuperável, *Impairment*, imparidade, valor recuperável, ágio por expectativa de rentabilidade futura e *Goodwill*, assim, foi possível a obtenção das informações necessárias ao estudo.

Na definição dos índices de evidenciação, foi atribuído peso 1 a cada item evidenciado e zero quando não evidenciado; em seguida, foi dividida a soma atribuída a cada empresa pelo total dos itens. Ressalta-se que, como os itens de 1 a 3 são de reconhecimento da perda, para as empresas que não reconheceram perda estes não foram considerados no cálculo dos índices; assim, se a empresa reconheceu a perda, deve atender aos 13 itens, se não, apenas 10.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em pesquisas realizadas em anos anteriores verificou-se que o teste não havia sido efetuado por todas as empresas analisadas. Neste trabalho, porém, foi constatado que todas as 84 empresas, nos períodos analisados, realizaram o *Impairment test*. Destas, no ano de 2013, 13,10% reconheceram perda e 86,90% não evidenciaram ocorrência de perda.

Gráfico 1 – Empresas que reconheceram perda – 'Novo Mercado' – 2013/2014



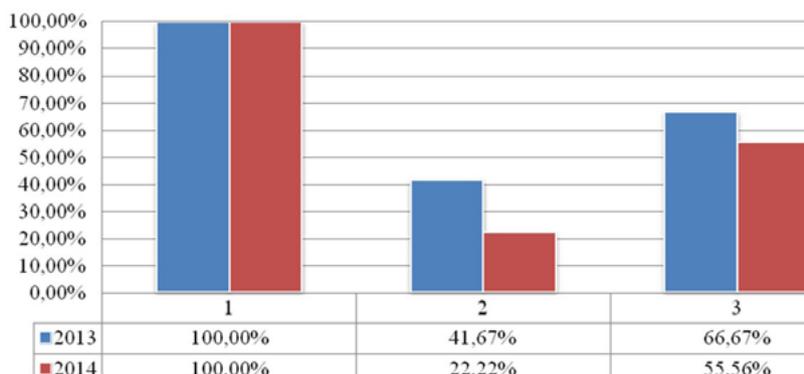
Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2014, da mesma maneira, todas as empresas realizaram o teste, com um reconhecimento de perda evidenciado por 10,71% delas. Assim, 89,29% não reconheceram perda por *Impairment*.

#### 4.1 Evidenciação das exigências de divulgação

Conforme discutido, os itens de 1 a 3 referem-se ao reconhecimento da perda por *Impairment*, enquanto os itens de 4 a 13 referem-se a exigências de divulgação. Assim, são apresentados separadamente.

Gráfico 2 – Itens de reconhecimento – ‘Novo Mercado – 2013/2014



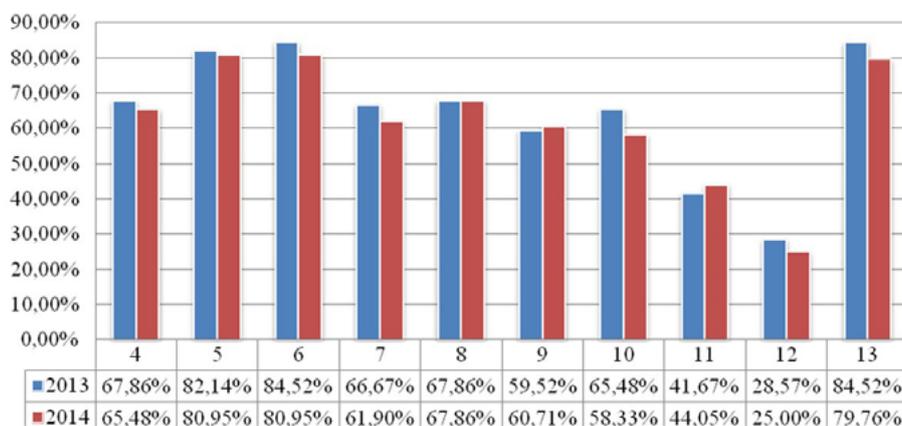
Fonte: Dados da Pesquisa.

Do total de empresas analisadas, 11 reconheceram perda em 2013 e 9, em 2014. Destas, conforme demonstrado no Gráfico 3, 100% evidenciaram o item 1, que se refere ao valor da perda nas Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

Por outro lado, o item 2, que exige a evidenciação da linha na DRE na qual a perda foi incluída, foi evidenciado por 41,67% das empresas em 2013 e 22,22% em 2014. Todas estas empresas, nos dois anos, informaram a evidência da perda na linha das ‘Outras Despesas Operacionais’.

Já o item 3, que exige a evidenciação dos eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda, foi evidenciado por 66,67% das empresas em 2013 e 55,56% em 2014. Neste ponto, ocorreram justificativas diversas, tais como a não expectativa de rentabilidade futura, a desativação de segmentos, venda de ativos da UGC, aumento dos custos das operações, entre outras. Verifica-se aqui que, proporcionalmente, houve diminuição na evidenciação destes itens, com diferença mais significativa no item 2.

Gráfico 3 – Itens de evidenciação – ‘Novo mercado’ – 2013/2014



Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme demonstrado no Gráfico 3, o item 4, a base de cálculo utilizada (valor em uso ou valor justo), foi evidenciado em 2013 por 67,86% das empresas, e por 65,48% em 2014. Neste caso, quase todas as empresas utilizaram o valor em uso para determinar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Os itens em que se observou maior volume de evidenciação foram o item 5, descrição da UGC; o item 6, método utilizado para cálculo do valor recuperável; e o 13, valor contábil do *Goodwill* alocado à UGC. O item 5 foi evidenciado por 82,14% da amostra em 2013 e 80,95% em 2014. Neste item observou-se que as principais UGC a que o *Goodwill* foi alocado foram os segmentos operacionais das empresas, bem como aos ativos de que o ágio foi resultante.

O item 6 foi evidenciado por 84,52% das empresas em 2013 e 80,95% em 2014, sendo o método mais utilizado o fluxo de caixa descontado, tanto para aquelas empresas que utilizaram valor em uso quanto as que utilizaram o valor justo.

O item 7, taxa de desconto utilizada, foi evidenciado em 2013 por 66,67% das empresas e em 2014 por 61,90% do total das empresas analisadas. O único item com evidenciação feita pelo mesmo número de empresas nos dois anos foi o item 8, as premissas-chave que serviram de base para o cálculo do valor recuperável. Em ambos os anos 67,86% das empresas evidenciaram este item. Foram divulgadas premissas diversas, tais como projeção de receitas, despesas, custos, taxa de inflação, entre outras.

O item 9, descrição da abordagem para determinação das premissas-chave (experiência passada ou informações externas), em 2013, foi evidenciado por 59,52% das empresas; em 2014, por 60,71%. Neste caso, a maioria das empresas considera premissas baseadas em experiência passada.

Quase todos os itens avaliados foram evidenciados por número maior de empresas em 2013 do que no ano de 2014. Nenhuma das diferenças é considerada significativa, a maior diferença observada foi no item 10, que se refere ao período de projeção dos fluxos de caixa, 65,48% das empresas em 2013 evidenciaram informações acerca deste item, e 58,33% em 2014 divulgaram esses dados, observando-se diferença de 7,15% entre os dois períodos. Destaca-se aqui que, nos dois anos analisados, as empresas utilizaram períodos para projeção dos fluxos de caixa entre três e dez anos, justificando a escolha destes intervalos principalmente por razões orçamentárias.

No item 11, a taxa de crescimento utilizada para extrapolar os fluxos de caixa foi evidenciada em 2013 por 41,67% das empresas e por 44,05% em 2014. Já o item 12, os reflexos decorrentes de uma possível mudança nas premissas-chave, foi evidenciado por 28,57% delas em 2013, e apenas 25% em 2014. A maioria das empresas que evidenciaram o item 12 informou que não haveria reflexos significativos no valor recuperável se existissem mudanças nas premissas que norteariam o teste.

O item 13 foi evidenciado por 84,52% das empresas em 2013 e por 79,76% em 2014. Basicamente foram informados os valores atribuídos a cada UGC para realização do teste de recuperabilidade.

Por fim, ressalta-se que algumas informações são primordiais para efetuação dos cálculos e determinação do valor recuperável, e, no entanto, não foram evidenciadas satisfatoriamente. Neste caso, analisando o percentual de divulgação do método utilizado para cálculo do valor recuperável (item 6), em que a maioria divulgou o fluxo de caixa descontado, e relacionando com as informações dos itens 7, 8, 9, 10 e 11, verifica-se que há insuficiência de informações quanto aos procedimentos utilizados para calcular os fluxos de caixa descontados.

#### 4.2 Análise estatística descritiva

Com a utilização dos dados explicitados na subseção anterior foi possível definir os índices de evidenciação de cada empresa analisada mediante os procedimentos discutidos na metodologia. Assim, utilizou-se o número de itens evidenciados por cada empresa, dividindo-os pelo número de itens exigíveis possíveis de serem evidenciados e, assim, encontraram-se os índices de evidenciação. Destes resultados, foram calculadas, com a utilização do programa Microsoft Excel, as medidas estatísticas referentes a estes índices de evidenciação.

Tabela 1 – Análise estatística dos índices de evidenciação – 'Novo Mercado' 2013/2014

Medidas	2013	2014
Média	64,89%	62,51%
Mediana	80,00%	73,46%
Moda	90,00%	90,00%
Desvio-Padrão	31,26%	31,84%
Variância	9,77%	10,14%
Mínimo	0,00%	0,00%
Máximo	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme os resultados das estatísticas descritivas expostos na Tabela 1, em média, as empresas evidenciaram 64,89% em 2013 e 62,51% em 2014, uma diferença de 2,38% entre os dois anos. O desvio-padrão de 31,26% em 2013 e 31,84% em 2014 demonstra que os valores dos índices da amostra são bem dispersos, estando espalhados por uma gama de valores. Enquanto algumas empresas evidenciaram todos os itens possíveis, outras não evidenciaram item algum, informando apenas a execução do teste de recuperabilidade. Da mesma forma, a variância de 9,77% em 2013 e 10,14% em 2014 sugere que os valores individuais da amostra, em média, estão distantes da média amostral, com dispersão significativa.

Neste sentido, conforme dados da Tabela 1, o índice de evidência maior foi de 100%, proveniente daquelas empresas que atenderam a todos os itens determinados nesta pesquisa, efetuados por 13 empresas em 2013 e 11 empresas em 2014. Da mesma forma o índice menor foi 0,00%, em que as empresas não evidenciaram nenhum item, com 7 empresas em 2013 e 2014. Estas empresas, geralmente, apenas descrevem a forma como se procede ao *Impairment test*, nos moldes que se verificam nas políticas empresariais, sem evidenciar maiores detalhes.

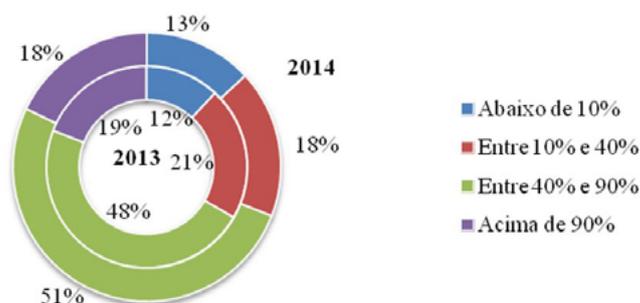
O índice mais encontrado nos dois anos foi de 90% do total dos exigidos, com 16 empresas em 2013 e 17 em 2014. Há ainda índices diversos, justificando as medidas estatísticas desvio-padrão e variância, com grande dispersão do nível de evidência por cada empresa.

Comparativamente aos resultados de Barbosa et al. (2014), com demonstrações de empresas nos anos de 2009, 2010 e 2011 verifica-se um aumento considerável, nos três anos a média evidenciada foi 15,93%, 42,56% e 45,23%.

#### 4.3 Materialidade do Goodwill no Intangível e Ativo Total

No sentido de verificar a participação do ágio por expectativa de rentabilidade futura no Ativo Intangível foram analisados os valores do ágio em relação aos valores do subgrupo intangível; os resultados auferidos seguem no Gráfico 4:

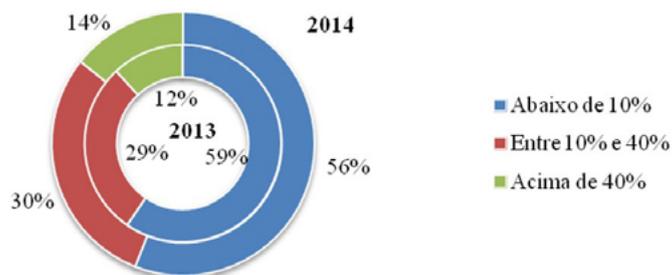
Gráfico 4 – Materialidade do Goodwill no intangível – ‘Novo Mercado’ – 2013/2014



Fonte: Dados da Pesquisa.

Verificou-se, então, que no ano de 2013 12% das empresas possuíam valores no *Goodwill* que representavam menos de 10% do intangível; em 2014, 13% das empresas apresentavam valores neste intervalo. No intervalo de representatividade de 10% a 40% do subgrupo intangível, 21% das empresas em 2013 e 18% destas em 2014 apresentaram valores de *Goodwill*. A maior quantidade de empresas analisadas apresentou valores, nos dois anos, dentro do intervalo de 40% a 90% do Ativo Intangível; isso ocorreu em 48% das empresas em 2013 e 51% em 2014. Verificou-se ainda que 19% das empresas em 2013 e 18% em 2014 apresentaram valores relativos à proporção do intangível acima de 90% deste subgrupo; ressaltando que na empresa BR Propert o valor do intangível é integralmente formado pelo valor do *Goodwill*.

Gráfico 5 – Representatividade *Goodwill* no ativo total – ‘Novo mercado’ – 2013/2014



Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se, que, diferentemente da análise do valor do *Goodwill* em relação ao intangível, o valor do ágio em relação ao Ativo Total é evidenciado por maior número de empresas com proporção abaixo de 10%, nos percentuais de 59% das empresas em 2013 e 56% em 2014. Na representatividade intermediária, entre 10% e 40% do Ativo Total, 29% das empresas evidenciaram seus valores do *Goodwill* em 2013 e 30% em 2014. Já 12% das empresas em 2013 e 14% destas em 2014 evidenciaram valores para o *Goodwill* de forma que representaram acima de 40% do Ativo Total.

Destaca-se nessa análise ter sido verificado que, em quatro empresas em 2013 e em três empresas em 2014, a representatividade do *Goodwill* em relação ao Ativo Total foi muito significativa, extrapolando o percentual de 50%. Ressalta-se, ainda, que na empresa BM&FBovespa, nos anos de 2013 e 2014, a Materialidade de ágio por expectativa de rentabilidade futura em relação ao Ativo Total foi de 62% e 63%, respectivamente; e na empresa BR Insurance foi de 55% em 2013 e 68% em 2014.

Assim, foi constatada a importância do *Goodwill* para o ativo da maioria destas companhias. Por conseguinte, também foi possível verificar que, em boa parte das empresas, quanto mais representativo o *Goodwill*, maior quantidade de detalhes do *Impairment test* foi evidenciada; destacando ainda que, em alguns poucos casos, embora as empresas apresentassem valores significativos do ágio, o seu nível de evidênciação foi relativamente baixo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, conforme definido inicialmente, procurou responder à seguinte questão: Como as empresas listadas no segmento 'Novo Mercado' estão procedendo quanto às exigências de divulgação do *Impairment no Goodwill* definidas no CPC 01 (R1)? Para responder a esta pergunta foram analisadas as demonstrações financeiras das companhias que evidenciaram *Goodwill* em sua estrutura patrimonial, visando entender as características principais de divulgação do *Impairment test* por estas empresas.

Conforme análises realizadas, verificou-se que, em contexto amplo das empresas do 'Novo Mercado', pode-se afirmar que há melhoria no nível de evidênciação contábil se observados os achados dos estudos afins para períodos anteriores, atendendo a maioria das exigências de divulgação do Pronunciamento Técnico, embora, como ocorrido nas outras pesquisas, apenas pequena parte das empresas tenha atendido a todos os requisitos de divulgação do CPC 01 (R1).

Ressalta-se que algumas empresas não apresentaram qualquer detalhamento do teste de recuperabilidade de ativos no *Goodwill*, porém, todas evidenciaram a efetivação do teste, fato que não ocorreu em várias pesquisas realizadas anteriormente. A razão deste fato pode ser o esforço dos profissionais pela harmonização e convergência já em adaptação aos padrões estabelecidos pela Contabilidade Internacional.

Por outro lado, também, a negligênciação de alguns itens pode ser justificada pelo conceito de relevância das informações, destacado na OCPC 07. Essa orientação técnica do CPC, embora tenha caráter obrigatório para as empresas a partir das demonstrações do ano de 2014, destaca que as disposições tratadas por esta orientação já eram discutidas por outros normativos em vigor no Brasil.

Ademais, inferiu-se, sob o aspecto de relevância em relação ao valor do *Goodwill* para a composição patrimonial das companhias, que empresas com evidências de valores mais significativos nesta conta tenderam a evidenciar maiores volumes de informações, este achado é compatível com resultados encontrados por Barbosa et al. (2014).

Todas essas informações podem se caracterizar como importantes para os vários interessados nas empresas, dependendo dos focos de análise; deve-se divulgar o máximo de informações relevantes possível, dando ênfase à qualidade da informação, conforme prescreve a OCPC 07. Em especial, no segmento empresarial pesquisado, há expectativa de adoção de altos padrões de transparência, determinados pelas políticas da Governança Corporativa, garantindo atender expectativas tanto das normas quanto dos usuários.

Embora a presente pesquisa considere, por viés interpretativo, que as empresas analisadas apresentam boa evidênciação contábil referente ao *Impairment test no Goodwill*, também entende que as informações precisam ser melhoradas em quantidade e qualidade, tendo em vista as dificuldades encontradas quando da execução das análises das Notas Explicativas.

Em relação a estas dificuldades, destaca-se a divergência nos valores do *Goodwill* divulgados nas Notas Explicativas e no Balanço Patrimonial, fato que já ocorreu em pesquisa anterior; o caráter subjetivo na apresentação de algumas informações adotadas pelas empresas, dificultando o correto entendimento; a dispersão de informações em algumas empresas, o que também dificultou o processo de análise, com informações referentes ao *Goodwill* e ao *Impairment test* em várias Notas Explicativas. Estes fatos incorrem em maior complexidade aos usuários, conforme sua necessidade de informações, em especial, no segmento 'Novo Mercado', em que se espera a promoção de alta transparência e interatividade com os usuários.

Para futuros estudos, sugerem-se pesquisas com tema alinhado com este, com mesmas empresas ou outras em espaço de tempo diferente para fins comparativos; pesquisas para análise das exigências de evidênciação de *Impairment* em outros grupos de Ativos, como os Ativos financeiros; pesquisas que estimulem o debate de questões que envolvem a evidênciação contábil, como as exigências de outros pronunciamentos técnicos; por fim, sugere-se um estudo mais aprofundado das perdas decorrentes do teste de recuperabilidade, sua relação com o nível de *disclosure* e desempenho econômico-financeiro das empresas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo C. *Curso Básico de Contabilidade: Introdução à metodologia da Contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 03 maio 2015.
- BARBOSA, Josilene da Silva; CONSONI, Silvia; SCHERER, Luciano Márcio; CLEMENTE, Ademir. *Impairment no Goodwill: uma análise baseada na divulgação contábil*. *Revista Educação e Pesquisa em Contabilidade*. Brasília, v. 8, n. 2. Art. 3, p. 159-179, abr/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/1028>>. Acesso em: 5 out. 2015.
- BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO – BM&FBOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/>>. Acesso em: 18 junho 2015.
- BRASIL. *Lei nº. 11.638*, de 28 de Dezembro de 2007. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº. 11.941, de 27 de Maio de 2009*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm)>. Acesso em: 13 abril 2015.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. *Deliberação nº. 727, de 11 de novembro de 2014*. Aprova a Orientação Técnica OCPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 03 maio 2015.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC 01 (R1). *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 6 abril 2015.
- \_\_\_\_\_. *Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral – 2014*. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 13 set. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – IAS 6, 2010*. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 11 abril 2015.
- \_\_\_\_\_. *Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – IAS 38, 2010*. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 28 out. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios – IFRS 3, 2011*. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 28 out. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>>. Acesso em: 8 maio 2015.
- DUARTE, Simone V.; FURTADO, Maria Sueli V. *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- ERNST & YOUNG; FIPECAFI. *Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Análise sobre o IFRS no Brasil*. Edição 2013. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/An%C3%A1lises\\_sobre\\_IFRS\\_no\\_Brasil/\\$FILE/EY\\_Fipecafi\\_2013\\_Web.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/An%C3%A1lises_sobre_IFRS_no_Brasil/$FILE/EY_Fipecafi_2013_Web.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.
- INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. Disponível em: <<http://www.ibra-con.com.br/ibracon/Portugues/>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José C. *Contabilidade Comercial: atualizado conforme Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; FERNANDES, Maria Sueli Arnoud Miguel; FRANÇA, José Antônio de; CAPELLETTO, Lucio Rodrigues. Estudo do Nível de Evidenciação do *Impairment* pelos Bancos Brasileiros: uma aplicação da análise do conteúdo com base nas notas explicativas. *Revista Contabilidade e Controladoria*. Curitiba, v. 1, n. 1. Jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rcc/article/view/14744>>. Acesso em: 18 abril 2015.
- MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sergio de. *Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MARTINS, Gilberto de A.; THEÓPHILO, Carlos R. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- NIYAMA, Jorge K. *Contabilidade Internacional*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PADOVEZE, Clóvis L.; BENEDICTO, Gideon C.; LEITE, Joubert S. J. *Manual de Contabilidade Internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap – Teoria e prática*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SALES, Isabel Cristina Henriques; ANDRADE, Luiz Felipe Figueiredo de; IKUNO, Luciana Miyuki. *Impairment e o Setor de Energia Elétrica: Características da Evidenciação Contábil*. *Revista Ambiente Contábil*. Natal, v. 4, n. 1. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1913>>. Acesso em: 25 abril 2015.
- TAVARES, Márcia F. N. *Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação Contábil: um estudo sobre o nível de conformidade das empresas listadas na BOVESPA com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Ciências Contábeis. Recife, 2010. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgcontabeis/imagens/documentos/Dissertacoes/marcia%20ferreira%20neves%20tavaras%2022%2002%202010.pdf>>. Acesso em: 23 abril 2015.
- VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério. *Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras*. 17. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2013.

# Excesso de confiança e otimismo sobre a estrutura de capital de firmas brasileiras com diversidade no Conselho de Administração

## *Excess of confidence and optimism on brazilian firms capital structure with diversity in the Board of Directors*

Este trabalho participou do 3º Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais da FGV promovido em São Paulo (SP) nos dias 15 e 16 de agosto de 2016

### RESUMO

O objetivo foi analisar a influência do excesso de confiança e otimismo gerencial sobre a estrutura de capital de firmas brasileiras aderentes à diversidade no conselho de administração. A amostra da pesquisa foi composta por 50 empresas, sendo 26 companhias que possuíam todos os mecanismos e 24 que não possuíam nenhum dos mecanismos de governança corporativa. Na análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva e a análise em painel. Observou-se que empresas sem mecanismos de governança corporativa apresentam maior volume de ações em tesouraria, bem como alavancagem contábil e de mercado. Os resultados demonstraram que as empresas não aderentes à diversidade no conselho de administração possuem maior excesso de confiança e otimismo gerencial no endividamento e são mais propensas à recompra de ações em tesouraria do que as firmas que possuem adesão aos mecanismos de governança corporativa (não dualidade do conselho de administração, membros externos e presença de mulheres). Esta pesquisa contribui com evidências empíricas de que mecanismos de governança corporativa podem ter um efeito de limitar o excesso de confiança e otimismo gerencial das empresas.

**Palavras-chave:** Excesso de confiança. Mecanismos de governança corporativa. Estrutura de capital.

### ABSTRACT

*The main objective was to analyze the influence of overconfidence and management optimism over the capital structure in Brazilian firms adhered to the diversity in the board of directors. The research sample was consisted of 50 companies, of which, 26 were companies that had all the mechanisms and 24 that did not have any of the mechanism of corporate governance. In the data analysis the descriptive statistics and panel analysis were used. It was observed that companies without mechanism of corporate governance have a greater volume of treasury shares as well as accounting and market leverage. The results showed that companies that are not adhered to board diversity have greater overconfidence and managerial optimism to indebtedness and are more likely to repurchase treasury shares than firms that have adherence to mechanisms of corporate governance (non-duality of Board of directors, external members and presence of women). This research contributes with empirical evidence that mechanisms of corporate governance may have an effect of limiting the overconfidence and management optimism by the companies*

**Keywords:** Overconfidence. Mechanisms of corporate governance. Capital structure.

### Thiago Bruno de Jesus Silva

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Contato: Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Unidade II, Caixa Postal 364, CEP: 79.804-970, Dourados (MS), Brasil.  
E-mail: [thiagobruno.silva@yahoo.com.br](mailto:thiagobruno.silva@yahoo.com.br).

### Paulo Roberto da Cunha

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Contato: Rua Antônio da Veiga, 140, Sala D 202, Bairro Victor Konder, CEP: 89.012-900, Blumenau (SC).  
E-mail: [pauloccsa@furb.br](mailto:pauloccsa@furb.br).

### Rafael Ferla

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Contato: Rua Antônio da Veiga, 140, Sala D 202, Bairro Victor Konder, CEP: 89.012-900, Blumenau (SC)

## 1 INTRODUÇÃO

A estrutura de capital das empresas é um dos temas mais estudados em finanças corporativas nas últimas décadas, tendo seu debate iniciado com Durand (1952) a respeito da estrutura e o valor das empresas, posteriormente fortalecidas as discussões com o trabalho de Modigliani e Miller (1958).

Frank e Goyal (2003) destacam que não há uma teoria universal sobre estrutura de capital e não há motivos para sua existência. As teorias da corrente de pesquisa tradicional, *trade-off* e *pecking order*, versam sobre decisões de endividamento pautadas no pressuposto da racionalidade limitada, contudo, a irracionalidade dos agentes é amplamente evidenciada pela perspectiva comportamental (THALLER, 1999; HEATON, 2002; MALMENDIER; TATE, 2005).

Neste contexto, correntes na literatura de finanças corporativas apresentam o fato de os gestores poderem ter um impacto significativo nas decisões organizacionais, como as que afetam a estrutura de capital (CRONQVIST, MAKHIJA e YONKER, 2012). Sob a perspectiva comportamental, Frank e Goyal (2011) apontam que a característica do profissional pode ter um impacto sobre a variação da alavancagem entre as firmas, em que os vieses no comportamento podem ter poder explicativos para as decisões corporativas (ANDRIOSOPOULOS; LASFER, 2014).

A teoria comportamental defende que a existência de possíveis vieses no comportamento dos agentes pode levá-los a tomar decisões menos voltadas a aspectos racionais e interferir na estrutura de capital (THALLER, 1999). Desta forma, elementos de irracionalidade dos gestores, como o excesso de confiança e otimismo, tendem a superestimar os investimentos incertos (HIRSHLEIFER, LOW e TEOH, 2012), tornando o agente mais propenso à recompra de ações (BEN-DAVID; HIRSHLEIFER, 2012; ANDRIOSOPOULOS; LASFER, 2014), contribuindo para o aumento no nível de endividamento da empresa (SCHRAND; ZECHMAN, 2012).

Mohamed, Baccar, Fairchild e Bourri (2012) afirmam que os mecanismos de governança corporativa podem inibir o excesso de confiança e otimismo dos agentes. Os autores concluíram que os mecanismos de governança corporativa eficazes podem gerar grande impacto sobre a existência dos vieses comportamentais dos agentes, reduzindo a probabilidade de optar por estratégias corporativas que não sejam favoráveis às organizações.

A governança corporativa é vista como solução para resolver problemas de agência que possam derivar do potencial conflito de interesses entre acionistas e administradores (JENSEN; MECKLING, 1979). Neste foco, atribui-se à governança o papel de delimitar as estratégias discricionárias dos gestores e eliminar e/ou reduzir os conflitos de agência (MARNET, 2004). Fraga e Silva (2012) argumentam que o conselho é instância-chave para monitorar a gestão. Fama e Jensen (1983) descrevem os problemas da separação entre a propriedade e o controle e também a importância do conselho de administração, como no monitoramento das decisões relevantes das firmas.

No entanto, Oliveira (2013) ressalta que as práticas de governança corporativa receberam atenção, sobretudo, o conselho de administração, principalmente, a partir dos escândalos financeiros e contábeis na última década. Rost e Osterloh (2009) explicam que a principal razão para os conselheiros das empresas não terem visto os problemas dos casos de escândalos financeiros, como a crise financeira de 2008, foi a homogeneidade dos conselhos, em relação à ausência de uma representação diversa com ponto de vista diferente entre os membros, o que conduziu ao comportamento de manada e de pensamento de grupo (*group think*).

Apesar dos problemas tradicionais causados pela separação de propriedade e controle, a literatura sugere que o viés comportamental pode beneficiar, bem como um conselho altamente distorcido pode destruir o valor dos acionistas (BARNEJEE et al., 2014). Estudos trazem a suposição sobre o efeito potencial da governança corporativa para delimitar o efeito do otimismo dos gestores, como Malmendier e Tate (2005) e Huang et al. (2011). O excesso de confiança e otimismo induz os gestores a acreditar no aumento de financiamento externo ou optar por uma estratégia de investimento com retorno negativo, conforme Campbell et al. (2011) exemplificam. Desta forma, o viés psicológico dos gestores pode conduzi-los a decisões desfavoráveis.

Os mecanismos da governança corporativa podem ter efeito para limitar as irracionalidades gerenciais, podendo o conselho de administração reduzir esses efeitos com a existência de conselheiros independentes para executar a monitorização dos gestores (MOHAMED et al. 2012), que são descritos por Jensen (1983) como especialistas externos; a não dualidade entre os cargos de CEO e presidente do conselho, visto que será um tomador de decisões e um controlador (MOHAMED et al. 2012); e a presença das mulheres, pois o conselho de administração formado apenas por homens enfraqueceria sua independência (TERJESEN; SEALY; SINGH, 2009).

Visto o contexto, espera-se que as firmas aderentes aos mecanismos de governança tenham impacto menor das características enviesadas na variação das decisões de alavancagem do que as firmas que não aderem, visto que a diversidade incorporada dentro do conselho assume importância no contexto da governança no qual favorece maior diversidade de opiniões e interesses, o que se torna necessário para manter discricção gerencial sobre as decisões operacionais e estratégicas dentro de limites razoáveis (FRANCOEUR; LABELLE; DESGAGNE, 2008). Desta forma, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual a influência do excesso de confiança e otimismo gerencial sobre a estrutura de capital de firmas brasileiras aderentes à diversidade no conselho de administração?** O estudo tem como objetivo analisar a influência do excesso de confiança e otimismo gerencial sobre a estrutura de capital de firmas brasileiras que possuem conselho de administração diversificado.

O estudo contribui para a literatura por investigar a influência do excesso de confiança e otimismo sob a

perspectiva de firmas que aderem à diversidade de governança corporativa acerca do seu efeito para delimitar os vieses comportamentais dos gestores, questão levantada por Malmendier e Tate (2005) e Huang et al. (2011) e sobre a qual a discussão na literatura de finanças comportamentais ainda é seminal (MOHAMED et al. 2012). Mohamed et al. (2012) consideraram a existência do conselho de administração e membros externos, e este estudo se diferencia por acrescentar a presença feminina no conselho de administração por considerar os estudos anteriores, como o de Singh et al. (2008), os quais afirmam que a homogeneidade apenas pela presença dos homens, na estrutura de governança corporativa, pode não limitar os efeitos das características enviesadas dos CEOs.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta etapa serão apresentadas as correntes teóricas tradicionais relacionadas à estrutura do capital das organizações e as lacunas destas perspectivas que favoreceram o florescimento do campo de estudos voltado à teoria de finanças comportamentais. Além disso, será apresentada a importância da diversidade no conselho de administração nas decisões das firmas, com informações levantadas em base de dados como o Portal de Periódicos Capes, JSTOR, *Science Direct*, *Scopus – Document Search* e *SPELL – Scientific Periodicals Electronic Library*.

As palavras-chave utilizadas para as buscas dos estudos foram: Excesso de confiança e Otimismo, Governança Corporativa, Estrutura de Capital, Diversidade no Conselho de Administração. Para artigos internacionais foram utilizados esses mesmos termos em inglês: *Overconfidence and Optimism, Corporate Governance, Capital Structure, Diversity Board*.

A partir destas publicações, foram levantados os trabalhos clássicos de períodos anteriores que possuem alto impacto (APOSTOLOU et al. 2010).

### 2.1 Estrutura de Capital

A abordagem tradicional relacionada à estrutura do capital, defendida pioneiramente por Durand (1952), pressupõe a existência de uma combinação ótima de capital a partir da utilização de capital próprio e de terceiros que favoreça a redução do custo do capital e maximize o valor da organização.

Estudos posteriores como os de Modigliani e Miller (1958), no entanto, contrariaram esta postura ao negarem a existência de uma estrutura ótima de financiamento. Sob esta ótica, políticas de investimentos e de financiamentos não se relacionavam, assim como a estrutura de capital e o valor da empresa eram coisas diferentes. Havia a crença no mercado eficiente, em informações públicas, na ausência de custos de transação e na não interferência dos agentes nos preços (FAMA, 1970).

Estes pressupostos de mercados eficientes, no entanto, foram confrontados ao longo do tempo em função de novos estudos, como os de Jensen e Meckling (1976), que preconizavam a interação entre as políticas de investimentos e de financiamentos, a interferência do mercado no comportamento dos gestores e o interesse de maximização individual do agente. A partir de então, pesquisadores vêm estudando formas variadas de composição do capital que favoreçam a maximização do valor da empresa (MILLER, 1977; MYERS, 1984; MYERS; MAJLUF, 1984).

Modigliani e Miller (1963) concluíram que as firmas deveriam apresentar o maior grau de alavancagem possível, demonstrando que o valor da empresa depende linearmente do seu grau de endividamento. Os autores mostraram que o benefício fiscal pode afetar o custo de capital da empresa, e essas vantagens fiscais são recursos importantes para os acionistas, pois afetam diretamente o valor de mercado da empresa.

Desses estudos resultaram perspectivas como as teorias *Pecking order* e *Trade off*. Na teoria *Pecking Order*, por sua vez, há uma definição hierárquica dos recursos que serão utilizados para financiar os ativos da empresa. Utilizam-se inicialmente os recursos internos, em função da assimetria de informação e custos de transação, e em seguida fontes externas, escolhidas em função do acesso e do custo (MYERS, 1984; MYERS; MAJLUF, 1984).

Segundo a hierarquia das fontes de financiamento as firmas possuem preferência pela forma de financiamento, os gestores das organizações exercem a preferência por financiar-se, primeiramente, por meio dos lucros retidos, depois pelo endividamento e, em última circunstância, pela emissão de ações (MYERS, 1984).

A teoria *Trade Off* defende que a firma necessita buscar uma combinação ótima entre o capital próprio e de terceiro para ser capaz de maximizar os benefícios do endividamento e minimizar seus custos ao mesmo tempo, atingindo assim o equilíbrio (MYERS, 1984).

Uma vasta literatura empírica demonstra os fatores determinantes da estrutura de capital, como Titman (1984), Titman e Wessels (1988), Harris e Raviv (1991), Nakamura (1992), Rajan e Zingales (1995), Ozkan (2001), Leal e Gomes (2001), Fama e French (2002), Perobelli e Famá (2002), Grinblatt e Titman (2002), Myers (2003), Frank e Goyal (2004), Klotzle e Biagini (2004), Brito e Lima (2005), Nakamura et al. (2007), Bastos, Nakamura e Basso (2009).

Firmas com alto grau de liquidez corrente poderiam comportar maior grau de endividamento externo, pois teriam melhores condições para efetuar o pagamento dos empréstimos quando devidos. Já as empresas com maior liquidez em seus ativos poderiam utilizá-los para financiar seus investimentos (OZKAN, 2001).

Para Kester (1986), empresas mais rentáveis tendem a manter um nível de endividamento mais baixo. Quanto ao lucro antes de juros e impostos e alavancagem, Titman e Wessels (1988) sugerem que empresas financiem novos investimentos predominantemente com dívidas. Uma outra justificativa seria a de que as empresas que apresentam desempenho menor (lucro antes de juros e impostos baixo ou negativo) tendem a bancar suas despesas acumulando

dívidas. A oportunidade de crescimento pode ser um dos motivos pelos quais a empresa toma mais dinheiro emprestado, fazendo com que aumente o endividamento (PROCIANOY; HEINEBERG, 2003; PEROBELLI et al. 2005; SOARES; KLOECKNER, 2008).

A tangibilidade é outro fator que causa o endividamento das firmas (BREALEY, MYERS e ALLEN, 2008). Ativos tangíveis podem ser utilizados em situações de dificuldades financeiras, o que torna as operações mais seguras no ponto de vista dos credores. Desta forma, é mais confortável servindo de garantia na aquisição de dívidas, possibilitando maior capacidade de tomada de dívidas e de custos financeiros menores (ROSS; WESTERFIELD; JAFFE, 2002; TITMAN; WESSELS, 1998).

Segundo Glinblatt e Titman (2002), as organizações que estão gerando lucros substanciais antes de juros e impostos devem usar um montante significativo de dívidas para obterem as vantagens da dedutibilidade dos juros para fins de imposto de renda. Modigliani e Miller (1963) afirmam que os benefícios na redução dos impostos e nas decisões de estrutura de capital levam facilmente à conclusão de que as empresas deveriam trabalhar com grandes proporções de dívidas, por conta da vantagem fiscal decorrente do fato de que os juros que remuneram as dívidas são dedutíveis para fins de imposto de renda, o que não acontece com os fluxos de caixa pagos para os acionistas, principalmente os dividendos.

Os fatores supramencionados, que são utilizados para explicar a estrutura de capital das firmas, podem ser mensurados em valor contábil e de mercado, podendo conduzir a diferentes conclusões (FAMA; FRENCH, 2002). Segundo Barros e Silveira (2009), as teorias sobre estrutura de capital não apresentam medidas de alavancagem que deveriam ser utilizadas em pesquisas empíricas, pois em alguns casos pode ser mais apropriada a utilização de medidas 'contábeis', e em outros a utilização de medidas de alavancagem de 'mercado'.

Estas perspectivas teóricas julgam que os indivíduos são sempre racionais e assertivos em suas decisões e capazes de adaptar constantemente as suas expectativas. No entanto, a rotina dos gestores é permeada por decisões conflitantes que os impelem a decidir entre opções antagônicas como a maximização do valor da empresa para o acionista; maximização do valor das ações no mercado; ou o aproveitamento das distorções em favor dos proprietários (BAKER; WRUGLER, 2002). Esta diversidade de alternativas dificulta a posse de informações sobre todas as possibilidades de investimentos e desfavorece a possibilidade de interpretação por parte dos gestores (BARROS; SILVEIRA, 2009).

Barros e Silveira (2009) consideram que há pouca probabilidade de que os agentes possuam informações a respeito de todas as possibilidades de investimento, ou a mesma capacidade de interpretação das informações. Isso porque em seus modelos teóricos, Modigliani e Miller (1958; 1963), Myers (1984) e Miller (1977) consideravam que os gestores tomavam as decisões de financiamento nas organizações de forma racional, sem levar em consideração aspectos comportamentais dos indivíduos. Neste ponto, surge na literatura de finanças uma perspectiva que passa a considerar que o aspecto comportamental dos indivíduos pode afetar suas decisões.

A partir das contribuições advindas da psicologia, a teoria das finanças comportamentais inclui o fator comportamental do indivíduo em estudos, por meio da exploração de erros cognitivos presentes nas decisões desses, enriquecendo o campo de estudo (THALER, 1999). Neste sentido surge a abordagem relacionada aos erros cognitivos nas decisões de investimento (HEATON, 2002; MALMENDIER; TATE, 2005) e também sobre a estrutura de capital (BARROS; SILVEIRA, 2009).

Assim, essas influências no comportamento podem afetar a tomada de decisão dos indivíduos, deste modo, os agentes da decisão podem agir baseados em julgamentos individuais atuando de maneira irracional na tomada de decisão (THALER, 1999; BARBERIS; THALER, 2003; KIMURA; BASSO; KRAUTER, 2006; YOSHINAGA et al., 2008).

A partir da perspectiva das finanças comportamentais, emerge uma eficiente abordagem para o estudo da estrutura de capital e investimentos, pois Baker, Ruback e Wurgler (2007) incluem os fatores comportamentais que são mais realistas do que as teorias anteriores. No campo prático, os gestores devem buscar que a empresa crie valor para seu acionista e aumente o valor de mercado da organização (BAKER; WURGLER, 2002). Porém, a pressão por resultados e fatores comportamentais por meio de erros cognitivos podem induzir gestores a superestimar os retornos de seus projetos, muitas vezes apresentando resultados negativos, que após a execução acabam gerando perda de desempenho na organização e diminuição do valor à empresa (HEATON, 2002). Aliadas a isso surgem evidências de que gestores imprimem preferências pessoais no ponto de vista de alavancagem, podendo afetar a estrutura de capital da organização (CRONQVIST; MAKHIJA; YONKER, 2012).

Neste contexto, há a impossibilidade de a racionalidade das teorias tradicionais de estrutura do capital explicar as frequentes irregularidades do mercado financeiro, o que abre espaço para que abordagens relacionadas ao comportamento dos gestores também passem a integrar a literatura financeira. Para Halfeld e Torres (2001), o estudo das finanças comportamentais aprimora os modelos econômico-financeiros atuais justamente por considerar fatores irracionais dos investidores em suas tomadas de decisões, assim, estes acabam sendo influenciados por emoções e erros cognitivos, como a autoconfiança excessiva e exageros de pessimismo e otimismo, que serão tratados a seguir.

## 2.2 Excesso de Confiança e Otimismo Gerencial

Proposta pelos psicólogos Tversky e Kahneman (1974), a perspectiva comportamental indica que os indivíduos sofrem influência de diferentes estados mentais frente às situações de risco. Desta forma, abordagens psicológicas se mostram relevantes para explicar como os vieses cognitivos podem interferir nas preferências, no comportamento e nas decisões dos gestores (SHLEIFER; SUMMERS, 1990; BARBERIS; THALER, 2003).

Por meio de teorias comportamentais, diversos autores vêm demonstrando que se pode explicar a influência de possíveis vieses no comportamento dos tomadores de decisão, levando-os a optarem por alternativas menos pautadas em aspectos racionais interferindo, desta forma, na estruturação do capital das empresas (THALER, 1999; BARBER; ODEAN, 2011; MALMENDIER; TATE; YAN, 2011; CRÖNQVIST, MAKHIJA e YONKER, 2012; ANDRIOSOPOULOS; LASFER, 2014; BANERJEE; HUMPHERY-JENNER; NANDA, 2014).

O excesso de confiança foi definido como uma superestimação das próprias capacidades e dos resultados relativos à situação pessoal (o efeito de ser melhor do que a média) (LANGER, 1975). A hipótese do excesso de confiança em finanças é baseada em uma extensa literatura de psicologia segundo a qual as pessoas geralmente são excessivamente confiantes (FRANK, 1935; WEINSTEIN, 1980). O ser humano tende a superestimar a sua capacidade quando é comparado com outro, acreditando que seu poder de previsão é maior do que a média dos outros, superestimando suas próprias habilidades e conhecimentos, se considerando acima da média em diversos aspectos, sejam sociais, morais ou da própria habilidade (SVENSON, 1981; TAYLOR; BROWN, 1988; ALICKE et al., 1995).

Existem duas principais objeções sobre os gestores serem excessivamente confiantes. A primeira aborda que os gerentes irracionais serão 'arbitrados', afastados através de aquisições ou outros mecanismos. No entanto, aquisições corporativas envolvem custos extremamente elevados de transação, e arbitadores terão de suportar grandes riscos idiossincráticos, o que limita severamente o poder de arbitragem (HEATON, 2002). Além disso, mecanismos de incentivos internos de uma empresa não podem eliminar a irracionalidade gerencial (HEATON, 2002). A segunda objeção é que os gerentes irracionais vão aprender com a experiência para se tornar racionais. No entanto, o *feedback* de decisões financeiras corporativas normalmente é pouco frequente e lento. Nestas circunstâncias, é menos provável que os agentes vão aprender a partir da experiência (BREHMER, 1980; HEATON, 2002).

Para os gestores otimistas o retorno esperado dos projetos disponíveis para suas firmas é melhor do que eles realmente pensam, acreditando que os títulos emitidos pelas suas empresas são subavaliados pelo mercado (HEATON, 2002; KIMURA, 2003). Gestores com excesso de confiança são mais otimistas em relação aos resultados dos empreendimentos com os quais estão fortemente comprometidos (Gilson, 1989), sobrevalorizando suas habilidades pessoais, subestimando os riscos de falência e investindo, inclusive, em projetos com VPL negativo (HEATON, 2002; MALMENDIER; TATE 2005; HUANG et al., 2011; CAMPBELL et al., 2011). Ao tomarem decisões financeiras com base na confiança excessiva, elevam os níveis de endividamento da empresa (SCHRAND; ZECHMAN, 2012).

A alavancagem acentuada é uma característica presente em organizações administradas por gestores excessivamente confiantes e otimistas (BARROS; SILVEIRA, 2009). Em função destes vieses, os gestores sentem-se confiantes para tomar decisões mais arriscadas e investir seu capital pessoal em ações da empresa (MALMENDIER; TATE, 2005). O excesso de confiança torna os gestores menos conservadores e mais propensos a assumirem projetos arrojados, que os levam a riscos excessivos (GERVAIS; HEATON; ODEAN, 2011).

Os estudos relatam que as características pessoais do gestor têm um impacto significativo sobre as políticas corporativas. Por exemplo, Barros e Silveira (2009) concluíram que os vieses cognitivos figuram entre a lucratividade, tamanho, tangibilidade e os padrões de governança corporativa. Cronqvist, Makhija e Yonker (2012) mostram que o comportamento pessoal e suas decisões de alavancagem podem ter um impacto significativo sobre as decisões de estrutura de capital das empresas. Malmendier, Tate e Yan (2011) mostram que traços de gestão podem explicar as escolhas de financiamento das empresas. Ben-David e Hirshleifer (2012) apresentam maior propensão ao endividamento da empresa, são menos voltados ao pagamento de dividendos e mais dispostos à recompra de ações. Graham, Harvey e Puri (2013) averiguaram que organizações com gestores otimistas possuem nível de endividamento maior. Andriosopoulos e Lafer (2014) concluíram que os vieses comportamentais, como o otimismo e o excesso de confiança do gestor interferem profundamente na variação das decisões de alavancagem adotadas pelas empresas. Gestores confiantes enxergam suas ações como subvalorizadas, aumentando a taxa de conclusão de recompra, emergindo como *proxy* para análise do efeito nas empresas. As evidências indicaram também que empresas com elevadas taxas de recompra de ações são altamente alavancadas. Fasolin, Silva e Nakamura (2014) concluíram que a alavancagem das firmas com gestores com excesso de confiança e otimismo tem relação com a lucratividade, crescimento. Em estudo recente, Silva, Mondini e Silva (2015) concluíram que gestores de firmas brasileiras apresentam maior excesso de confiança e são mais otimistas, possuem mais ações em tesouraria com maior alavancagem quando comparados aos gestores chilenos. Silva et al. (2017) concluíram que empresas não cinquentenárias possuem maior volume de ações em tesouraria, bem como maior alavancagem contábil e de mercado, o que demonstra que os gestores dessas firmas apresentam maior excesso de confiança se comparados aos gestores das firmas cinquentenárias.

Os estudos comportamentais explicam que os vieses do otimismo e excesso de confiança são estreitamente relacionados entre si. Um indivíduo excessivamente confiante tenderá a ser otimista e vice-versa (TAYLOR; BROWN, 1988). A governança corporativa pode limitar as irracionalidades gerenciais (MOHAMED et al., 2012).

### 2.3 Diversidade no Conselho de Administração

Pesquisas anteriores em teoria financeira apresentam o conselho de administração como parte essencial da estrutura de governança das grandes empresas, visto facilitar a força de governança corporativa e melhorar a confiabilidade da firma entre os acionistas (PAN, 2013). O conselho deve ter, pelo menos, em algum grau, independência da gestão operacional para que cumpra a função de monitoramento adequadamente (DAVIS; SCHOORMAN; DONALDSON, 1997).

O conselho independente do gestor exerce controle sobre a maneira como ele vai optar por gerenciar a firma e todas as suas decisões estratégicas, e a existência de um bom conselho deve reduzir os vieses comportamentais, assim como membros independentes são levados a agir como se fossem especialistas, além de monitorar os gestores de forma mais eficiente (FAMA, 1970).

Bebchuk, Cohen e Ferrell (2009) argumentam que um conselho de administração é fraco se o CEO for também o presidente do conselho, devido ao surgimento de conflitos de interesse. Jensen (1983) afirma que a separação entre os cargos melhora a capacidade de controle da administração. Desta forma, a associação da gestão (decisão) e a função de supervisão pode aumentar o otimismo gerencial (MOHAMED et al., 2012).

Em recordação aos escândalos financeiros, os novos códigos de governança e novas leis preocupam-se com a homogeneidade nos conselhos de administração, compostos em sua maioria por homens (SINGH; TERJESEN; VINNICOMBE, 2008). A homogeneidade dos conselhos pode caracterizar-se por meio de pensamento de grupo e afeta a capacidade do grupo em avaliar com objetividade as alternativas e, em consequência, limita-se à gama de escolhas diferenciadas na tomada de decisão de alta qualidade (ROST; OSTERLOH, 2009). Desta forma, caso o grupo seja dominado por pessoas autoconfiantes, ele caminha na mesma direção. A defesa contra este extremismo é dada pelo sistema de liberdade de expressão, de diversidade de opiniões (SUNSTEIN, 2009). Zahra e Pearce (1989) e Forbes e Milliken (1999) afirmam que a presença da mulher no conselho pode influenciar na produtividade e não apenas na diversidade de gênero. Excesso de confiança tem sido mais evidenciado em homens e em atividades percebidas como masculinas. Além disso, este viés é mais presente quando o *feedback* é demorado ou inconclusivo. Sendo assim, mercados financeiros, nos quais a maior parte dos participantes é homem e o *feedback* é controverso, constituem o cenário ideal para o excesso de confiança (BARBER; ODEAN, 2001).

As discussões abordam o papel da diversidade como uma estrutura de governança com mecanismos para garantir aos acionistas a confiabilidade necessária, em que se percebe que o viés comportamental pode influenciar nas decisões das firmas e o conselho de administração tem a incumbência de monitorar as ações com irracionalidades gerenciais.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar a influência do excesso de confiança e o otimismo gerencial sobre a estrutura de capital de firmas brasileiras aderentes à diversidade no conselho de administração, adotou-se uma pesquisa descritiva, com análise de dados provenientes da base *Thompson*. A abordagem da pesquisa foi quantitativa, com uso de procedimentos estatísticos para responder ao problema de pesquisa.

A população do estudo foi formada por firmas que negociam suas ações na BM&FBovespa. Visando a constituição da amostra, foram excluídas: (a) organizações pertencentes ao setor financeiro; (b) organizações com determinadas informações financeiras indisponíveis. Assim, a amostra do estudo foi composta por 50 empresas, divididas entre 26 que possuem todos os mecanismos (não dualidade do conselho de administração, membros externos e presença de mulheres) e 24 que não possuem nenhum dos mecanismos de governança corporativa.

Com a amostra do estudo definida, o próximo passo foi a coleta de dados econômicos e financeiros na base de dados *Thomson*. Os dados contemplaram o período de 2010 a 2014. Justifica-se o período de análise em função da instabilidade política e econômica estabelecida no Brasil a partir de 2015, fato sem precedentes históricos no Brasil (BERNARDELLI, 2016), o que gera efeitos que não podem ser controlados, como a queda do otimismo no mercado, prejudicando a análise do efeito diante da perspectiva da pesquisa.

Posteriormente à coleta e catalogação dos dados, analisou-se a influência do excesso de confiança e otimismo gerencial, elencando como variáveis dependentes a alavancagem contábil e a alavancagem de mercado. Visando explicar os efeitos destas alavancagens, utilizaram-se como variáveis independentes a liquidez corrente, tangibilidade, retorno do ativo (ROA), *Market to book value*, oportunidade de crescimento, nível de pagamento do IR, *lajirda* e ações em tesouraria. Vale mencionar que as variáveis foram selecionadas considerando a revisão da literatura. Na Tabela 1 apresentam-se as variáveis dependentes e independentes, com a proxy, fundamentação e o comportamento esperado de cada variável.

Destaca-se que os estudos apontam um consenso por parte dos pesquisadores em relacionar os vieses comportamentais dos gestores a níveis maiores de alavancagem, bem como gestores excessivamente confiantes são mais dispostos à recompra de ações. Sendo assim, as variáveis comportamentais deste estudo foram: alavancagem (contábil e de mercado) e ações de tesouraria.

Tabela 1 – Caracterização das variáveis dependentes e independentes adotadas na pesquisa, quanto à proxy, fundamentação teórica e comportamento.

VARIÁVEIS DO ESTUDO	PROXY	FUNDAMENTAÇÃO	COMPORTAMENTO ESPERADO
<b>VARIÁVEIS DEPENDENTES</b>			<b>+/-</b>
Alavancagem contábil	= Endividamento financeiro total/ Ativo Contábil	Barros e Silveira (2009); Graham et al. (2013); Silva, Mondini e Silva (2015); Silva et al. (2017)	
Alavancagem de mercado	= Endividamento total/ Ativo a valor de mercado		
<b>VARIÁVEIS INDEPENDENTES</b>			
Liquidez corrente [ECAP]	= Ativo circulante/ passivo circulante	Nakamura et al. (2007); Bastos, Nakamura e Bastos (2009)	<b>POSITIVO/ NEGATIVO</b>
Tangibilidade [ECAP]	= Ativo imobilizado bruto (antes da depreciação) + estoque/ativo	Bastos, Nakamura e Basso (2009); Barros e Silveira (2009)	<b>POSITIVO/ NEGATIVO</b>
Retorno do ativo (ROA) [ECAP]	= Ebit (lucro /ativo total)	Marcon et al. (2007); Bastos et al (2009); Silva, Mondini e Silva (2015)	<b>POSITIVO/ NEGATIVO</b>
Market to book value, [ECAP]	= Valor de mercado do PL/valor contábil do PL	Nakamura et al. (2007); Bastos, Nakamura e Basso (2009)	<b>POSITIVO</b>
Oportunidade de crescimento [ECAP]	= (Vendas no período 1 – vendas no período 0)/ vendas no período 0	Nakamura et al. (2007); Bastos, Nakamura e Basso(2009); Fasolin et al. (2014)	<b>POSITIVO</b>
Nível de Pagamento IR [ECAP]	= Valor de imposto de renda/EBT	Nakamura et al. (2007); Bastos, Nakamura e Basso (2009)	<b>POSITIVO</b>
Lajirda [ECAP]	= Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização sobre ativo	Barros e Silveira (2009)	<b>NEGATIVO</b>
Ações em tesouraria [OT&EC]	= ações em tesouraria	Ben-David e Hirshleifer (2012); Andriosopoulos, Andriosopoulos e Hoque(2013); Andriosopoulos e Lasfer (2014); Silva, Mondini e Silva (2015); Silva et al. (2017)	<b>POSITIVO</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

[ECAP] Proxy de estrutura de capital

[OT&EC] Proxy de otimismo e excesso de confiança

A análise buscou determinar as variáveis independentes com capacidade de explicar a variável dependente. Desta forma, os dados foram processados por meio da técnica estatística de Análise em Painel. O modelo é descrito pela expressão abaixo:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} \dots + \beta_8 X_{8i} + \varepsilon_i$$

Sendo que:

Y é a variável dependente;

$\beta_0$  é a constante da equação;

X1, X2, ... X8 são as variáveis independentes;

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_8$  são denominados parâmetros da regressão;

$\varepsilon$  é o termo que representa o resíduo ou erro da regressão.

Assim, como variáveis explicativas das alavancagens contábil e de mercado foram usados a liquidez corrente, tangibilidade, retorno do ativo (ROA), *Market to book value*, oportunidade de crescimento, nível de pagamento do IR, lajirda e ações em tesouraria.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Nesta seção serão expostos e discutidos os resultados do estudo. Primeiramente, apresenta-se a análise descritiva dos dados e, em seguida, a análise dos dados em painel, referente à alavancagem contábil e de mercado.

Inicialmente, na Tabela 2, apresentam-se os resultados do sumário descritivo das variáveis utilizadas na pesquisa.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas das variáveis

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
ALAVContábil (ComDi)	0,03	0,69	0,3649	0,13973
ALAVMercado (ComDi)	0,03	4,74	0,6647	0,76950
ALAVContábil (SemDi)	0,01	244,21	2,8155	22,36453
ALAVMercado (SemDi)	0,01	719,51	15,2750	79,91661
Índice de Liquidez (ComDi)	0,43	5,13	1,6644	0,69734
Tangibilidade (ComDi)	0,01	207,52	12,3345	28,10154
ROA (ComDi)	-0,08	0,39	0,1055	0,07377
Market (ComDi)	0,28	19,27	3,0958	3,24275
Oport. Cresc (ComDi)	-0,46	0,73	0,1012	0,21085
IR (ComDi)	-72,57	1,52	-0,4990	6,41706
Lajirda (ComDi)	2,06	70,56	32,9585	15,77798
Ações em Tesou (ComDi)	-2197,56	23228,11	911,8108	3486,01212
Índice de Liquidez (SemDi)	0,11	4,35	1,4525	,87552
Tangibilidade (SemDi)	0,00	8606,86	177,4128	842,09700
ROA (SemDi)	-6,14	0,53	-0,003	0,57854
Market (SemDi)	-8,68	57,15	2,5389	7,81813
Oport Cresc (SemDi)	-3,29	0,46	-0,0078	0,39154
IR (SemDi)	-1,39	8,54	0,2231	0,95483
Lajirda (SemDi)	5,49	100,00	29,6937	18,53180
Ações Tesou (SemDi)	65,08	9266,01	1803,3475	1843,41563

Fonte: Dados da pesquisa.

Constatou-se que a alavancagem contábil e de mercado das empresas sem diversidade no conselho de administração foi maior que a de empresas que possuem diversidade. Com relação às firmas que possuem diversidade no conselho de administração, pode-se observar que detêm um número inferior de ações em tesouraria, tangibilidade e nível de pagamento do imposto de renda. Entretanto, apresentam maiores índices de liquidez, retorno do ativo, *Market to book value*, oportunidade de crescimento e do Lajirda. Nas empresas que não possuem diversidade no conselho de administração, observa-se que dispõem de maior volume de ações em tesouraria, bem como valores mais altos referentes à alavancagem contábil e de mercado.

Por meio dos resultados encontrados foi possível concluir que os gestores das empresas sem diversidade no conselho de administração apresentam maior otimismo e excesso de confiança do que os gestores das empresas que possuem diversidade no conselho de administração. Barros e Silveira (2009) explicam que a alavancagem acentuada é uma característica presente em organizações administradas por gestores excessivamente confiantes e otimistas. Desta forma, o excesso de confiança e otimismo induz os gestores a acreditar no aumento de financiamento externo ou optar por uma estratégia de investimento com retorno negativo, conforme Campbell et al. (2011) exemplificam.

A partir das próximas tabelas, buscou-se, por meio da análise em dados em painel, analisar as variáveis explicativas que melhor preveem as variáveis independentes deste estudo. Antes da realização da regressão em painel dos dados, analisaram-se a intensidade e o sentido das relações entre as variáveis por meio do coeficiente de correlação de *Pearson*. Aplicou-se também o teste não paramétrico de *Kolmogorov-Smirnov* para verificar a normalidade dos dados, que evidenciou uma distribuição normal das variáveis a um nível 5% ( $p\text{-value} < 0.05$ ).

Com o intuito de verificar o modelo mais indicado a ser aplicado na análise em painel, fez-se uso dos testes de *Breusch-Pagan* e de *Hausman*. Os testes indicaram o uso do modelo de Efeitos Aleatórios e utilização do modelo de Efeitos Fixos, respectivamente. Os resultados da análise em painel das variáveis são demonstrados para as empresas com diversidade no conselho de administração e para as empresas sem nenhum mecanismo de governança corporativa, respectivamente, nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Análise de Dados em Painel das Variáveis Empresas com Diversidade

Variáveis	Variáveis dependentes			
	Efeitos Fixos Alavancagem de Mercado		Efeitos Fixos Alavancagem Contábil	
	Coefic.	Sig.	Coefic.	Sig.
Liquidez	0.0177223	0.915	4.636857	0.755
Tangibilidade	0.0613217	0.262	4.308774	0.374
ROA	-1.725076	0.000	-280.8805	0.003
Market	0.0027328	0.820	-1481326	0.890
Crescimento	-0.1659997	0.602	-139913	0.621
IR	-0.221071	0.754	1.644712	0.852
Lajirda	0.0219288	0.088	1.766869	0.122
Ações de Tesouraria	0.0895212	0.481	5.940957	0.598
Constante	-0.02695431	0.746	-73.5707	0.322
R <sup>2</sup> Ajustado	0.1746		0,1334	
Nº. Observações	130		130	
LM de Breusch-Pagan	Sig, X2 = 0,000		Sig, X2 = 0,000	
F de Chow	Sig, F = 0,000		Sig, F = 0,000	
Teste Hausman	Sig, X2 = 0,000		Sig, X2 = 0,000	

\* Significante ao nível de 5%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 descreve a análise da influência entre a alavancagem de mercado, alavancagem contábil e a estrutura de capital. O R<sup>2</sup> ajustado apresentou um valor pouco representativo, o que permitiu inferir que as variáveis independentes explicam apenas 17,46% e 13,34% da alavancagem de mercado e contábil, respectivamente.

Na alavancagem de mercado, observou-se o Retorno do Ativo (ROA) e o Lajirda. Desta forma, essas variáveis explicam a alavancagem de mercado das empresas que possuem diversidade no conselho de administração. A alavancagem contábil foi explicada apenas pela variável Retorno do Ativo (ROA).

Destaca-se que a relação entre as variáveis dependentes e a variável explicativa ROA foi negativa. Kester (1986) explica que empresas mais rentáveis tendem a manter um nível de endividamento mais baixo. Este achado foi convergente aos estudos de Bastos, Nakamura e Basso (2009) e Silva, Mondini e Silva et al. (2015).

A relação entre as variáveis dependentes e a variável explicativa Lajirda foi positiva. Para Titman e Wessels (1988), empresas financiam novos investimentos predominantemente com dívidas ou as empresas que apresentam desempenho menor (lucro antes de juros e impostos) tendem a bancar suas despesas acumulando dívidas. O resultado não corrobora o estudo do Barros e Silveira, que encontram relação negativa.

Tabela 4 – Análise de Dados em Painel das Variáveis Empresas sem Diversidade

Variáveis	Variáveis dependentes			
	Efeitos Fixos Alavancagem de Mercado		Efeitos Fixos Alavancagem Contábil	
	Coefic.	Sig.	Coefic.	Sig.
Liquidez	-0.1651142	0.049	0.0177223	0.915
Tangibilidade	0.0022594	0.240	0.0613217	0.262
ROA	-2.594773	0.007	-1.725076	0.000
Market	-0.547053	0.087	0.0027328	0.820
Crescimento	0.7966173	0.000	-0.165997	0.602
IR	0.0050773	0.376	-0.221071	0.754
Lajirda	-0.0096487	0.186	0.0219288	0.088
Ações de Tesouraria	0.7951818	0.039	0.0895212	0.048
Constante	3.110557	0.000	-0.2695431	0.746
R <sup>2</sup> Ajustado	0.4086		0.4258	
Nº. Observações	96		96	
LM de Breusch-Pagan	Sig, X2 = 0,000		Sig, X2 = 0,000	
F de Chow	Sig, F = 0,000		Sig, F = 0,000	
Teste Hausman	Sig, X2 = 0,000		Sig, X2 = 0,000	

\* Significante ao nível de 5%

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 4, apresentam-se os resultados relativos à análise de dados em painel das variáveis das empresas sem diversidade no conselho de administração. A Tabela 4 descreve a análise da influência entre a alavancagem de mercado, alavancagem contábil e estrutura de capital. O  $R^2$  ajustado apresentou um valor relativamente significativo, com 40,86% e 42,58% de poder de explicação das variáveis independentes na alavancagem de mercado e contábil, respectivamente.

Com relação à variável dependente alavancagem de mercado, podem-se observar a Liquidez, Retorno do Ativo (ROA), Oportunidade de Crescimento e Ações de Tesouraria. Assim, é possível inferir que estas variáveis explicam a alavancagem de mercado das empresas que não possuem diversidade no conselho de administração. Em relação à alavancagem contábil, observa-se que o Retorno do Ativo (ROA) foi significativo.

O resultado da relação negativa da variável Liquidez vai ao encontro dos achados do Silva et al. (2017). Ozkan (2001) explica que empresas com maior liquidez em seus ativos poderiam utilizá-los para financiar seus investimentos. Os resultados da relação negativa do Retorno do Ativo corroboraram os estudos do Bastos, Nakamura e Basso (2009) e Silva, Mondini e Silva (2015). A relação positiva da variável Oportunidade de Crescimento vai ao encontro dos achados do Nakamura et al. (2007) e Bastos, Nakamura e Baesso (2009). Para Ferreira, Lorca e Escobar (2005), quando uma firma tem oportunidade de crescimento, esta aumenta o seu valor e sua capacidade de endividamento.

A variável relacionada ao comportamento dos gestores, Ações em Tesouraria, se mostrou significativa em relação à alavancagem de mercado e contábil. Malmendier, Tate e Yan (2011), Ben-David e Hirshleifer (2012) e Andriosopoulos e Lasfer (2014) explicam que gestores confiantes investem mais, possuem maior propensão ao endividamento e se mostram mais dispostos à recompra de ações. O resultado ratifica os estudos de Ben-David e Hirshleifer, Andriosopoulos, Andriosopoulos e Hoque (2013) e o recente estudo em nível nacional de Silva et al. (2017), cujas evidências demonstraram que empresas com elevadas taxas de recompra de ações são altamente alavancadas.

Os resultados deste estudo demonstraram que as empresas não aderentes à diversidade no conselho de administração possuem maior excesso de confiança e otimismo gerencial no endividamento e são mais propensas à recompra de ações em tesouraria do que as firmas que possuem adesão aos mecanismos de governança corporativa (não dualidade do conselho de administração, membros externos e presença de mulheres). Frank e Goyal (2011) explicam que as características do profissional interferem nas preferências por ações de alavancagem.

Mohamed et al. (2012) afirmam que os mecanismos de governança corporativa podem inibir o excesso de confiança e otimismo dos agentes. Os autores concluíram que os mecanismos de governança corporativa eficazes podem gerar grande impacto sobre a existência dos vieses comportamentais dos agentes, reduzindo a probabilidade de optar por estratégias corporativas que não sejam favoráveis às organizações.

Os resultados permitem inferir que um conselho independente do gestor exerce controle sobre a maneira como ele vai optar por gerenciar a firma e todas as suas decisões estratégicas; a existência de um bom conselho deve reduzir os vieses comportamentais; e a separação entre os cargos melhora a capacidade de controle da administração (JENSEN, 1983).

Desta forma, o conselho de administração é parte essencial da estrutura de governança corporativa (PAN, 2013). A presença de membros independentes como especialistas, o monitoramento dos gestores de forma eficiente (FAMA, 1970), a não dualidade dos cargos de CEO e do presidente do conselho de administração são fatores que melhoram a capacidade de controle da administração (JENSEN, 1983), visto que a associação entre a gestão (decisão) e a função de supervisão pode aumentar o excesso de confiança e o otimismo gerencial (MOHAMED et al., 2012). Os conselhos compostos em sua maioria por homens direcionam a homogeneidade de pensamento de grupo (ROST; OSTERLOH, 2009). Assim, caso o grupo de conselheiros seja dominado por pessoas autoconfiantes, ele caminha na mesma direção (SUNSTEIN, 2009). O excesso de confiança tem sido mais evidenciado em homens e em atividades percebidas como masculinas (BARBER; ODEAN, 2001).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo partiu-se do princípio de que o excesso de confiança e otimismo gerencial dos gestores exerce influência na alavancagem das empresas e que os mecanismos de governança corporativa podem inibir o viés comportamental do gestor por meio da diversidade do conselho de administração. Estas perspectivas encontram respaldo teórico em estudos como os de Barber e Odean (2001), Malmendier e Tate (2005) e Huang et al. (2011) e Mohamed et al. (2012).

O objetivo da pesquisa foi analisar a influência do excesso de confiança e otimismo gerencial sobre a estrutura de capital de firmas brasileiras aderentes à diversidade no conselho de administração. Para tanto, adotou-se o critério de adesão (existência e não dualidade do conselho de administração, membros externos e presença de mulheres). Assim, a amostra do estudo foi composta por 50 empresas, das quais 26 possuíam todos os mecanismos e 24 não tinham nenhum dos mecanismos de governança corporativa.

Ao analisar a alavancagem de mercado para empresas aderentes à diversidade no conselho de administração, pode-se concluir que esta variável foi explicada pelo Retorno do Ativo (ROA) e o Lajirda. Já a variável dependente alavancagem contábil foi explicada pela variável independente Retorno do Ativo (ROA).

Nas empresas não aderentes à diversidade no conselho de administração, a variável alavancagem de mercado foi explicada pelas variáveis independentes Liquidez, Retorno do Ativo (ROA), Oportunidade de Crescimento e Ações de

Tesouraria. A alavancagem contábil foi explicada pelo Retorno do Ativo (ROA).

Os resultados permitem inferir que os gestores das organizações sem os mecanismos da governança corporativa levantados por este estudo apresentam maior excesso de confiança e são mais otimistas. Observou-se que possuem maior volume de ações em tesouraria, bem como alavancagem contábil e de mercado. Os resultados acedem aos achados de Andriosopoulos et al. (2013), Andriosopoulos e Lasfer (2014) e Silva et al. (2017), que evidenciaram a relação positiva entre CEOs confiantes e otimistas, propensão à recompra de ações e empresas altamente alavancadas.

A contribuição da pesquisa versa em demonstrar evidências empíricas de que os mecanismos de governança corporativa podem ter efeito de limitar o excesso de confiança e otimismo gerencial das empresas, e que os estudos internacionais trazem a suposição sobre o efeito potencial da governança corporativa para delimitar o efeito do excesso de confiança e otimismo dos gestores, como Malmendier e Tate (2005) e Huang et al. (2011).

Coloca-se como limitação o número restrito de informações disponíveis sobre as empresas, o que dificultou a composição da amostra. Como oportunidade para novas pesquisas, propõe-se analisar as características pessoais dos CEOs, como a educação financeira, participação acionária, que explicam o excesso de confiança e otimismo das organizações.

## REFERÊNCIAS

- ALICKE, M. D.; KLOTZ, M. L.; BREITENBECHER, D. L.; YURAK, T. J.; VREDENBURG, D. S. Personal contact, individuation, and the better-than-average effect. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 68, n. 5, p. 804, 1995.
- ANDRIOSOPOULOS, D.; LASFER, M. The market valuation of share repurchases in Europe. *Journal of Banking & Finance*, 2014.
- ANDRIOSOPOULOS, D.; ANDRIOSOPOULOS, K.; HOQUE, H. (2013). Information disclosure, CEO overconfidence, and share buyback completion rates. *Journal of Banking & Finance* 37(12), 5486- 5499.
- APOSTOLOU, B.; HASSELL, J. M.; REBELE, J. E.; WATSON, S. F. Accounting education literature review (2006–2009). *Journal of Accounting Education*, v. 28, n. 3, p. 145-197, 2010.
- BANERJEE, S.; HUMPHERY-JENNER, M.; NANDA, V. K. Restraining Overconfident CEOs through Improved Governance: Evidence from the Sarbanes-Oxley Act. *UNSW Australian School of Business Research Paper*, n. 2013, 2014.
- BAKER, M.; WURGLER, J. Market timing and capital structure. *The journal of finance*, v. 57, n. 1, p. 1-32, 2002.
- BAKER, M.; RUBACK, R.; WURGLER, J. *Behavioral corporate finance: A survey*. In *The Handbook of Corporate Finance: Empirical Corporate Finance*, edited by Espen Eckbo. New York: Elsevier/North Holland, 2007.
- BARBER, B. M.; ODEAN, T. *The behavior of individual investors*. 2011.
- BARBER, B. M.; ODEAN, T. Boys will be boys: Gender, overconfidence, and common stock investment. *The quarterly journal of economics*, v. 116, n. 1, p. 261-292, 2001.
- BARBERIS, N.; THALER, R. A survey of behavioral finance. *Handbook of the Economics of Finance*, v. 1, p. 1053-1128, 2003.
- BARROS, L. A. B. D. C.; SILVEIRA, A. D. M. D. Overconfidence, managerial optimism, and the determinants of capital structure. *Brazilian Review of Finance*, 6(3), 293-335, 2009.
- BASTOS, D. D.; NAKAMURA, W. T.; BASSO, L. F. C. (2009). Determinants of capital structure of publicly-traded companies in Latin America: the role of institutional and macroeconomic factors. *RAM – Rev. Adm. Mackenzie* v. 10 n. 6 São Paulo Nov./Dec. 2009.
- BEBCHUK L.; COHEN A.; FERRELL A. What matters in corporate governance? *Rev Financ Stud*, 22(2):783–827, 2009.
- BEN-DAVID, I.; HIRSHLEIFER, D. Are investors really reluctant to realize their losses? Trading responses to past returns and the disposition effect. *The Review of Financial Studies*, v. 25, n. 8, p. 2485-2532, 2012.
- BERNADELLI, L. V. Brasil como nação intervencionista: uma análise macroeconômica sobre a crise de 2015. *Revista Urutúgua*, n. 33, p. 27-37, 2016.
- BREALEY, R.; MYERS, S. C.; ALLEN, F. *Principles of Corporate Finance*. Revised Edition McGraw-Hill, New York, 2008
- BREHMER, B. In one word: Not from experience. *Acta Psychologica*, v. 45, n. 1, p. 223-241, 1980.
- BUSENITZ, L. W.; BARNEY, J. B. Differences between entrepreneurs and managers in large organizations: Biases and heuristics in strategic decision-making. *Journal of Business Venturing*, v. 12, n. 1, p. 9-30, 1997.
- CAMPBELL C. C.; JHONSON S. A.; RUTHERFORD J.; STANLEY B. W. CEO confidence and forced turnover. *Journal of Financial Economics* 101(3):695–712, 2011.
- CRONQVIST, H.; MAKHIJA, A. K.; YONKER, S. E. Behavioral consistency in corporate finance: CEO personal and corporate leverage. *Journal of financial economics*, v. 103, n. 1, p. 20-40, 2012.
- DAVIS, J. H.; SCHOORMAN, F. D.; DONALDSON, L. Toward a stewardship theory of management. *Academy of Management Review*, v. 22, n. 1, p. 20-47, 1997.
- DURAND, D. *Cost of debt and equity Funds for Business: trends and problems of measurement*. New York: Conference in Research on Business Finance, 1952.
- EVANS, D. S.; LEIGHTON, L. S. Some empirical aspects of entrepreneurship. *The American Economic Review*, p. 519-535, 1989.
- FAMA, E. F. Efficient capital markets: A review of theory and empirical work. *The Journal of Finance*, v. 25, n. 2, p. 383-417, 1970.
- FAMA, E. F.; FRENCH, K. R. Testing trade-off and pecking order predictions about dividends and debt. *The Review of Financial*

*Studies*, v. 15, n. 1, p. 1-33, 2002.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation of ownership and control. *Journal of Law and Economics*, p. 301-325, 1983.

FASOLIN, L. B.; SILVA, T. P.; NAKAMURA, W. T. Relação entre os vieses de otimismo e excesso de confiança sobre a estrutura de capital das empresas brasileiras. In: Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, 1, 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FGV, 2014.

FERREIRA, A. M. A.; LORCA, M. E. P.; ESCOBAR, E. D. C. *Análisis de la estructura de financiamiento en Chile*. Tesis Pregrado – Facultad de Economía y Negocios, Chile, 2005.

FORBES, D. P.; MILLIKEN, F. J. Cognition and corporate governance: Understanding boards of directors as strategic decision-making groups. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 3, p. 489-505, 1999.

FRAGA, J. B.; SILVA, V. A. B. *Diversidade no conselho de administração e desempenho da empresa: uma investigação empírica*. Brazilian Business Review, BBR Conference, p. 58-80, 2012.

FRANCOEUR, C.; LABELLE, R.; SINCLAIR-DESGAGNÉ, B. Gender diversity in corporate governance and top management. *Journal of Business Ethics*, v. 81, n. 1, p. 83-95, 2008.

FRANK, J. D. Some psychological determinants of the level of aspiration. *The American Journal of Psychology*, v. 47, n. 2, p. 285-293, 1935.

FRANK, M.; GOYAL, V. Testing the pecking order theory of capital structure. *Journal of Financial Economics*, v. 67, n. 1, p. 217-248, 2003.

FRANK, MURRAY Z.; GOYAL, VIDHAN K. Trade-off and pecking order theories of debt. *Handbook of Empirical Corporate Finance*, v. 2, p. 135, 2011.

GERVAIS, S.; HEATON, J. B.; ODEAN, T. Overconfidence, compensation contracts, and capital budgeting. *The Journal of Finance*, v. 66, n. 5, p. 1735-1777, 2011.

GILSON, S. C. Management turnover and financial distress. *Journal of Financial Economics*, v. 25, n. 2, p. 241-262, 1989.

GRAHAM, J. R.; HARVEY, C. R.; PURI, M. Managerial attitudes and corporate actions. *Journal of Financial Economics*, v. 109, n. 1, p. 103-121, 2013.

GRINBLATT, M.; TITMAN, S. *Financial markets and corporate strategy*. 2. ed. [S.l.]: The McGraw Hill Companies, 2002.

HALFELD, M.; TORRES, F. F. L. Finanças comportamentais: aplicações no contexto brasileiro. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 2, p. 64-71, 2001.

HEATON, J. B. Managerial optimism and corporate finance. *Financial Management*, p. 33-45, 2002.

HIRSHLEIFER, D.; LOW, A.; TEOH, S. H. Are overconfident CEOs better innovators? *The Journal of Finance*, v. 67, n. 4, p. 1457-1498, 2012.

HUANG, W.; JIRNG, F.; LIU, Z.; ZHANG, M. Agency cost, top executives' overconfidence, and investment-cash flow sensitivity—Evidence from listed companies in China. *Pacific-Basin Finance Journal*, v. 19, n. 3, p. 261-277, 2011.

JENSEN, M. C. Organization theory and methodology. *Accounting Review*, p. 319-339, 1983.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Rights and production functions: An application to labor-managed firms and codetermination. *Journal of Business*, p. 469-506, 1979.

KESTER, W. C. Capital and ownership structure: A comparison of United States and Japanese manufacturing corporations. *Financial Management*, p. 5-16, 1986.

KIMURA, H. Aspectos comportamentais associados às reações do mercado de capitais. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 2, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2003.

KIMURA, H.; BASSO, L. F. C.; KRAUTER, E. Paradoxos em finanças: teoria moderna versus finanças comportamentais. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 46, n. 1, p. 41-58, 2006.

LANGER, Ellen J. The illusion of control. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 32, n. 2, p. 311, 1975.

LASFER, M.; HOQUE, H. *Why Do Directors Change Their Ownership During IPO Lockup Arrangements?* 2014.

MALMENDIER, U.; TATE, G. CEO overconfidence and corporate investment. *The Journal of Finance*, v. 60, n. 6, p. 2661-2700, 2005.

MALMENDIER, U.; TATE, G.; YAN, J. Overconfidence and early-life experiences: the effect of managerial traits on corporate financial policies. *The Journal of Finance*, v. 66, n. 5, p. 1687-1733, 2011.

MARNET, O. *Behavioural aspects of corporate governance*. *Advances in Financial Economics*, 9:265–285, 2004.

MILLER, M. H. Debt and taxes. *The Journal of Finance*, v. 32, n. 2, p. 261-275, 1977.

MOHAMED, E. B.; BACCAR, A.; FAIRCHILD, R.; BOURI, A. Does corporate governance affect managerial optimism? Evidence from NYSE panel data firms. *International Journal of Euro-Mediterranean Studies*, v. 5, n. 1, p. 41-56, 2012.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The cost of capital, corporation finance and the theory of investment. *The American Economic Review*, p. 261-297, 1958.

MODIGLIANI, Franco; MILLER, Merton H. Corporate income taxes and the cost of capital: a correction. *The American Economic Review*, p. 433-443, 1963.

- MYERS, S. C. The capital structure puzzle. *The Journal of Finance*, v. 39, n. 3, p. 574-592, 1984.
- MYERS, S. C.; MAJLUF, N. S. Corporate financing and investment decisions when firms have information that investors do not have. *Journal of Financial Economics*, v. 13, n. 2, p. 187-221, 1984.
- NAKAMURA, W. T.; MARTIN, D. M. L.; FORTE, D.; CARVALHO FILHO, A. F.; COSTA, A. C. F.; AMARAL, A. C. Determinantes de estrutura de capital no mercado brasileiro: análise de regressão com painel de dados no período 1999-2003. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 18, n. 44, p. 72-85, 2007
- OLIVEIRA, C. *A participação feminina nos conselhos de administração e o desempenho corporativo: um estudo sobre as empresas listadas na BM&FBovespa de 2002 a 2011*. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, 2013.
- OZKAN, Aydin. Determinants of capital structure and adjustment to long run target: evidence from UK company panel data. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 28, n. 1-2, p. 175-198, 2001.
- PAN, L. *A Contemporary Literature Review of Corporate Governance: An Overview*. Available at SSRN 2256968, 2013.
- PROCIANOY, J. L.; HEINEBERG, R. *Aspectos Determinantes do Pagamento de Proventos em Dinheiro das Empresas com Ações Negociadas na Bovespa*. XXVII ENANPAD, 2003.
- ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. *Administração Financeira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ROST, K.; OSTERLOH, M. Management fashion pay-for-performance for CEOs. *Schmalenbach Business Review*, v. 61, p. 119-149, 2009.
- SCHRAND, C. M.; ZECHMAN, S. L. C. Executive overconfidence and the slippery slope to financial misreporting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 53, n. 1, p. 311-329, 2012.
- SHLEIFER, A.; SUMMERS, L. H. The noise trader approach to finance. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 4, n. 2, p. 19-33, 1990.
- SILVA, T. B. J.; MONDINI, V. E. D.; SILVA, T. P. Influência do excesso de confiança e otimismo no endividamento em empresas de menor porte brasileiras e chilenas. In: Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, 2015, São Paulo/SP. EBFC. *Anais...* São Paulo/SP: FGV/SP, 2015. v. II. p. 1-16.
- SILVA, T. B. J.; MONDINI, V. E. D.; SILVA, T. P.; LAY, L. A. Influência do Excesso de Confiança e Otimismo no Endividamento de Organizações Cinquentenárias e não Cinquentenárias Brasileiras. *Revista Evidencição Contabil & Finanças*, v. 5, p. 40-56, 2017.
- SINGH, V.; TERJESEN, S.; VINNICOMBE, S. Newly appointed directors in the boardroom: How do women and men differ? *European Management Journal*, v. 26, n. 1, p. 48-58, 2008.
- SCHRAND, C. M.; ZECHMAN, S. L. C. Executive overconfidence and the slippery slope to financial misreporting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 53, n. 1, p. 311-329, 2012.
- SHLEIFER, A.; SUMMERS, L. H. The noise trader approach to finance. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 4, n. 2, p. 19-33, 1990.
- SUNSTEIN, Cass R. *Going to extremes: How like minds unite and divide*. Oxford University Press, 2009.
- SVENSON, O. Are we all less risky and more skillful than our fellow drivers? *Acta Psychologica*, v. 47, n. 2, p. 143-148, 1981.
- TAYLOR, S. E.; BROWN, J. D. Illusion and well-being: a social psychological perspective on mental health. *Psychological bulletin*, v. 103, n. 2, p. 193, 1988.
- TERJESEN, S.; SEALY, R.; SINGH, V. Women directors on corporate boards: A review and research agenda. *Corporate governance: An international review*, v. 17, n. 3, p. 320-337, 2009.
- THALER, R. H. The end of behavioral finance. *Financial Analysts Journal*, 12-17, 1999.
- TITMAN, S.; WESSELS, R. The determinants of capital structure choice. *The Journal of finance*, v. 43, n. 1, p. 1-19, 1988.
- TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.
- WEINSTEIN, N. D. Unrealistic optimism about future life events. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 39, n. 5, p. 806, 1980.
- YOSHINAGA, C. E.; OLIVEIRA, R. F.; SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B. D. C. Finanças Comportamentais: uma introdução. *REGE Revista de Gestão*, v. 15, n. 3, p. 25-35, 2008.
- ZAHRA, S. A.; PEARCE, J. A. Boards of directors and corporate financial performance: A review and integrative model. *Journal of Management*, v. 15, n. 2, p. 291-334, 1989.

# Contabilidade Ambiental: um estudo sobre a percepção dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis da Cidade de Maceió (AL)

## *Environmental accounting: a study on the Accounting Sciences undergraduate students' perception in the City of Maceió (AL)*

Este trabalho participou do XI Congresso AnpCONT 2017 – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis promovido em Belo Horizonte (MG) no período de 3 a 6 de junho de 2017.

### RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis em relação a tópicos correlatos à contabilidade ambiental. A metodologia utilizada quanto ao objetivo proposto se caracteriza como descritiva e, quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um levantamento (*survey*). A amostra investigada, denominada como não probabilística intencional, foi determinada considerando as instituições de ensino superior (IES), presentes na cidade de Maceió (AL), que oferecem o curso de ciências contábeis e obtiveram aprovação no Exame Nacional de Desenvolvimento de Estudante (ENADE) no ano de 2014. O total de respondentes foi de 165 discentes de seis IES. A coleta de dados foi feita com a aplicação de questionário, sendo tratados por meio de estatística descritiva, na sua dimensão quantitativa. Os resultados evidenciaram que o nível de conhecimento dos discentes a respeito dos tópicos correlatos à contabilidade ambiental é baixo, sendo que apenas 13% dos discentes informaram já ter cursado alguma disciplina voltada à educação ambiental. Questionados sobre o conhecimento das Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às informações de natureza social (NBC T15), 53,3% dos discentes informaram que possuem conhecimento fraco; quanto à estrutura, elaboração e divulgação do balanço social, 41,8% informaram que têm conhecimento intermediário; 58,2% consideraram importante o fato de empresas desenvolverem e divulgarem ações socioambientais; e 51,5% destacaram que o desenvolvimento sustentável é tema muito importante a ser considerado na formação acadêmica.

**Palavras-chave:** Ciências Contábeis. Contabilidade Ambiental. Gestão Ambiental.

### ABSTRACT

*The main objective of this research was to analyze the undergraduate students' level of knowledge from courses in accounting sciences on topics related to environmental accounting. The methodology used for the proposed objective is characterized as descriptive and for the methodological procedures as data collection (Survey). The investigated sample, denominated as intentional non-probabilistic, was determined by considering the higher education institutions (HEIs), located in the city of Maceió / AL, that offer the course in accounting sciences and got approval in the National Examination of Student's Development (ENADE) in the year of 2014. The total number of respondents was 165 students from six HEIs. The data collection was carried out through a questionnaire, being treated by descriptive statistics, in its quantitative dimension. The results showed that the students' level of knowledge about the topics related to environmental accounting is low, because only 13% of the students informed that they had already taken some subject related to environmental education. When questioned about the knowledge of the Brazilian Accounting Standards related to social information (NBC T15), 53.3% of the students reported that they have weak knowledge; regarding the structure, elaboration and disclosure of the social report, 41.8% reported having intermediate knowledge; 58.2% considered important the fact of companies to develop and disclose socio-environmental actions; And 51.5% affirmed that sustainable development is a very important topic to be considered in academic training.*

**Keywords:** Accounting Sciences. Environmental Accounting. Environmental management.

### Gesualdo Menezes Cavalcante

Mestrando em Controladoria Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC/UFRPE). Pós-graduação em Auditoria e Controladoria Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA). Contato: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP. 52171-900, Recife, PE. E-mail: [gesualdom@hotmail.com](mailto:gesualdom@hotmail.com).

### Sheila Mirian Barbosa Israel

Mestranda em Controladoria Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC/UFRPE). Contato: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP. 52171-900, Recife, PE. E-mail: [sheilambisrael@yahoo.com.br](mailto:sheilambisrael@yahoo.com.br).

### Márcio Mateus Ferreira de Aquino

Mestrando em Controladoria Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC/UFRPE). Especialização em Gestão Pública Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Contato: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP. 52171-900, Recife, PE. E-mail: [mmfa\\_10@hotmail.com](mailto:mmfa_10@hotmail.com).

### Alessandra Carla Ceolin

Professora vinculada ao Departamento de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC/UFRPE). Doutorado e Pós-doutorado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos – CEP. 52171-900 – Recife – PE Telefone (81) 3320-5403. E-mail: [alessandra.acc@gmail.com](mailto:alessandra.acc@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a degradação ambiental vem aumentando de forma constante e significativa e, em virtude de tal fato, a temática envolvendo as questões ambientais tem despertado grande interesse tanto no meio social como no acadêmico. A sociedade como um todo, destacando-se as empresas denominadas potencialmente poluidoras, está sendo alvo de ações voltadas à proteção do meio ambiente, por meio da adoção de políticas de controle, preservação e recuperação ambiental, com o objetivo maior de garantir a sustentabilidade ambiental (SANTOS et al., 2001).

Atualmente, existem várias discussões sobre o papel das empresas e seu relacionamento com a sociedade, pois além de objetivar o lucro, existem outras obrigações implícitas não exigidas por lei, mas que são esperadas de uma empresa socialmente responsável, tais como: a preservação ambiental e o uso adequado dos recursos naturais (OLIVEIRA et al., 2016).

Com o intuito de mudar esse cenário, a sociedade, por meio dos órgãos fiscalizadores, legislação e políticas sociais, está agindo ativamente, pressionando as empresas a se adequarem aos padrões ambientais estabelecidos, uma vez que são elas consideradas as maiores responsáveis pela degradação do planeta (PAMPLONA et al., 2011; NEITZKE et al., 2015).

Para Ferreira (2003, p. 41), a gestão ambiental “tem por objetivo maior propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva”.

Entre os profissionais que podem atuar na gestão ambiental das empresas, destaca-se o contador. Kraemer (2002, p. 1) afirma que “o contador precisa de uma formação que se estenda além dos limites das técnicas e dos procedimentos, ele precisa estar presente na luta pela preservação ambiental”.

A ciência contábil tem como objetivo controlar o patrimônio das empresas e fornecer informações para tomada de decisões e, consequentemente, mensurar reflexos dos impactos ambientais nesse patrimônio (RIBEIRO, 2012). Assim, o desafio da contabilidade ambiental constitui-se em corrigir pontos ainda deficientes e mensurar econômica e financeiramente os impactos ambientais (ASSIS et al., 2009).

Santos et al. (2001) entendem que a contabilidade pode auxiliar os administradores no gerenciamento empresarial do meio ambiente, pois é considerada uma das principais ferramentas de gestão de negócios. Lindstaedt e Ott (2007) relataram que nos Estados Unidos da América e no Brasil vários organismos começaram a emitir normativos relacionados ao registro contábil e a publicar informes ambientais referentes à evidenciação nos relatórios anuais das companhias.

Assim, para que as empresas tenham o suporte eficiente da contabilidade na gestão ambiental faz-se necessária a qualificação profissional do contador, o que abrange os conhecimentos adquiridos empiricamente e, principalmente, no ambiente acadêmico, consoante a Política Nacional Específica para a Educação Ambiental no Brasil (PNEA), Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que destaca a educação ambiental como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999).

Ante o exposto, este artigo tem o objetivo de analisar o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis em relação a tópicos correlatos à contabilidade ambiental; elegendo-se como objetivo secundário verificar como se dá a preparação desses estudantes para atuarem frente às exigências da sociedade inerentes às questões do meio ambiente e da sustentabilidade.

Para execução da pesquisa foi aplicado um questionário com os discentes do 7º e 8º períodos de cursos de graduação em ciências contábeis presentes na cidade de Maceió, com a seguinte problematização: **qual o nível de conhecimento dos discentes de graduação do curso de ciências contábeis a respeito dos tópicos da contabilidade ambiental tratados no contexto acadêmico?**

Justifica-se a relevância desta pesquisa, tendo em vista que as exigências da sociedade em relação às questões do meio ambiente têm sido cada vez maiores. Estudos anteriores apontam que empresas que se preocupam e praticam ações voltadas ao meio ambiente têm conquistado relevância social, obtendo vantagens competitivas de mercado.

Cabe expor que o patrimônio das empresas é o objeto da ciência contábil, incluindo-se os aspectos ambientais, sendo os contadores os profissionais responsáveis por auxiliar na gestão e divulgação dos recursos ambientais, por meio da contabilidade ambiental. Desta forma, faz-se necessário que as questões ambientais sejam abordadas na formação acadêmica para que os futuros profissionais possam estar aptos a atender as demandas da sociedade; assim, este estudo se torna relevante ao contribuir com informações quanto ao conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis na cidade de Maceió em relação à contabilidade ambiental.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Responsabilidade Socioambiental

O artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e as futuras gerações”. O desenvolvimento sustentável está baseado na harmonia de seus três pilares: ecológico, econômico e social (ASSIS et al., 2009).

A responsabilidade social envolve o cidadão, o governo e as empresas. Neste contexto, a responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que corresponde à relação ética e transparente da empresa com todos os públicos

com os quais ela mantém relacionamentos e, também, pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, mantendo os recursos ambientais e culturais para o futuro, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Para Silva e Callado (2013, p. 88):

(...) com o processo de globalização e o aumento da competitividade empresarial, as empresas passaram a ter a necessidade de controlar informações relacionadas aos seus aspectos financeiros e aos seus aspectos não financeiros, como a responsabilidade social e ambiental da empresa.

Orellano e Quiota (2011) apontam que existe perspectiva comum entre as diversas definições de responsabilidade socioambiental empresarial, e a principal é a que defende que a empresa deve aprimorar seu modelo de gestão para atingir finalidades financeiras e não financeiras (social e ambiental). A cada dia que se passa, mais empresas estão enfatizando que um dos seus principais objetivos é alcançar o desenvolvimento sustentável (BEUREN; THEISS; CARLI, 2013). Altoé e Voese (2014, p. 120) pontuam que os “Aspectos ambientais têm sido uma das preocupações das empresas, sobretudo em função da escassez dos recursos naturais e pela imposição de legislação reguladora”.

A Responsabilidade Socioambiental vem sendo amplamente discutida em nível mundial, na expectativa de construir um desenvolvimento sustentável para todas as nações. Ela implica na obrigação que um indivíduo ou corporação têm perante a sociedade e o meio ambiente, conseqüente de suas ações que podem ter impacto positivo ou não, dependendo da ação, da intenção e da energia despendida para sua concretização (LUIZ et al., 2013, p. 55).

Nas últimas décadas, a importância da responsabilidade social e dos relatórios de sustentabilidade vem crescendo, tornando o tema relevante não apenas para o governo e a sociedade civil, mas também para o mundo corporativo (NAKASONE, 2015).

## 2.2 Gestão e Contabilidade Ambiental

A gestão ambiental é uma das alternativas mais plausíveis de alavancar os índices de desenvolvimento sustentável, pois está sendo implantada em muitas organizações como um fator estratégico para acirrar a competitividade e conquistar a confiança dos *stakeholders* (LUIZ et al., 2013).

Considerada uma inovação, a gestão ambiental surgiu para minimizar os impactos das atividades empresariais sobre o meio ambiente, valorizando o bem-estar da comunidade e trazendo indicadores relevantes à tomada de decisões dos gestores (ASSIS et al., 2009). Neste sentido, Pinheiro e Boscov (2015) acrescentam que, para os analistas tomarem decisões, faz-se necessário compreender as informações gerenciais das companhias.

Ferreira (2003) afirma que o principal objetivo da gestão ambiental é fornecer vantagens para as empresas que ajudem a anular ou diminuir os custos das degradações ambientais causados pelas suas atividades produtivas. Para Tinoco e Robles (2006, p. 1082) gestão ambiental é o “sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recurso para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental”. Para esses autores, é tudo que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos que são provocados pelas suas atividades exercidas.

Para dar suporte à gestão ambiental a contabilidade vem adaptando seus conceitos da contabilidade geral: ativo, passivo, receita e despesas para a linguagem ambiental, de modo que se possam mensurar e evidenciar os ativos ambientais, passivos ambientais, receitas e despesas ambientais. Porém, ainda existem pontos deficientes nessas adaptações que representam um grande desafio para a contabilidade ambiental (ASSIS et al., 2009). Estudos realizados por Rodrigues et al. (2014) evidenciaram que grande parte das informações ambientais que são publicadas pelas companhias não possuem uma padronização.

Kraemer (2002, p. 35) descreve que “a contabilidade ambiental surgiu em 1970, quando as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas ambientais”. A contabilidade ambiental não é uma ciência nova, não obstante ser considerada um ramo da contabilidade geral, que tem entre seus objetivos quantificar todas as atividades empresariais relacionadas a gastos e investimentos de natureza ambiental (RIBEIRO, 2012). De acordo com Costa e Marion (2007), a contabilidade ambiental, além de atender à finalidade particular das empresas (interesse dos sócios e acionistas), também possui a finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial.

Na visão de Carvalho (2012), a contabilidade ambiental é o segmento da ciência contábil responsável pelo registro e evidenciação das ocorrências que provocam alterações nos elementos patrimoniais da empresa como resultado da sua relação com o meio ambiente, não se trata de uma nova técnica ou ciência, a exemplo da auditoria, escrituração ou análise das demonstrações financeiras, é considerada tão-somente como uma nova tendência da contabilidade geral.

Embora considerada uma poderosa ferramenta no auxílio à proteção ambiental nas decisões gerenciais, as empresas brasileiras ainda possuem um baixo nível de conhecimento para a aplicação da contabilidade ambiental como apoio à gestão ambiental (SANTOS et al., 2001).

A contabilidade ambiental é responsável por fazer as mudanças necessárias para que os sistemas de informações de natureza econômico-financeira passem a englobar informações ambientais e sociais estreitando as relações entre a

empresa e a sociedade (TINOCO; KRAEMER, 2004). De acordo com Santos et al. (2001, p. 90) “a contabilidade pode auxiliar os administradores no gerenciamento empresarial do meio ambiente, pois ela é considerada, atualmente, uma das principais ferramentas de gestão de negócio”.

A contabilidade ambiental deve ser capaz de registrar, mensurar e evidenciar os custos, despesas, receitas, ativos e passivos ambientais por meio de demonstrativos ambientais. Neste sentido, e de acordo com o pensamento de outros autores, verifica-se que tais registros e evidenciação também poderão ser demonstrados no balanço social (GUARNIERI; HASS; MONTEIRO, 2013).

A cada dia que se passa as empresas e a sociedade precisam cada vez mais da contabilidade ambiental, pois ela é um poderoso instrumento que dá suporte à gestão ambiental. Para Ferreira (2003, p. 41) a gestão ambiental “tem por objetivo maior propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva”. Compreende-se que a contabilidade ambiental busca mensurar os ativos e passivos ambientais.

Os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos que tenham a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental (RIBEIRO, 2012). Para Santos et al. (2001, p. 91) “são considerados ativos ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo”.

Os ativos ambientais que integram o ativo circulante são identificados por materiais de consumo utilizados no processo de eliminação ou redução da poluição, já os investimentos permanentes produzidos ou adquiridos são ativados com a intenção de reduzir os impactos causados ao meio ambiente (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Já o passivo ambiental é toda obrigação contraída, voluntária ou involuntariamente, destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental (SANTOS et al., 2001; PAMPLONA et al., 2011). Ante o exposto, faz-se necessário que os profissionais contadores procurem quantificar e evidenciar o patrimônio ambiental, não abrangendo somente os ativos e passivos ambientais, mas também os custos, despesas e receitas ambientais.

A interdisciplinaridade precisa estar presente; o entrosamento das várias áreas de conhecimento, inclusive, internamente, às companhias é um fator primordial para que as empresas possam melhor gerenciar sua sustentabilidade. E, nesse contexto, a Contabilidade deve ampliar seu campo de atuação, deixando de se dedicar, apenas, ao fluxo de eventos e transações tradicionais, para incluir, também, aqueles que ocorrem, rotineiramente, mas de forma “oculta”. Uma grande mudança no comportamento dos profissionais de contabilidade é esperada. As empresas já não estão mais tão resistentes para a exposição pública; os contadores têm como evidenciar o benefício da abertura; entidades profissionais podem ser mais ativas. Os contadores precisam aproveitar a mudança de mentalidade e, colocar números no que é evidenciado. Afinal, “o que não se mede não pode ser gerenciado”. Logo, os relatórios socioambientais e de sustentabilidade divulgados na atualidade poderão ser bem melhores, se a eles for adicionada a variável econômico-financeira para evidenciar o valor que as empresas estão criando para a manutenção física do capital natural (RIBEIRO, 2012, p. 7).

Para a divulgação das informações sociais e ambientais as empresas utilizam vários relatórios, todavia o mais conhecido e importante para a evidenciação do patrimônio ambiental é o balanço social.

### 2.3 Balanço Social

A história do balanço social começou entre 1930 e 1960 nos Estados Unidos seguindo posteriormente para Europa, surgiu da concepção da responsabilidade social, isto quando a sociedade começou a se manifestar e exigir relatórios que demonstrassem a responsabilidade social das empresas (SILVA et al., 2009; GOMES; SOUZA, 2010; PEREIRA et al., 2010).

A empresa alemã STEAG, em 1971, elaborou um relatório social demonstrando suas atividades sociais em consequência da popularização que o tema obteve na Europa nos anos 1970 (GOMES; SOUZA, 2010). Todavia, de acordo com Gomes e Souza (2010, p.19), “o marco na trajetória dos balanços sociais aconteceu na França em 1972, quando a empresa SINGER confeccionou o primeiro balanço social da história das organizações”.

No Brasil, a partir de 1997, o sociólogo Herbert José de Souza, e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) começaram a chamar a atenção dos empresários e de toda a sociedade para a importância da elaboração e publicação do balanço social, inclusive foi proposto um modelo para uniformizar as informações (SILVA et al., 2009; GOMES; SOUZA, 2010).

Pereira et al. (2010, p. 529) definem balanço social como “[...] um relatório corporativo, não financeiro, onde são apresentados os principais indicadores de desempenho ambiental, econômico e social”. Para Oro, Vicenti e Scarpin (2014, p. 79) “o balanço social é um demonstrativo que compreende informações sobre projetos, benefícios e ações sociais voltadas aos agentes internos e externos como instrumento de responsabilidade social”.

Contextualizando, define-se o balanço social como um demonstrativo contábil não obrigatório que vem sendo publicado pelas organizações com o intuito de evidenciar as informações de natureza social e ambiental. Sua publicação demonstra a preocupação das empresas com a responsabilidade social, o meio ambiente e o desenvolvimento

sustentável. Para Gomes e Souza (2010, p. 20) “a função principal do balanço social da empresa é tornar pública a sua responsabilidade social”.

Maçambanni et al. (2013, p. 130) expõem que “o balanço social economicamente é um demonstrativo que serve como base para os analistas de mercado, investidores e órgãos financiadores, dentre outros, avaliarem a situação social e ambiental da empresa”. Os dados colhidos do balanço social servem como complemento das avaliações feitas nos demonstrativos financeiros, de cunho não social, tais como balanço patrimonial, DRE, fluxo de caixa e os demais.

Existiram tentativas de normatizar a forma pela qual as informações de caráter social e ambiental deveriam ser evidenciadas, a exemplo os casos dos modelos de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do *Global Reporting Initiative* (GRI), ainda não existe no Brasil a obrigatoriedade de divulgação das informações ambientais (MURCIA et al., 2008, p. 261).

Em 2004, por meio da Resolução CFC n.º. 1.003 (2004) o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a NBC T 15, normas brasileiras de contabilidade que discriminam os procedimentos para a evidenciação de informações de natureza socioambiental a serem observados pelos profissionais da contabilidade no exercício da profissão. Esta norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006. De acordo com a referida resolução:

As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e os controles utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

Neste sentido, destaca-se que a responsabilidade técnica pela elaboração das informações socioambientais contidas no balanço social é dos profissionais de contabilidade, conforme destaca o CFC. Não obstante, salienta-se que a preparação, o estudo para a elaboração do balanço social, em tese, deve começar dentro das próprias Instituições de Ensino Superior (IES) no curso de ciências contábeis, pois os estudantes desta ciência precisam obter conceitos e definições sobre a responsabilidade social e ambiental das empresas, pois serão os futuros profissionais com responsabilidade técnica para elaborar o balanço social e os demais demonstrativos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada quanto ao objetivo proposto se caracteriza como descritiva, com a finalidade de analisar o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis em relação a tópicos correlatos à contabilidade ambiental.

Quanto aos procedimentos metodológicos trata-se de um levantamento (*survey*), em que se buscou determinar uma amostra para colher e apresentar informações em torno da temática abordada (GIL, 2008). No que diz respeito à abordagem, denominou-se como quantitativa.

Para obtenção do universo levantaram-se informações das IES, presentes em Maceió, que oferecem o curso de ciências contábeis, a amostra, denominada como não probabilística intencional, foi determinada considerando os cursos de ciências contábeis que obtiveram aprovação no Exame Nacional de Desenvolvimento de Estudante (ENADE) no ano de 2014, conforme a Portaria n.º. 564, do Ministério da Educação (MEC), de 18 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União n.º. 244, de 22 de dezembro de 2015. Optou-se, ao fim, por aplicar a pesquisa com discentes em período de formação, estando estes em curso do 7º e 8º períodos.

Por meio de tais informações pode-se verificar a existência de 8 IES que atenderam a tais características, contudo apenas 6 IES participaram da pesquisa. O Quadro 1 destaca as IES participantes.

Quadro 1 – Instituições de Ensino Superior participantes da pesquisa

Instituições de Ensino Superior (IES)
Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC
Faculdade Alagoana de Administração – FAA
Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Maceió – NASSAU
Faculdade de Ciências Contábeis de Maceió – SEUNE
Faculdade Integrada Tiradentes – UNIT

Fonte: Ministério da Educação (2015)

Cabe esclarecer que as 2 IES não participantes da pesquisa são:

- Universidade Federal de Alagoas (UFAL): não foi possível realizar a pesquisa em virtude da greve institucional.
- Faculdade Estácio de Alagoas (FAL): não havia, no momento da pesquisa, alunos cursando o 7º e/ou 8º períodos.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário, sendo aplicado no período de 10 de outubro a 5 de novembro de 2016. Os dados coletados foram tratados por meio de estatística descritiva, na sua dimensão quantitativa.

O questionário foi elaborado com dois blocos: (i) perfil dos respondentes e (ii) questionamentos quanto a conhecimentos correlatos à contabilidade ambiental.

A aplicação de questionários ocorreu em sala de aula pelos próprios pesquisadores, com apoio de professores e coordenadores do curso de ciências contábeis, como também, por meio eletrônico utilizando a ferramenta Google Docs.

A população total da pesquisa foram os 285 alunos matriculados no 7º e 8º períodos, obtendo-se amostra de 165 respondentes, o que representa 54,74% do total da população.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Perfil dos Respondentes

O primeiro bloco do questionário buscou colher informações para traçar o perfil dos respondentes. A Tabela 1 evidencia a quantidade de respondentes por IES e período cursado.

Tabela 1 – Respondentes por IES

IES	7º Período		8º Período	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
CESMAC	11	6,67%	14	8,48%
FAA	3	1,82%	2	1,21%
FACIMA	0	0,00%	17	10,30%
NASSAU	8	4,85%	29	17,58%
SEUNE	29	17,58%	23	13,94%
UNIT	13	7,88%	16	9,70%
TOTAL	64	38,79%	101	61,21%

Fonte: Dados da pesquisa

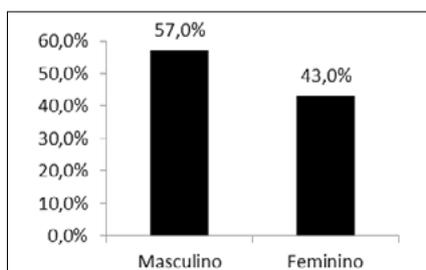
Os números da Tabela 1 demonstram que grande parte dos respondentes (61,21%) cursa o 8º período, o que pode gerar credibilidade a esta pesquisa, visto que, como concluintes, já cursaram e estão em cursos de todas as disciplinas contidas nas grades curriculares do curso de ciências contábeis.

Analisando os respondentes por IES, observa-se que a SEUNE obteve o maior número de respondentes (52), o que corresponde a 31,52% do total, porém, em contraponto, em números gerais, 17,58% cursam o 7º período e 13,94%, o 8º período. A faculdade FAA, no momento da pesquisa, só continha 5 discentes matriculados, três no 7º período e dois no 8º; embora em percentual tenha participado com 100% dos estudantes, em números relativos obteve uma amostra inexpressiva.

A faculdade FACIMA só continha turma em curso no 8º período no 2º semestre do ano de 2016, e a faculdade NASSAU foi a que apresentou o maior número de discentes matriculados no 8º período (29). Tais observações foram expostas a fim de justificar a diferença na quantidade de respondentes em curso no 7º e 8º períodos.

Quanto ao gênero dos discentes, o resultado da pesquisa apontou que dos 165 respondentes 94 (57%) são do sexo masculino e 71 (43%) do sexo feminino, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Gênero dos Respondentes

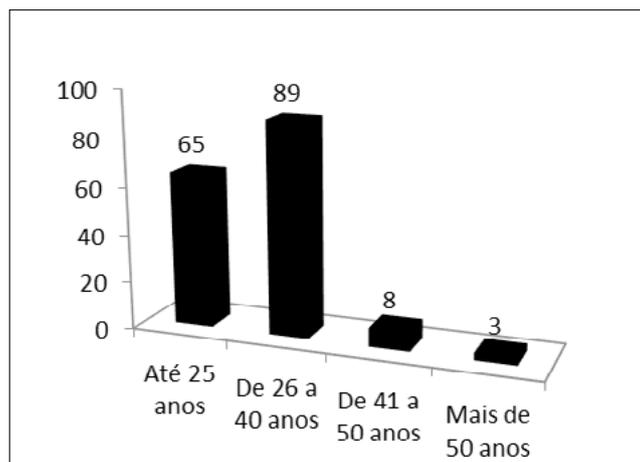


Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de o número de homens ser maior do que o de mulheres foi observado um crescimento dos futuros profissionais do sexo feminino ao se comparar com os dados da pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2013), em todo o Brasil, que constatou que 66,1% dos profissionais de contabilidade são do sexo masculino e 33,9% do sexo feminino.

A Figura 2 demonstra a faixa etária dos respondentes.

Figura 2 – Faixa Etária dos Respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se que 89 estudantes, ou seja, 53,94% estão entre 26 a 40 anos de idade; 65 discentes estão na faixa até 25 anos, 39,39%; e apenas 11 estudantes estão na faixa acima de 41 anos de idade (6,67%). Tem-se como perfil predominante dos respondentes, discentes em ciências contábeis cursando o 8º período, do sexo masculino e com idade entre 26 e 40 anos.

## 4.2 Análises do Nível de Conhecimento dos Discentes quanto à Contabilidade Ambiental e Temas Correlatos

O segundo bloco do questionário, em sua primeira parte, buscou informações em torno das temáticas abordadas em sala de aula referentes à contabilidade ambiental, participação em eventos, auditoria e gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. Já a segunda parte teve como intuito adquirir informações sobre o nível de conhecimento e grau de importância relacionados à NBC T15, balanço social e desenvolvimento sustentável.

### 4.2.1 Análises sobre a Contabilidade Ambiental e Temas Correlatos

O Quadro 2 abordou aspectos sobre temáticas trabalhadas em sala de aula referentes à contabilidade ambiental, participação em eventos, auditoria, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, e questionamentos foram realizados aos discentes em relação a estes tópicos.

Questionados se já cursaram a disciplina de contabilidade ambiental 92,12% responderam que 'não' e apenas 7,88% responderam que 'sim', a expressividade da falta da disciplina é alarmante. Calixto (2006) afirma que contabilidade ambiental é um campo dinâmico e esforços têm sido desprendidos para a sua inclusão efetiva na grade curricular dos cursos de ciências contábeis.

Já pesquisa realizada com contabilistas da região Sul e Sudeste do estado do Pará, elaborada por Silva e Rios (2014), revelou que a maioria dos profissionais, ou seja, 69,4%, nunca teve contato com a contabilidade ambiental. Neste sentido, constata-se que os dados colhidos da literatura apontam que pode haver descaso das IES na formação dos discentes do curso de graduação em ciências contábeis em relação à disciplina contabilidade ambiental.

Para Lacerda et al. (2008, p. 132) "os eventos científicos permitem que os seus participantes tenham acesso a informações atualizadas na área profissional ou de estudo"; observa-se por meio dos dados coletados que apenas 13 discentes, o que representa 7,88% da amostra, já participaram de algum tipo de evento relacionado à contabilidade ambiental; 92,12% nunca foram a eventos relacionados ao tema.

Silva e Rios (2014), em pesquisa realizada, constataram que a grande maioria dos profissionais, ou seja, 75%, nunca participaram de eventos sobre a contabilidade ambiental e temas correlatos. Neste sentido, observou-se que em ambos os trabalhos os índices de discentes ou profissionais que já participaram de eventos a respeito da contabilidade ambiental podem ser considerados baixos dada a relevância do tema. Tais informações podem demonstrar a falta de interesse ou até mesmo de incentivo aos discentes e profissionais de ciências contábeis em relação à temática.

Quadro 2 – Questões referentes à contabilidade ambiental e correlatos

Questões	Sim		Não	
	F. Abs.	F. Rel.	F. Abs.	F. Rel.
Já cursou alguma disciplina de Contabilidade Ambiental?	13	7,88%	152	92,12%
Já participou de algum evento (cursos, palestras, congressos ou seminários) sobre Contabilidade Ambiental?	13	7,88%	152	92,12%
Você cursaria a disciplina de Contabilidade Ambiental, mesmo que fosse optativa?	119	72,12%	46	27,88%
Contabilidade Ambiental, auditoria ambiental e gestão ambiental são termos utilizados com frequência pelos professores no curso de Ciências Contábeis?	22	13,33%	143	86,67%
Em sala de aula, os professores abordam as temáticas do desenvolvimento sustentável associadas as suas disciplinas?	52	31,52%	113	68,48%

Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados se cursariam a disciplina de contabilidade ambiental, mesmo que esta fosse optativa, 72,12% dos entrevistados responderam que 'sim' e 27,88% responderam que 'não' cursariam. Os resultados corroboram o estudo realizado por Calixto (2006), que demonstrou que o número de alunos que optaram por cursar a disciplina de contabilidade ambiental, quando oferecidas, foi significativo. Assim também, a pesquisa elaborada por Carvalho et al. (2010) com estudantes de ciências contábeis no estado da Paraíba pontuou que metade dos alunos (50%) estariam dispostos a cursar a disciplina contabilidade ambiental mesmo que esta fosse optativa.

Outra questão buscou evidenciar se as temáticas de contabilidade ambiental, auditoria ambiental e gestão ambiental são referendadas pelos professores dos cursos de ciências contábeis, 86,67% dos discentes responderam que 'não'. Tal resultado pode ser reflexo da falta de prioridade que as IES dão ao tema. A pesquisa de Calixto (2006), diante da sua amostra, apontou que das 13 instituições que ofereciam a disciplina da contabilidade ambiental, em 11 delas, a disciplina é optativa.

Em relação à abordagem da temática desenvolvimento sustentável, foi questionado se esta é abordada por professores em sala de aula; 31,52% dos discentes responderam que 'sim' e 68,48% responderam que 'não'. A pesquisa realizada por Carvalho et al. (2015) evidenciou que 100% dos entrevistados revelaram que focar a temática ambiental na sua área de atuação é importante, como também, a maioria ratificou que a temática ambiental deve ser abordada por meio do enfoque do desenvolvimento sustentável. Os resultados da pesquisa, em termos percentuais, sinalizam que o tema ainda é pouco abordado pelos docentes em sala de aula. Faz-se necessário que haja mudança de postura para que os futuros profissionais tenham maior conscientização sobre o desenvolvimento sustentável.

#### 4.2.2 Análises sobre o Nível de Conhecimento e Grau de Importância da (NBC T15), Balanço Social e Desenvolvimento Sustentável

Este bloco da pesquisa buscou evidenciar o nível de conhecimento dos discentes sobre aspectos da contabilidade ambiental, como também verificar o grau de importância sobre a evidenciação do balanço social e do desenvolvimento sustentável.

A Tabela 2 contém as respostas referentes ao nível de conhecimento dos discentes sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às Informações de Natureza Social e Ambiental (NBC T15) editadas pela Resolução nº. 1003/04 publicada pelo CFC, que estabeleceu procedimentos para evidenciação de natureza social e ambiental a serem observados pelos profissionais de contabilidade no exercício da profissão.

Uma análise dos dados da Tabela 2 permite constatar que o nível de conhecimento dos alunos sobre a NBC T15 está entre 'Fraco' e 'Regular', 53,3% e 31,5%, respectivamente, o que pode estar associado à não oferta da disciplina de contabilidade ambiental na grade curricular dos cursos de ciências contábeis, como também ao baixo nível de participação dos respondentes em eventos associados ao tema.

Tabela 2 – Nível de conhecimento sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às informações de natureza social e ambiental

Nível de Conhecimento	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Fraco	88	53,3%
Regular	52	31,5%
Bom	21	12,8%
Muito bom	4	2,4%
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 destaca o nível de conhecimento dos respondentes quanto à estrutura, elaboração e divulgação do balanço social, compreendendo que a responsabilidade técnica pela elaboração das informações socioambientais contidas no balanço social é dos profissionais de contabilidade, conforme destaca a resolução 1003/04 do CFC.

Tabela 3 – Nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do balanço social

Nível de Conhecimento	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não possui	45	27,3%
Iniciante	44	26,7%
Intermediário	69	41,8%
Avançado	7	4,2%
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Em geral, mais da metade dos respondentes, 54%, ou não possui conhecimento ou este é iniciante em relação à estrutura, elaboração e divulgação do balanço social; em termos isolados, a maioria, 41,8%, declarou ter um conhecimento intermediário, e apenas 7 alunos, 4,2%, afirmaram ter um conhecimento avançado. Faz-se mister ressaltar que os resultados ora apresentados pela pesquisa, não podendo ser generalizados, são de certo modo preocupantes, visto que os contadores são os únicos profissionais com responsabilidade técnica para elaborar esse demonstrativo, e que em tese a maioria dos alunos do 7º e 8º períodos do curso de graduação de ciências contábeis já deveriam ter um nível de conhecimento intermediário ou avançado. A elaboração, análise e divulgação do balanço social no Brasil vêm sendo utilizadas, cada vez mais, por um número maior de organizações (GOMES, SOUZA, 2010).

A geração de valor e vantagem competitiva sustentável é formada por uma combinação estratégica de recursos, habilidades e processos organizacionais que tornam a empresa mais forte em relação a seus concorrentes (HANASHIRO; TEIXEIRA; ZACCARELLI, 2008).

Tabela 4 – Nível de relevância das empresas que desenvolvem e evidenciam projetos socioambientais por meio do Balanço Social e demais relatórios, quanto às vantagens competitivas em relação a seus concorrentes.

Nível de relevância	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Irrelevante	6	3,6
Pouco importante	16	9,7
Importante	96	58,2
Muito importante	47	28,5
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa

O nível de percepção dos discentes sobre a relevância quanto ao desenvolvimento e divulgação de projetos socioambientais, relacionados às vantagens competitivas que as empresas poderão adquirir diante de seus concorrentes, é espelhado na Tabela 4.

A análise dos dados espelhados na Tabela 4 revela que os discentes consideram que empresas que desenvolvem e evidenciam projetos socioambientais por meio do balanço social e demais relatórios obtêm vantagens competitivas em relação a seus concorrentes, pois 58,2% afirmaram ser 'importante' e 28,5% admitiram ser 'muito importante', é oportuno ressaltar que esses dois percentuais somados representam 86,7%.

Os resultados corroboram o estudo realizado por Silva, Oliveira e Jesus (2013) quando buscaram opiniões dos estudantes de engenharia de uma IES pública, em que a maioria dos alunos (80%) afirmou que a responsabilidade social proporciona vantagens competitivas às empresas. De forma semelhante, Luiz et al. (2013) acrescentam que a gestão ambiental está sendo implantada em muitas organizações como um fator estratégico para acirrar a competitividade e conquistar a confiança dos stakeholders.

Por fim, como destacado na Tabela 5, buscou-se identificar o nível de importância que o tema desenvolvimento sustentável deveria conter durante a formação acadêmica do curso de graduação em ciências contábeis.

Os dados coletados indicaram que grande parte dos respondentes (51,5%) afirmou que o tema desenvolvimento sustentável deve ser considerado como 'muito importante' na formação acadêmica; assim também 43% disseram ser 'importante'. Somando-se os percentuais tem-se 94,5%, ou seja, na percepção dos alunos o tema desenvolvimento sustentável deve ser estudado, pensado, refletido, apreciado durante a formação universitária.

Tabela 5 – Nível de importância que o tema desenvolvimento sustentável deveria conter durante a formação acadêmica.

Nível de relevância	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Irrelevante	3	1,9
Pouco importante	6	3,6
Importante	71	43,0
Muito importante	85	51,5
<b>Total</b>	165	100

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados foram semelhantes aos encontrados na pesquisa com os discentes de pós-graduação em contabilidade, controladoria e finanças elaborada por Carvalho et al. (2015), em que 94,4% dos respondentes afirmaram que a temática precisa fazer parte do cotidiano acadêmico e profissional. Gonçalves, Tanaka e Amedomar (2013, p. 124) destacam “[...] a necessidade da construção de uma cultura voltada para a preocupação com o meio ambiente pela educação ambiental, promovendo mudanças de valores e hábitos da sociedade”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados apontaram que poucos são os discentes que já cursaram alguma disciplina voltada ao meio ambiente, assim como há pouca representatividade daqueles que já participaram de eventos envolvendo a temática. Demonstrou-se, também, a falta de aplicação de conhecimento aos alunos quanto aos aspectos de contabilidade ambiental, isto por parte dos professores, que talvez não detenham tal conhecimento, ou não estejam preparados para compartilhá-los, não se podendo descartar a possibilidade de esta temática não ser considerada relevante pelo corpo docente e/ou pelas instituições de ensino superior.

Tais fatores determinam os resultados quanto ao nível de conhecimento dos discentes no que se refere às Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às informações de natureza social e ambiental (NBC T15) e à estrutura, elaboração e divulgação do balanço social, considerados estes como fraco a regular.

Faz-se mister ressaltar que apesar de o nível de conhecimento dos discentes não apresentar respostas satisfatórias, a grande maioria (94,5%) afirmou que o tema desenvolvimento sustentável deveria ser aplicado durante a formação acadêmica. Observou-se, também, que grande parte dos alunos (86,7%) tem a percepção de que empresas que desenvolvem projetos socioambientais adquirem vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes.

No entanto, a contabilidade ambiental é uma disciplina optativa na grande maioria das universidades e faculdades do Brasil, sejam públicas ou privadas. As pesquisas existentes revelam que os alunos têm interesse em cursar essa disciplina mesmo quando optativa. Além disso, as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis geralmente dão ênfase às disciplinas de contabilidade tributária ou fiscal, comercial, de custos, gerencial, entre outras. No entanto, com as mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente, o cenário vem mudando e a contabilidade ambiental deixou de ser um ator coadjuvante para virar ator principal, pois nunca se falou tanto em meio ambiente como nos dias atuais.

Portanto, as pesquisas apontam mudanças de cenário, demonstrando que a contabilidade ambiental deveria possuir maior importância nos cursos de ciência contábeis.

Tais análises e informações coletadas podem validar e tornar como alcançado o objetivo elencado nesta pesquisa, dito este como: analisar o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis em relação aos tópicos correlatos à contabilidade ambiental. As análises relacionadas ao objetivo secundário revelaram que os cursos de graduação em ciências contábeis analisados nesta pesquisa não preparam efetivamente os discentes para atuarem frente às exigências da sociedade referente às questões envolvendo o meio ambiente e a sua sustentabilidade. Identificou-se que termos como contabilidade ambiental, auditoria ambiental, gestão ambiental e sustentabilidade ainda são pouco abordados pelos professores em sala de aula.

Assim também, este trabalho ratificou estudos anteriores, ao demonstrar que há uma falta de prioridade ou uma inércia das instituições de ensino superior em inserir e ofertar disciplinas e temas relacionados ao meio ambiente nos cursos. Alunos, professores, pesquisadores e órgãos de proteção do meio ambiente deveriam buscar junto às instituições de ensino e órgãos do governo que esta disciplina seja de cunho obrigatório no curso de Ciências Contábeis, pois só assim haveria uma mudança de postura do contador como profissional fundamental na gestão ambiental das organizações.

É pertinente ressaltar que esta pesquisa foi restrita aos discentes do 7º e 8º períodos do curso de graduação de ciências contábeis da cidade de Maceió, não cabendo generalização dos dados. Recomenda-se a elaboração de pesquisas futuras sobre o tema, ampliando-se a amostra, assim como a busca de mais informações pertinentes aos órgãos reguladores no tanger da gestão ambiental e contabilidade ambiental, incluindo-se a análise das grades curriculares e consequentes ementas dos cursos de ciências contábeis, em busca de informações em torno da aplicação acadêmica da temática.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, J. N.; RIBEIRO, M. S.; MIRANDA, C. S.; REZENDE, A. J. Contabilidade ambiental e o agronegócio: um estudo empírico entre as usinas de cana-de-açúcar. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 4, n. 2, p. 88-103, 2009.
- ALTOÉ, S. M. L.; VOESE, S. B. Gestão de resíduos da indústria do biodiesel: um estudo da criação de valor na cadeia de suprimentos. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 3, n. 1, p. 107-123, 2014.
- BEUREN, I. M.; THEISS, V.; CARLI, S. B. Influência do eco-controle no desempenho ambiental e econômico de empresas. *Contaduría y administración*, v. 58, n. 4, p. 9-37, 2013.
- BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 27 out. 2016.
- BRASIL. *Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. [Diário Oficial da República Federativa do Brasil], Brasília (DF), 28 abr. 1999.
- CALIXTO, L. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. *Revista Universo Contábil*, v. 2, n. 3, p. 65-78, 2006.
- CARVALHO, G. M. B. *Contabilidade ambiental: teoria e prática*. Curitiba: Juruá, 2012.
- CARVALHO, J. R. M. de; ABREU, I. G. de; CARVALHO, E. K. M. A. de; SILVA, M. M. P. Percepção da educação ambiental: um estudo junto aos discentes de pós-graduação de uma IES no estado da Paraíba. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 4, n. 2, p. 234-253, 2015.
- CARVALHO, J. R. M. de; ALEXANDRE, F. A. M.; ALMEIDA, K. K. N.; CARVALHO, E. K. M. A.; CURTI, W. F. Uma análise do interesse dos estudantes de Ciências Contábeis pela área de contabilidade ambiental. *Revista Ambiente Contábil*, v. 2, n. 1, p. 37-53, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Pesquisa perfil do profissional da contabilidade 2012/2013*. 2013. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/12/livro\\_perfil\\_2013\\_web2.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/12/livro_perfil_2013_web2.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução n. 1003, de 19 de agosto de 2004*. Aprova a NBC T 15 Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004. Brasília: CFC. Disponível em: <[cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1003.doc](http://cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc)>. Acesso em: 26 out. 2016.
- COSTA, R. S. da; MARION, J. C. A uniformidade na evidência das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 18, n. 43, p. 20-33, 2007.
- FERREIRA, A. C. de S. *Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2003.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, R. G.; SOUZA, R. B. L. Balanço social: análise da evolução dos indicadores sociais e ambientais do BANRISUL. *Revista Contexto*, v. 10, n. 18, p. 18-33, 2010.
- GONÇALVES, M. A.; TANAKA, A. K.; AMEDOMAR, A. A. de. A destinação final dos resíduos sólidos urbanos: alternativas para a cidade de São Paulo através de casos de sucesso. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategy*, v. 5, n. 1, p. 96-131, 2013.
- GUARNIERI, P.; HASS, D.; MONTEIRO, G. A mensuração dos efeitos financeiros e econômicos da logística reversa pela contabilidade ambiental. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 4, n. 2, p. 202-225, 2013.
- HANASHIRO, D. M. M.; TEIXEIRA, M. L. M.; ZACCARELLI, L. M. *Gestão do fator humano: uma visão baseada em stakeholders*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- INSTITUTO ETHOS. *Glossário*. 2013. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.
- KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental: o passaporte para a competitividade. *CRCSC & Você*, v. 1, n.1, p. 25-40, 2002.

LACERDA, A. L. de; WEBER, C.; PORTO, M. P.; SILVA, R. A. da. A importância dos eventos científicos na formação acadêmica: estudantes de biblioteconomia. *Revista ACB*, v. 13, n. 1, p. 130-144, 2008.

LINDSTAEDT, A. R. S.; OTT, E. Evidenciação de informações ambientais pela contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte-americanas e brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 18, n. 4, p. 11-35, 2007.

LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L. de; PFITSCHER, E. D. Agenda ambiental na administração pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 5, n. 2, p. 54-62, 2013.

MAÇAMBANNI, T. A.; BELLEN, H. M. V.; SILVA, T. L. da; VENTURA, C. Evidenciação Socioambiental: Uma Análise do Balanço Social de Empresas do Setor Elétrico que atuam nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade-GeAS*, v. 2, n. 1, p. 123-142, 2013.

MURCIA, F. D.; ROVER, S.; LIMA, I.; FÁVERO, L. P. L.; LIMA, G. A. S. F. Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Revista UnB Contábil*, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, 2008.

NAKASONE, G. T. Contabilidade ambiental no Peru: uma proposta baseada no relatório de sustentabilidade nas indústrias mineira, petrolífera e do gás. *Contabilidad y Negocios*, v. 10, n. 19, p. 5-26, 2015.

NEITZKE, A. C. A.; GONÇALVES, G. P.; OLIVEIRA, R. M.; MACHADO, D. G.; GIBBON, A. R. O. Custos ambientais: um estudo exploratório em um estaleiro da região sul do Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 5, n. 2, p. 71-86, 2015.

OLIVEIRA, C. E. de; ALMEIDA, F. A. de; SILVA, U. G.; CARVALHO, J. M. R. de. Um estudo acerca do desempenho social de empresa do setor de petróleo face à crise financeira internacional. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 5, n. 10, p. 160-174, 2016.

ORELLANO, V. I. F.; QUIOTA, S. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 5, p. 471-484, 2011.

ORO, I. M.; VICENTI, T.; SCARPIN, J. E. Balanço social no terceiro setor: análise do modelo ibase com relação à transparência e prestação de contas à sociedade. *ConTexto*, v. 14, p. 26, p. 76-89, 2014.

PAMPLONA, V.; PFITSCHER, E. D.; UHLMANN, V. O.; LIMONGI, B. Gestão e contabilidade ambiental: estudo de caso em instituição hospitalar. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 14, n. 2, p. 3-17, 2011.

PEREIRA, R. C.; FAGUNDES, M. B. B.; ANDRADE, E. S.; DRESCH, L. O.; SOPRANE, G. A. Balanço social e o indicador de lucro social para empresas cidadãs: o caso Embrapa. *Revista IDEAS*, v. 4, n. 2, p. 519-543, 2010.

PINHEIRO, V. A. A.; BOSCOV, C. P. Análise de informações por segmento das empresas premiadas pelo Troféu Transparência ANEFAC/PIPECAFI/SERASA 2013. *Contexto*, v. 15, n. 29, p. 96-112, 2015.

RIBEIRO, M. S. Uma reflexão sobre as oportunidades para a Contabilidade Ambiental. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 17, n. Especial, p. 4-17, 2012.

RODRIGUES, H. S.; OLIVEIRA, I. G. S.; SOBRINHO, W. B. R.; ALMEIDA, J. E. F. Estudo da influência da abertura de capital na formação do nível de disclosure voluntário: uma análise ex ante e ex post. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 6, n.3, p. 39-56, 2014.

SANTOS, A. D. O.; SILVA, F. B. D.; SOUZA, S. D.; SOUSA, M. F. R. D. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 12, n. 27, p. 89-99, 2001.

SILVA, H. F.; OLIVEIRA, J. D.; JESUS, M. A. Responsabilidade social: percepção dos alunos de engenharia de uma IES Pública. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. *Anais...* São Paulo, SP, Brasil, v. 10, 2013.

SILVA, J. C. P.; RIOS, R. P. Contabilidade Ambiental: O grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios-FAC*, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2014.

SILVA, J. L. C.; HERMOSILLA, J. L. G.; SILVA, E. C. C.; CASTRO, M. C. A. A. Um estudo sobre as publicações de investimento em meio ambiente do setor empresarial com base no balanço social. *Revista UNIARA*, v. 21, n. 22, p. 72-83, 2009.

SILVA, M. D. O. P.; CALLADO, A. A. C. Análise de modelos de balanced scorecard elaborados a partir da ótica da sustentabilidade através do uso da matriz SWOT. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 3 n. 4, p. 87-103, 2013.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 6, p. 1077- 1096, 2006.

# Influência das variáveis de gestão econômico-financeira e de internacionalização na governança corporativa das companhias listadas na BM&FBovespa

## *Influence of economic and financial management and internationalization variables in the corporate governance of the companies listed on BM&FBovespa*

### RESUMO

Esta pesquisa objetivou investigar se as variáveis de gestão econômico-financeira e de internacionalização são relevantes para explicar a existência de melhores práticas de Governança Corporativa (GC) das companhias listadas na BM&FBovespa. Dessa forma, foram analisadas 379 companhias listadas na Bolsa, a partir de dados semestrais disponibilizados para o biênio 2014-2015, cujo tratamento deu-se por meio de modelos de regressão logística. Como variável dependente dicotômica empregou-se a probabilidade de ocorrência das melhores práticas de GC e, como variáveis independentes, utilizaram-se indicadores de gestão econômico-financeira e a emissão de American Depositary Receipts (ADRs) como indicador de internacionalização das empresas. Evidenciou-se que as variáveis tamanho da empresa e emissão de ADRs apresentaram resultados positivos e significativos. Isso revela que as empresas maiores tendem a manter as boas práticas de governança, pois estão mais susceptíveis à ação dos investidores externos. No caso da emissão de ações no mercado acionário norte-americano, comprova-se a teoria de que empresas com expansão no volume de negociações de mercado tendem a apresentar melhores níveis de governança como forma de atrair investimentos. Em contraponto, as variáveis desempenho, recebíveis e intangibilidade não se apresentaram significantes para justificar as melhores práticas de GC.

**Palavras-chave:** Governança Corporativa. Internacionalização de empresas. Variáveis de Gestão Econômico-Financeira.

### ABSTRACT

*This research aims to investigate if the economic and financial management and internationalization variables are relevant to explain the existence of best practices of Corporate Governance (CG) on the companies listed on BM&FBovespa. Thus, 379 listed companies were analyzed, based on semiannual data available for the 2014-2015 biennium, whose treatment was based on logistic regression models. As a dichotomous dependent variable, we used the probability of occurrence of the best CG practices and as independent variables we used economic-financial management indicators and the issuance of American Depositary Receipts (ADRs) as an indicator of the companies' internationalization. The results show that the variables, company size and ADR issuance, presented positive and significant results. This reveals that the largest companies tend to maintain good governance practices, since they are more susceptible to the action of the external investors. In the case of the issuance of shares in the US stock market, the theory that companies with expansion in the volume of market negotiations tend to present better levels of governance, as a way to attract investment, is proven. In contrast, the variables performance, receivables and intangibility were not significant to justify the best practices of CG.*

**Keywords:** Corporate governance. Internationalization of companies. Economic and financial management variables.

### Francisco Felipe da Silva

Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Contato: Av. Salgado Filho, S/N, Campus Universitário Lagoa Nova, CEP 59076-000, Natal/RN. E-mail: [ffelipes@outlook.com](mailto:ffelipes@outlook.com). Telefone: (84) 9.9963-7913.

### Égon José Mateus Celestino

Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Contato: Av. Salgado Filho, S/N, Campus Universitário Lagoa Nova, CEP 59076-000, Natal/RN. E-mail: [egonmateus@gmail.com](mailto:egonmateus@gmail.com). Telefone: (84) 9.9922-4592.

### Clayton Levy Lima de Melo

Doutor em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis UNB/UFPB/UFRN. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Contato: Av. Salgado Filho, S/N, Campus Universitário Lagoa Nova, CEP 59076-000, Natal/RN.  
E-mail: [clayton\\_levy@hotmail.com](mailto:clayton_levy@hotmail.com). Telefone: (84) 9.8808-4403.

### Anderson Luiz Rezende Mól

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Contato: Av. Salgado Filho, S/N, Campus Universitário Lagoa Nova, CEP 59076-000, Natal/RN.  
E-mail: [mol.ufrn@gmail.com](mailto:mol.ufrn@gmail.com). Telefone: (84) 9.9925-8108.

## 1 INTRODUÇÃO

No mercado de capitais, os casos de fraudes e escândalos corporativos envolvendo o uso de informações privilegiadas na negociação de ações, como ocorridos com a Enron, a WorldCom e a Tyco nos Estados Unidos, a AmBev e a Copel no Brasil, motivaram o debate quanto à eficiência dos modelos de Governança Corporativa (GC), especialmente no Brasil, um país emergente que, segundo Duarte e Young (2009), é um campo fértil para a prática da utilização de informação privilegiada, denominada na literatura internacional como *insider trading*.

Nesse cenário, as boas práticas de GC, a princípio, deveriam reduzir a assimetria da informação existente no mercado de capitais e evitar a prática ilícita do uso de informações privilegiadas que, de acordo com Martins (2012), pauta-se na oportunidade de auferir lucros instantâneos com base em informações privilegiadas ou ainda não divulgadas ao público em geral.

Seus principais atores são altos executivos e demais indivíduos diretamente ligados às decisões estratégicas das corporações. Sua ocorrência está vinculada à utilização de suas posições privilegiadas para a obtenção de informações que possam influenciar os preços e retornos futuros das ações das empresas, por meio de suas negociações no mercado de capitais (MARTINS, 2012).

Assim, é nesse contexto corporativo contemporâneo e competitivo que a mensuração do desempenho tem se constituído em um processo de gestão permanente e repetitivo, em que a frequência das medições varia de acordo com a atividade a ser medida (MACEDO; SOUZA; OLIVEIRA, 2004).

Nos últimos anos, houve um aumento nos estudos de medição empírica de desempenho com base em preocupações sobre o papel dos sistemas de medida de desempenho na melhoria da rentabilidade da empresa, em que a maioria das contribuições, em termos de estruturas contemporâneas desenvolvidas e de pesquisa empírica publicada, advém de países como os Estados Unidos, Reino Unido e países da Europa Ocidental (BUHOVAC; GROFF, 2012).

Dessa forma, considerando a ótica do conflito de agência existente entre gestores e investidores, e entre acionistas controladores e minoritários, em países com fraca proteção ao investidor, pressupõe-se que as variáveis de gestão econômico-financeira podem representar um fator explicativo das características de GC das companhias. A GC, de acordo com La Porta et al. (2000), é caracterizada como o conjunto de mecanismos pelos quais os investidores externos se protegem contra a expropriação dos gestores controladores.

De acordo com Silveira, Barros e Famá (2006), muitas discussões sobre a GC partem do pressuposto de que os mecanismos de governança influenciam no desempenho das companhias. Já existem estudos empíricos, por exemplo, que evidenciam a relação entre as melhores práticas de GC e melhor desempenho operacional (KLAPPER; LOVE, 2004; BROWN; CAYLOR, 2004; SILVA; LEAL, 2005); maior valor de mercado (DURNEV; KIM, 2005; BLACK; JANG; KIM, 2006; SILVEIRA; BARROS; FAMÁ, 2006; AMMANN, OESCH; SCHMID, 2011); e menor custo de capital (GOMPERS; ISHII; METRICK, 2003; BHOJRAJ; SENGUPTA, 2003; SKAIFE; COLLINS; LAFOND, 2004).

No entanto, este artigo percorre um caminho inverso dos estudos anteriores, a partir da seguinte problemática: **as variáveis de gestão econômico-financeira e a emissão de ADRs são relevantes para explicar a existência de melhores práticas de governança corporativa das companhias listadas na BM&FBovespa?**

Dessa forma esta pesquisa tem como objetivo principal investigar se as variáveis de gestão econômico-financeira e de internacionalização são relevantes para explicar a existência de melhores práticas de governança corporativa das companhias listadas na BM&FBovespa.

Pautando-se no estudo de Moizinho et al. (2014), pressupõe-se que variáveis que mensuram o desempenho econômico-financeiro e as práticas de internacionalização tendem a explicar a probabilidade de ocorrência do evento melhores práticas de GC nas companhias observadas, dado que maior transparência é esperada para proteção dos investidores, reduzindo-se comportamentos oportunistas e o processo de assimetria informacional.

De acordo com Dunning (1996) há quatro motivações econômicas básicas para as empresas se internacionalizarem: a busca por novos mercados; a busca por novas fontes de recursos; a ênfase na eficiência dos mercados globais; e a busca de ativos estratégicos. Entretanto, esse é um processo que envolve custos e riscos, como os custos de governança, os riscos políticos e econômicos e outros, o que justifica a importância da gestão econômico-financeira para as empresas.

Portanto, a relevância desta pesquisa encontra-se no destaque crescente, no âmbito acadêmico e corporativo, do tema GC sob a perspectiva da teoria da agência, principalmente com o aumento da participação ativa de investidores no mercado de capitais nacional e internacional nas últimas décadas. Além disso, ressalta-se a importância destas companhias para o desenvolvimento econômico do mercado de capitais brasileiro. Neste sentido, a GC tem um amplo papel de influenciar na formação e no desempenho de empresas de economias emergentes (ALLEN, 2005).

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Gestão Econômico-Financeira e Governança Corporativa

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00), as demonstrações financeiras elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, sem o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários (CPC, 2011).

Entretanto, de acordo com o CPC 00, a Estrutura Conceitual chama atenção para o posicionamento mais claro de que as informações contidas nas demonstrações financeiras se destinam primariamente aos usuários externos, sejam investidores, financiadores ou outros credores, sem hierarquia de prioridade, que tenham interesse na posição e evolução econômico-financeira de uma entidade.

Uma das técnicas para acompanhar o desempenho da gestão econômico-financeira de uma companhia, de acordo com Assaf Neto (2014), consiste na análise dos índices extraídos desses relatórios financeiros.

Conforme Fortes (2004), os índices financeiros são relações expressas em valores, entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que têm a finalidade de fornecer informações que não se evidenciam em um simples olhar dos números, mas por meio da análise econômico-financeira que pode expressar a situação real de uma companhia.

Não há consenso na literatura sobre a classificação desses índices. Para Gitman (2010) os índices financeiros são divididos em cinco categorias: índices liquidez, atividade e endividamento – que medem o risco; índices de rentabilidade – que medem o retorno da atividade; e índices de valor de mercado – capturam tanto o risco como o retorno.

Já Andrade, Silveira e Tavares (2005) classificam os índices financeiros em quatro subgrupos: liquidez, atividade, lucratividade – que fornecem informações das operações no curto prazo; e os índices de endividamento – que se relacionam com as perspectivas de longo prazo.

Entretanto, em que pesem as divergências sobre a classificação das informações geradas pela gestão econômico-financeira, importa mais a sua fidedignidade na representação dos fenômenos que se propõem representar, e a sua relevância para a tomada de decisão por seus usuários (CPC 00), pois a qualidade da informação, sua forma e tempestividade na apresentação são capazes de fazer diferença se não fluírem de forma equitativa entre gestores e investidores, mas nos moldes das regras de mercado evidenciadas por Akerlof (1970).

Uma das principais teorias das finanças corporativas que tratam da relação entre investidores e gestores é a Teoria da Agência. Em um estudo seminal com empresas norte-americanas e britânicas, Jensen e Meckling (1976, p. 308) definem o relacionamento de agência como “um contrato no qual uma ou mais pessoas – o principal – engajam outra pessoa – o agente – para desempenhar alguma tarefa em seu favor, envolvendo a delegação de autoridade para tomada de decisão pelo agente”, o que deu origem à Teoria da Agência ou Teoria do Agente-Principal, ou ainda, Teoria da Firma.

Em princípio, o gestor recebe do acionista uma remuneração em troca dos seus serviços qualificados de gestão e o acionista espera que o gestor, seu agente, tome decisões que maximizem sua riqueza por meio da execução de projetos rentáveis (SHLEIFER; VISHNY, 1997).

Entretanto, de acordo com essa teoria, os agentes não tendem a agir no melhor interesse do principal de forma a maximizar seus benefícios. Eles agem e tomam decisões que maximizam apenas sua utilidade pessoal. Essa diferença entre a decisão considerada ótima e a decisão considerada subótima pode representar um custo para o acionista decorrente do problema de agência dos gestores.

A literatura está repleta de casos representativos desses custos de agência causados por conflitos de interesses, que podem envolver desde uma parcela pequena dos recursos corporativos até uma parcela significativa, e que podem inclusive comprometer o sucesso de longo prazo das companhias. Como exemplo, temos os estudos de Jensen e Meckling (1976); Dunning (1996); Klapper e Love (2004) e Martins e Paulo (2014).

Jensen e Meckling (1976) caracterizam os custos de agência como a soma dos custos de criação e estruturação de contratos entre o principal e o agente; gastos de monitoramento das atividades dos gestores pelo principal; gastos promovidos pelo próprio agente para mostrar ao principal que seus atos não serão prejudiciais; perdas residuais decorrentes de diminuição da riqueza do principal por divergências entre as decisões do agente e as decisões que iriam maximizar a riqueza do principal.

Dessa forma, o conflito de agência, como um dos problemas originados na separação entre a propriedade e a gestão das organizações, tende a acentuar o problema do uso de informações privilegiadas como consequência da assimetria da informação, que quando impune favorece os investidores controladores a agirem para expropriar os ganhos dos acionistas minoritários com o uso de sua informação privilegiada para negociar ações no mercado de capitais, o que é visto como uma ineficiência de mercado (BARBEDO; SILVA; LEAL, 2009).

As implicações da assimetria de informação no mercado foram analisadas inicialmente por Akerlof (1970), que realizou seu estudo no mercado norte-americano de carros usados (*market for lemons*), onde identificou que a assimetria da informação é caracterizada pelo nível informacional de seus agentes. De acordo com o estudo, o vendedor já vai ao mercado munido de todas as informações sobre o ativo, enquanto o comprador não detém todas as informações necessárias, gerando um desequilíbrio informacional.

Os estudos internacionais conduzidos por Agarwal e O'Hara (2007), Berger et al. (2005); Bharath, Pasquariello e Wu (2009) e Halov (2006) apresentaram evidências significantes de que a assimetria de informação tem gerado diversos impactos na estrutura de capital das empresas, entre os quais destacam-se reflexos nos índices de alavancagem de mercado, na escolha das opções de financiamento, nos custos e prazos de obtenção de capital.

No Brasil, a prática do uso de informação privilegiada é qualificada como crime contra o mercado de capitais pela Lei n.º 6.385/76 (BRASIL, 1976). Entretanto, Barbedo, Silva e Leal (2009) mediram a probabilidade de ocorrência de transações baseadas em informações privilegiadas (PIN) das ações listadas na BM&FBovespa, utilizando o modelo EHO de Easley, Hvidkjaer e O'Hara (2002), e confirmaram que os níveis mais altos de GC apresentam menor PIN, revelando assim a existência de tal prática no mercado de capitais brasileiro.

Mais recentemente, Martins e Paulo (2014) investigaram as relações existentes entre a assimetria de informação na negociação de ações, as características econômico-financeiras e a GC das empresas abertas no mercado acionário brasileiro nos anos de 2010 e 2011. Os resultados do estudo evidenciam que o risco, retorno e liquidez das ações, bem como o custo de capital próprio e o tamanho da firma, estão positivamente relacionados com assimetria da informação, enquanto o retorno anormal acumulado está negativamente relacionado à assimetria.

Para os autores, um mercado com alta assimetria de informação pode ter sérias implicações na negociação dos ativos, principalmente se ele for emergente, como é o caso do mercado brasileiro, pois abre espaço para negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas com objetivo de auferir lucro ou vantagem no mercado (*insider trading*).

Apesar de limitações no modelo de EHO relatadas por alguns autores, Lee e Radhakrishna (2000) afirmam que a PIN tem precisão em torno de 93% no mercado norte-americano. No Brasil, Silva (2009) identificou aproximadamente 72%.

Neste cenário, a minimização dos prejuízos causados pelos conflitos de interesse entre os tomadores de decisão e investidores depende da presença de um conjunto de mecanismos internos e externos que alinhem os interesses dos gestores aos de todos os acionistas (SILVEIRA, 2004).

A esse conjunto de mecanismos de incentivos e controles formais dá-se o nome de Governança Corporativa, cuja origem como teoria remete aos conflitos inerentes à propriedade dispersa de grandes empresas e da dificuldade de garantir o alinhamento entre os interesses das empresas e os rumos da gestão (MORCK, 2005), sobretudo a partir dos escândalos corporativos ocorridos no século XX.

Em uma definição mais formal do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015, p. 20), a GC é “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

Seus mecanismos internos contemplam o papel dos conselhos, as políticas de remuneração e a estrutura de propriedade, e os mecanismos externos contemplam o mercado de capitais e o sistema legal e regulatório (BECHT; BOLTON; RÖELL, 2003; MACHADO FILHO, 2006).

As boas práticas de governança corporativa, alicerçadas nos mecanismos de proteção aos direitos e interesses dos investidores, são regidas por princípios e práticas recomendadas. No contexto internacional, existe o *Cadbury Report* (Cadbury, 1992), publicado na Inglaterra, que é considerado o primeiro código de boas práticas de GC. Além disso, há as diretrizes e princípios internacionais definidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) denominados de *G20/OECD Principles of Corporate Governance*.

No contexto brasileiro, as melhores práticas de GC são recomendadas pelo IBGC (2015) e norteadas por quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa.

Além disso, há as recomendações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002) e os segmentos diferenciados de listagem destinados à negociação de empresas que se comprometem voluntariamente a adotar as boas práticas de GC, desenvolvidos pela BM&FBovespa como instrumento de regulação e incentivo ao mercado de capitais nacional.

Os segmentos diferenciados de governança corporativa se distinguem do Mercado Tradicional e do Bovespa mais pelo fato de que naqueles são negociadas as ações das empresas que apresentam boas práticas de GC. Os segmentos diferenciados, portanto, refletem a quantidade de exigências e o grau de transparência exigidos pela BM&FBovespa das empresas, e contemplam três níveis de listagem em escala ascendente de sofisticação das práticas de GC: Nível 1 (N1), Nível 2 (N2) e Novo Mercado (NM). Dessa forma, as empresas listadas no NM possuem os melhores e mais rigorosos mecanismos de GC, quando comparadas às empresas do N1 e N2 (LIMA et al., 2015).

Para testar a efetividade dos mecanismos de GC, Oliveira, Paulo e Martins (2013) analisaram a influência das práticas de GC no nível de assimetria informacional nos dados das negociações de 166 ações das companhias abertas brasileiras negociadas na BM&FBovespa, no período de 2010 a 2012.

No estudo, os autores concluíram que, entre as 16 práticas de GC identificadas, cinco apresentaram relações significantes com a assimetria informacional, sendo que duas tiveram sua efetividade na redução da assimetria confirmada (referentes à dissolução de oferta pública de aquisição de ações obrigatórias e à formação do conselho de administração) e três apresentaram relações inversas (referentes ao quórum qualificado, ao código de conduta e ao calendário de eventos corporativos).

Portanto, fica evidente, pelo estudo de Oliveira, Paulo e Martins (2013), que nem todas as práticas de GC são efetivas para reduzir o nível de assimetria informacional, o que revela uma necessidade de reavaliação das estratégias para a solução do uso de informações privadas no mercado de capitais brasileiro.

Sob outra perspectiva, da relação entre variáveis econômico-financeiras e GC, um estudo foi conduzido por Silveira e Barros (2008) para investigar os determinantes da qualidade da GC de 161 empresas brasileiras. A pesquisa revela que as empresas maiores, emissoras de ADRs e com melhor desempenho apresentam, em média, melhor nível de governança. Por outro lado, quanto maior o poder do acionista controlador, pior a qualidade da governança corporativa.

## 2.2 Governança Corporativa e Internacionalização de Empresas

No contexto dos mercados globais, as empresas têm buscado alcançar benefícios por meio da internacionalização

das suas atividades, o que pode impactar significativamente suas estruturas, como a GC, em virtude das exigências competitivas do mercado internacional.

Dunning (1996) apresenta que a ênfase na eficiência dos mercados internacionais, a busca por novos mercados, por novas fontes de recursos e por ativos estratégicos são as principais motivações econômicas para a internacionalização das empresas. Entretanto, este é um processo que envolve riscos e custos, tais como: custos de gestão e de governança, riscos por ser uma empresa estrangeira e outros riscos políticos e econômicos.

Santos, Vasconcelos e De Luca (2015), em sua pesquisa, destacam ainda o risco associado ao conflito de interesses e o risco da assimetria informacional como os dois principais tipos de riscos decorrentes da internacionalização e que tendem a elevar os custos de transação das empresas.

Dessa forma, a necessidade de captação de recursos em outros mercados contribui para o desenvolvimento de mecanismos de GC, pois as empresas com melhores práticas de GC tendem a agregar mais valor às suas ações, na medida em que fornecem aos seus investidores mecanismos que lhes assegurem proteção dos investimentos (NAKAYASU, 2006; ANDRADE; ROSSETTI, 2004; RAPPAPORT, 1998).

Essa relação entre a GC e a internacionalização já foi evidenciada em diversos estudos nacionais, como os realizados por Santos, Vasconcelos e De Luca (2015), Moizinho et al. (2014), Santos, Almeida e Bezerra (2013), Souza, Murcia e Marcon (2011), Silveira e Barros (2008), Procianoy e Verdi (2009), bem como em pesquisas internacionais por Singh e Gaur (2013), Xiao et al. (2013), Sherman, Kashlak e Joshi (1998) e Wang, Hsu e Fang (2008).

De acordo com Burgman (1996), nas empresas internacionalizadas, os custos de transação decorrentes do conflito de interesses são maiores do que aqueles observados em empresas que atuam somente no mercado interno.

Embora Silveira e Barros (2008) tenham encontrado uma relação positiva entre emissão de ADRs e GC, Moizinho et al. (2014) evidenciaram que a comercialização de *American Depositary Receipt* (ADRs) tem relação negativa com a qualidade da GC, pondo em questionamento a utilização de ADRs como mecanismo para compensar uma possível ineficiência de gestão.

Entretanto, Leal e Saito (2003) defendem que a emissão de ADRs reduz o custo do capital próprio, uma vez que maior transparência é exigida pelas instituições reguladoras nos Estados Unidos da América (EUA), que aliada ao sistema judiciário mais eficiente do país sinaliza menores riscos aos investidores. Esse fato foi comprovado nas empresas brasileiras por Lopes e Walker (2008), que constataram que melhores práticas de GC aliadas à emissão de ADRs relacionam-se negativamente com o gerenciamento de resultados.

Dessa forma, ao participar do mercado internacional de capitais, a empresa eleva seus níveis de GC, com vistas à redução dos custos de transação e à atração de mais investimento externo. Assim sendo, o objetivo da GC abarca a diminuição dos custos e os riscos relativos ao conflito de interesses, a assimetria informacional e a percepção de incerteza do investidor acerca do ambiente internacional (SANTOS; VASCONCELOS; DE LUCA, 2015).

Corroborando o exposto, o estudo de Amaral et al. (2007) defende que os indicadores de qualidade de GC das empresas brasileiras de capital aberto classificadas entre as maiores exportadoras e/ou com presença nos mercados de valores internacionais são superiores aos das demais empresas. Os autores concluíram que a inserção no cenário internacional pode ser uma das formas de melhorar a qualidade da governança.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para consecução do objetivo principal de investigar se as variáveis de gestão econômico-financeira e de internacionalização são relevantes para explicar a existência de melhores práticas de GC das companhias listadas na BM&FBovespa, este estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva quanto ao objetivo, documental em relação aos procedimentos, e como pesquisa quantitativa quanto à abordagem do problema.

Em decorrência dos objetivos propostos, recorreu-se aos modelos dinâmicos de regressão linear múltipla, com variável dependente binária ou dicotômica. Esses modelos, de acordo com Wooldridge (2016) e Gujarati e Porter (2011), são chamados de Modelos Logit, que decorrem da probabilidade da resposta ser linear nos parâmetros. Esses modelos medem o logaritmo da razão de chances que estejam linearmente relacionadas aos  $X_j$ , sendo a variável dependente distribuída pela probabilidade de Bernoulli.

Segundo Wooldridge (2016), a estimação dos modelos de regressão logística deve ser feita por meio do método de máxima verossimilhança. Com isso, tem-se que será possível estimar os efeitos das variáveis de gestão econômico-financeira e de internacionalização que possam ser explicativas para o evento qualitativo 'melhores práticas de GC' acontecer nas companhias listadas.

Para tanto, nesta pesquisa utilizam-se dados que compreendem o período do 1º semestre de 2014 ao 2º semestre de 2015, correspondente a 379 companhias que possuem ações ordinárias negociadas na BM&FBovespa, totalizando 1393 observações. Essa técnica permite estimar a probabilidade de ocorrência do evento 'melhores práticas de governança corporativa' e identificar as variáveis independentes que contribuem para sua predição.

A escolha das empresas listadas nos segmentos N1, N2 e NM para compor a amostra desta pesquisa justifica-se pelo fato de que são essas as empresas que adotam as práticas de GC em níveis diferenciados, o que constitui uma variável de interesse deste estudo. Enquanto as empresas listadas nos segmentos Bovespa Mais e Mercado Tradicional não integram a carteira do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e, conseqüentemente, não

possuem práticas de governança mais sofisticadas.

Os dados secundários foram coletados na base de dados Economatica® e Bloomberg® para os dias de encerramento dos semestres no último biênio 2014-2015, sendo as duas bases utilizadas em decorrência das necessidades e acessibilidade de informações. Foi realizada uma análise semestral em virtude da melhor adequação para mensuração da probabilidade de ocorrência do evento melhores práticas de GC ao longo dos períodos analisados, diminuindo, assim, o espaçamento dos dados.

As variáveis de interesse da pesquisa referem-se à qualidade da GC frente ao desempenho corporativo e de gestão econômico-financeira das companhias, bem como a emissão de ADRs como variável de internacionalização das empresas. Dessa forma, como *proxy* para qualidade nas práticas de governança adotadas pelas empresas foi utilizada a variável *Dummy*, que assume valor '1', se a companhia participou do Novo Mercado, ou '0', se participou dos demais níveis de GC (N1 e N2) da BMF&Bovespa no período analisado.

A escolha das variáveis independentes empregadas no artigo foi fundamentada pelos trabalhos identificados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Resumo das Variáveis Explicativas do Modelo

Variáveis de Gestão Econômico- Financeira	Código da Variável	Justificativa
Tamanho da Empresa	Lnatvtot	O sentido da relação entre qualidade da GC e tamanho da empresa não é claro de antemão. Por um lado, empresas maiores podem ter mais custos de agência decorrentes do fluxo de caixa livre, necessitando de boas práticas de GC para mitigar esse problema. Além disso, possuem mais recursos para implementar boas práticas de GC. Por outro lado, as empresas menores tendem a crescer mais e, portanto, a necessitar de capital. Desta forma, ambas possuem incentivos para adotar boas práticas de GC (KLAPPER; LOVE, 2004).
Capital Próprio	Ptlqco	Lopes (2009) apresentou evidências de que as firmas brasileiras com mecanismos mais rígidos de GC aumentaram a relevância do patrimônio líquido, enquanto reduziram a do lucro.
Desempenho	Lucroliq	Quanto melhor o desempenho da empresa, melhor a GC esperada em virtude da menor expropriação dos acionistas externos (refletida nos resultados obtidos). Ademais, as variáveis de desempenho servem para avaliar a possível ocorrência de uma situação de causalidade reversa com a GC. (SILVEIRA, 2004)
Recebíveis	Ctarec	Conforme IBGC (2014), seguindo a política de mecanismos e órgãos de controle na gestão empresarial, a adoção de práticas de gestão de contas a receber implica melhores práticas de GC.
Tangibilidade	Imobil	As empresas com maior ativo imobilizado tendem a possuir uma maior tangibilidade de seus investimentos. A variável tangibilidade pode se relacionar positiva ou negativamente com o evento GC. (PEREIRA; SHENG, 2013)
Intangibilidade	Intliq	Empresas com alta proporção de ativos intangíveis teriam maior incentivo para adoção de melhores práticas de governança do que empresas com alta proporção de ativos fixos, já que teriam maior necessidade de sinalizar aos investidores que não pretendem fazer mau uso dos seus ativos no futuro. (SILVEIRA, 2004)
Variável de Internacionalização	Código da Variável	Justificativa
Emissão de ADRs	Dummyadr	As empresas que emitem ADRs têm de se enquadrar a padrões mais rígidos de GC, devendo apresentar, em média, melhor qualidade da GC do que as outras do seu país de origem. (SILVEIRA, 2004)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para elaboração da modelagem econométrica, utilizou-se o pacote estatístico StataSE® 12.0, e dessa forma obteve-se o modelo que melhor se ajusta a esta pesquisa:

$$\begin{aligned}
 \text{LogGov } \pi = & \beta_0 + \beta_1 \text{dummyAdr} + \beta_2 \text{lnatvtot} + \beta_3 \text{ptlqco} + \beta_4 \text{LL} + \beta_5 \text{cont.rec} + \beta_6 \text{imob} + \\
 & \beta_7 \text{intliq} + \varepsilon
 \end{aligned}
 \tag{1}$$

em que:  $\beta_0$  é o intercepto e pode ser interpretado como o efeito específico médio do conjunto das organizações;  $\beta_1$  é o coeficiente da regressão correspondente à variável 'Negociação de ações no mercado acionário norte-americano (proxy dummy ADR);  $\beta_2$  é o coeficiente da regressão correspondente à variável 'Tamanho da Empresa' (proxy log Ativo Total);  $\beta_3$  é o coeficiente da regressão correspondente à variável 'Capital Próprio' (proxy Patrimônio Líquido Total);  $\beta_4$  é o coeficiente da regressão correspondente à variável 'Desempenho' (proxy Lucro Líquido);  $\beta_5$  é o coeficiente da regressão correspondente à variável 'Recebíveis a Curto Prazo' (proxy Contas a Receber);  $\beta_6$  é o coeficiente da regressão correspondente à variável 'Tangibilidade' (proxy Ativo Imobilizado);  $\beta_7$  é o coeficiente da regressão correspondente à variável 'Intangibilidade' (proxy Ativo Intangível) e  $\epsilon$  é o resíduo da regressão.

Consubstanciado no estudo na literatura, obtêm-se as seguintes hipóteses desta pesquisa:

**H<sub>1</sub>:** No mercado acionário brasileiro, as empresas de maior tamanho possuem melhores práticas de governança corporativa;

**H<sub>2</sub>:** As empresas listadas na BM&FBovespa que negociam ações no mercado acionário norte-americano possuem melhores práticas de governança corporativa.

## 4 RESULTADOS

Utilizando-se do pacote Stata 12.0 SE®, obteve-se a modelagem da regressão logística (logit), por intermédio de sete interações entre as variáveis conforme Tabela 1. Neste caso, utilizou-se de estimativa de probabilidade logística para calcular os coeficientes e razões de chances da ocorrência do evento GC nas companhias observadas.

Tabela 1– Interações da Regressão Logit

Interação 0	Log probabilidade = -910.51031
Interação 1	Log probabilidade = -760.57692
Interação 2	Log probabilidade= -738.39242
Interação 3	Log probabilidade= -716.52956
Interação 4	Log probabilidade= -710.10566
Interação 5	Log probabilidade= -709.96432
Interação 6	Log probabilidade= -709.96391
Interação 7	Log probabilidade= -709.96391

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao todo, o modelo analisou um total de 1393 observações semestrais para o período 2014-2015. O LR Qui Quadrado, conforme demonstrado na Tabela 2, indica que as variáveis de gestão econômico-financeira e de internacionalização estudadas são conjuntamente significativas em 401,09% para explicar as chances de ocorrência do evento melhores práticas de GC.

Tabela 2 – Resultados de Regressão Logit

Número de Observações	1393
LR Chi2 (7)	401.09
Prob > Chi2	0.0000
Pseudo R2	0.2203

Fonte: Dados da Pesquisa

O valor da estatística para o Qui Quadrado revela que se pode rejeitar a 1% a hipótese de que todos os coeficientes sejam iguais a zero. Ainda, tendo o Pseudo R2 igual a 0.2203, isso significa dizer que a variação do evento melhores práticas de governança corporativa é explicada em 22,03% pelas variáveis de gestão econômico-financeira e de internacionalização estudada.

Por conseguinte, se os estudos anteriores já mencionados evidenciam que a adoção de melhores práticas de GC implica melhores indicadores econômico-financeiros e de internacionalização, infere-se que o inverso também pode ocorrer.

Dessa forma, apresenta-se o Modelo Econométrico que melhor representa a probabilidade de ocorrência do evento 'melhores práticas de governança corporativa' nas companhias analisadas:

$$\text{Log } \pi (\text{gov.}) = -9.2 + 1.2\text{dummyAdr} + 0.61\text{lnatvtot} - 0.000000101\text{ptlqco} + 0.000000101\text{lucroliq} + 0.0000000616\text{ctarec} - 0.000000122\text{imobi} - 0.000000000522\text{intliq} + \varepsilon \quad (2)$$

em que,  $\beta_0$  = Constante;  $\beta_1$  = DummyADR;  $\beta_2$  = lnatvtot;  $\beta_3$  = Ptlqco;  $\beta_4$  = Lucroliq;  $\beta_5$  = Ctarec;  $\beta_6$  = Imobi;  $\beta_7$  = Intliq;  $\varepsilon$  = residuo da regressão.

O modelo expresso acima demonstra os parâmetros (coeficientes angulares) estimados, permitindo interpretar que, para cada aumento ou diminuição nas unidades das variáveis explicativas, o logaritmo ponderado apresenta as chances de a companhia ter melhores práticas de GC. Entretanto, a fim de melhorar a interpretação do modelo foi utilizado o antilogaritmo do logit estimado, e então obteve-se  $\pi/(1-\pi)$ , a razão de chances (*odds ratio*), conforme Tabela 3.

Tabela 3 – *Odds Ratio*, Coeficientes da Regressão e teste de significância das variáveis

gov.	Odds Ratio	Coefficiente	P >  Z
Dummyadr	3.514037	1.256766	0.000
Lnatvtot	1.850404	0.6154039	0.000
Ptlqco	0.9999999	-1.01e-07	0.000
Lucroliq	1	1.01e-07	0.233
Ctarec	1	6.16e-08	0.453
Imobi	0.9999999	-1.22e-07	0.000
Intliq	1	-5.22e-10	0.982
_const	0.0000947	-9.265168	0.000

Fonte: Dados da Pesquisa

Dessa forma, as variáveis explicativas Emissão de ADR (Dummyadr), Tamanho da Empresa (Lnatvtot), Capital Próprio (Ptlqco) e Tangibilidade (Imobi) são significativas para o modelo a 1%, isto é, são relevantes para explicar as melhores práticas de GC.

Por outro lado, as variáveis Desempenho (LucLiq), Recebíveis (Ctarec) e Intangibilidade (Intliq) não foram significativas, mas permaneceram no modelo, pois mesmo não sendo significativas contribuem para manutenção do poder preditivo do modelo quando analisadas em conjunto com as demais variáveis que se apresentaram significativas, assim como pelas razões de chances (*odds ratio*) serem contributivas para o modelo.

Quanto ao sinal, as variáveis possuem relação positiva, exceto Capital Próprio (Ptlqco), Tangibilidade (imobi) e Intangibilidade (intliq) que possuem relação negativa com melhores práticas de GC.

As variáveis Tamanho da Empresa e Emissão de ADR apresentaram resultados positivos e significativos, corroborando a maioria dos estudos anteriores que utilizaram estas variáveis e fortalecendo o argumento de que empresas maiores tendem a manter as boas práticas de governança, pois estão mais susceptíveis à ação dos investidores externos e, no caso do crescimento de emissão de ações no mercado acionário norte-americano, comprovam a teoria de que empresas com expansão no volume de negociações de mercado tendem a apresentar melhores níveis de governança como forma de atrair investimentos (PEREIRA; SHENG, 2013; PEIXOTO, 2012; IQUIAPAZA; LAMOUNIER; AMARAL, 2008; KLAPPER; LOVE, 2004).

No entanto, no que se refere à influência da emissão de ADRs sobre as melhores práticas de GC, este estudo se contrapõe aos achados de Moizinho et al. (2014) que evidenciaram uma relação negativa entre comercialização de ADRs e a qualidade da GC. Portanto, essa contradição revela que há fatores relacionados com a internacionalização ainda não evidenciados que podem influenciar esta relação.

Os resultados desta pesquisa destacam que, quando a empresa emitir ações no mercado norte-americano (ADRs), as chances de possuir melhores práticas de GC é de 3,51 vezes maior, assim como empresas com maior tamanho possuem 1,85 vezes maior probabilidade de possuírem melhor GC, conforme verificado pelo *odds ratio* maior que 1.

Por sua vez, as variáveis Desempenho, Recebíveis e Intangibilidade apresentaram *odds ratio* igual a 1, e portanto não contribuem para ocorrência do evento, isto é são indiferentes para explicar a governança corporativa. Esse resultado contraria os achados de Silveira (2004) de que quanto melhor o desempenho da empresa, melhor a GC esperada em virtude da menor expropriação dos acionistas externos (refletida nos resultados obtidos).

Além disso, as variáveis Capital Próprio e Tangibilidade, cujos *odds ratio* apresentaram-se menores que 1, reduzem

a probabilidade de ocorrência da governança corporativa nas companhias listadas.

Assim, conforme Tabela 4, a probabilidade média de o evento acontecer para o modelo econométrico proposto é de 20,2%.

Tabela 4 – Efeito Marginal

$$y = \text{Pr}(\text{dummygov}) (\text{predict})$$

$$y = 0.20215802$$

Variáveis	dy/dx	Std. Err.	Z	P >  z	[95% C.I.]	X
dummyadr	0.2414665	0.03762	6.42	0.000	0.167742 0.315191	0.223259
lnatvtot	0.0992586	0.00673	14.75	0.000	0.086067 0.11245	13.7208
ptlqco	-1.64e-08	0.00000	-4.5	0.000	-2.30e-08 -9.20e-09	4.00e+06
lucroliq	1.71e-08	0.00000	1.2	0.229	-1.10e-08 4.50e-08	63787.8
ctarec	9.94e-09	0.00000	0.75	0.453	-1.60e-08 3.60e-08	700938
imobil	-1.97e-08	0.00000	-5.58	0.000	-2.70e-08 -1.30e-08	3.90e+06
Intliq	-8.41e-11	0.00000	-0.02	0.982	-7.60e-09 7.40e-09	1.50e+06

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme a tabela acima, a análise é considerada a partir do ponto médio; a probabilidade de uma companhia, pelas características do modelo, ter melhores práticas de GC é de aproximadamente 20,2%, ou seja, esta é a probabilidade de uma companhia ter melhores práticas de GC como aquelas exigidas para as empresas listadas no segmento Novo Mercado.

Ademais, analisando as variáveis separadamente, o ato de emitir ADR aumenta em aproximadamente 24,14% a probabilidade de a companhia possuir melhores práticas de GC no Brasil. Em relação ao tamanho da empresa, companhias maiores tendem a aumentar em 9,9% a probabilidade de possuir melhores práticas de GC. Sendo as variáveis significativas a 1% no modelo estimado com parâmetros relevantes de estimação.

Portanto, esses resultados corroboram os estudos de Leal e Saito (2003), Lopes e Walker (2008) e Amaral et al. (2007), entretanto, divergem das evidências de Moizinho et al. (2014), cujos resultados já foram sintetizados.

Para verificar se o modelo representa a realidade e testar sua qualidade e confiabilidade em termos de inferências, foi realizado o teste de Hosmer e Lemeshow. Portanto, como Qui Quadrado foi maior que 0,05, o modelo é próximo do real para determinar as variáveis que representam melhores práticas de GC, conforme evidenciado na Tabela 5.

Tabela 5 – Teste de Ajustamento do Modelo Logístico para determinantes da Governança Corporativa

Número de Observações	1393
Número de Padrões de Variáveis Independentes	401.09
Pearson chi2 (1385)	1218.5400
Prob > chi2	0.9995

Fonte: Dados da Pesquisa

Pela Tabela 6, verifica-se que, do total, foi identificada a ocorrência do evento GC em 502 observações, sendo maioria delas (891) não possuidora do evento governança.

O modelo estimado, de acordo com a Sensibilidade da Matriz de Confusão (Tabela 6), possui a capacidade de prever em 45,42% o evento 'melhores práticas de GC' sendo ele evento. Assim como, de acordo com a Especificidade do modelo, o valor preditivo de determinar o não evento governança, sendo ele não evento, é de 82,83%. Desta forma, verificamos que o modelo melhor prediz o não evento melhores práticas de governança na gestão corporativa das companhias brasileiras. No geral o modelo tem uma classificação correta de 69,35%.

Tabela 6 – Estatística das Classes

Classificação	D	~D	Total
+	228	153	381
-	274	738	1012
<b>Total</b>	<b>502</b>	<b>891</b>	<b>1393</b>

Classificação Positiva prevista Pr (D) >= 0.5

Dummy Governança Definido como Verdadeiro! = 0

Sensibilidade	Pr (+   D)	45.42%
Especificidade	Pr (-   ~D)	82.83%
Estimativa da Previsão Positiva	Pr (D   +)	59.84%
Estimativa da Previsão Negativa	Pr (~D   -)	72.92%
Falso + taxa de alinhamento ~D	Pr(+   ~D)	17.17%
Falso - taxa de alinhamento D	Pr (-   D)	54.58%
Falso + taxa de classificação +	Pr(~D   +)	40.16%
Falso - taxa de classificação -	Pr (D   -)	27.08%
<b>Classificação Correta</b>		<b>69.35%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme Tabela 7, o ajustamento do modelo, o valor de Count R2 acima de 0.693 informa a probabilidade de classificação correta do modelo. Nesse caso, reitera-se que o modelo classifica corretamente 69,3% das observações. Outra medida de ajustamento é o coeficiente de McFadden's R2 que aponta que o modelo explica 22% da variabilidade total na variável dependente.

Tabela 7 – Medidas de Ajuste para logística de Dummygov

Log-Lik Intercepção Única	-910.51	Log-Lik Modelo Completo	-709.964
D (102):	1419.928	LR (4)	401.093
		Prob > LR	0.000
<b>R2 de McFadden</b>	<b>0.22</b>	R2 de MCFadden Adj	0.211
Probabilidade Máxima R2	0.25	R2 de Cragg e Uhler	0.25
R2 de McKelvey e Zavoina	0.914	R2 de Efron	0.239
Varição de y*:	38.161	Varição do Erro	3.29
<b>Count R2</b>	<b>0.693</b>	Adj Count R2	0.149
AIC	1.031	AIC*n	1435.928
BIC	-8606.385	BIC'	-350.418

Fonte: Dados da Pesquisa

O modelo está acertando mais o não evento do que o evento. Por isso o R2 Mcfadden (Pseudo R2) é baixo, pois ele aponta para a capacidade de acertar o evento acontecer (sensibilidade). O R2 COUNT aponta para a sensibilidade e a especificidade. Em termos de capacidade de sensibilidade, o modelo está acertando menos para o evento acontecer do que para o não evento.

Quanto à multicolinearidade, o modelo apresenta uma baixa multicolinearidade de 1,59, considerada aceitável para manter uma excelente modelagem.

O outro método utilizado para validar o modelo logit estimado foi a curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*), que relaciona a sensibilidade *versus* a especificidade do modelo estimado. A curva roc gráfica apresentou melhor ponto de estimativa de acerto de 0,7922 (79,22%) das classificações, o que representa uma boa capacidade preditiva do modelo.

Dessa forma, confirmam-se as hipóteses nulas deste estudo, que previam: H<sub>1</sub>: No mercado acionário brasileiro as empresas de maior tamanho possuem melhores práticas de governança corporativa; e H<sub>2</sub>: As empresas listadas na BM&FBovespa que negociam ações no mercado acionário norte-americano possuem melhores práticas de governança corporativa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar se as variáveis de gestão econômico-financeira e a emissão de ADRs são relevantes para explicar a existência de melhores práticas de Governança Corporativa das companhias listadas na BM&FBovespa. Para tanto, foram analisados os dados semestrais do biênio 2014-2015 de 379 companhias listadas na BM&FBovespa, totalizando 1393 observações semestrais.

Portanto, os objetivos desta pesquisa foram alcançados, na medida em que, com o uso do modelo de regressão logística, foi possível observar que as variáveis Tamanho da Empresa e Emissão de ADR apresentaram resultados positivos e significativos, corroborando as pesquisas de Leal e Saito (2003), Lopes e Walker (2008) e Amaral et al. (2007) e os argumentos de Pereira e Sheng (2013), Peixoto (2012), Iquiapaza, Lamounier e Amaral (2008) e Klapper e Love (2004), que mostram que as empresas maiores tendem a manter as boas práticas de governança.

Afinal, estão mais susceptíveis à ação dos investidores externos e, em se tratando de emissão de ações no mercado acionário norte-americano, comprova-se a teoria de que empresas com expansão no volume de negociações de mercado tendem a apresentar melhores níveis de governança como forma de atrair investimentos. Isto porque a maior proteção exigida pelos investidores e a pressão pela transparência nas informações tende a se refletir na qualidade das práticas de GC.

Ao lado disso os montantes de Capital Próprio e Tangibilidade dos Ativos também se apresentaram significativos para explicar a governança corporativa, sobretudo porque quanto maiores esses montantes maiores as chances de atrair os olhares dos investidores. Enquanto isso, as variáveis Desempenho, Recebíveis e Intangibilidade mostraram-se não significativas para o modelo estimado. Embora fosse esperado que, seguindo a política de mecanismos e órgãos de controle na gestão empresarial, a adoção de práticas de gestão de contas a receber implicasse melhores práticas de GC, conforme evidenciado pelo IBGC (2014).

Portanto, este trabalho, por fazer a análise inversa, isto é, avaliar o efeito das variáveis econômico-financeiras sobre a GC, quando o comum é analisar os efeitos destas sobre aquela, apresenta-se diferenciado em relação aos demais estudos.

Dessa forma, seus resultados são relevantes e contribuem para que os participantes do mercado possam compreender a influência que variáveis de gestão econômico-financeira exercem sobre as melhores práticas de GC, bem como contribui com o argumento de que não é suficiente ter melhores resultados financeiros, mas torna-se necessário reforçar as políticas de transparência para dar segurança aos investidores de que a companhia está sendo bem administrada, e como forma de fazer-lhes seguros de que a empresa continuará a dar bons resultados.

Como limitações deste estudo, ressalta-se que nem todas as variáveis de gestão econômico-financeira e de internacionalização das companhias foram testadas nesta pesquisa. Além disso, foram analisados os dados semestrais de apenas um biênio, dessa forma a estabilidade dos parâmetros do modelo estimado deve ser verificada para um período mais abrangente com o intuito de avaliar se permanecem os mesmos ou ainda se outras variáveis passam a ser relevantes para análise do evento melhores práticas de GC nas companhias brasileiras.

Como sugestão de pesquisas futuras, destaca-se a importância de expandir essa abordagem, a partir da inserção de novas variáveis econômico-financeiras e de internacionalização, bem como da análise dos indicadores nas práticas de GC.

## REFERÊNCIAS

- AGARWAL, P.; O'HARA, M. Information risk and capital structure. *SSRN Working Paper*, mar. 2007. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=939663>>. Acesso em: 13 ago. 2016.
- AKERLOF, G. A. The market for 'lemons': quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.
- ALLEN, F. Corporate governance in emerging economies. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 21, n. 2, p. 164-177, 2005.
- AMARAL, H. F.; MOREIRA, B. C. M.; GRUBERGER, D. J.; IQUIAPAZA, R. Qualidade da governança corporativa das empresas na BOVESPA e internacionalização: Evolução 2002 - 2005. In: CONGRESSO DO INSTITUTO FRANCO-BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, 4. 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: IFBAE, 2007.
- AMMANN, M.; OESCH, D.; SCHMID, M. M. Corporate governance and firm value: international evidence. *Journal of Empirical Finance*, v. 18, n. 1, p. 36-55, 2011.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. *Governança corporativa*. São Paulo: Atlas, 2004.
- ANDRADE, H. S.; SILVEIRA, S. F. R.; TAVARES, B. Os índices financeiros como uma ferramenta de benchmarking empresarial: uma aplicação da análise envoltória de dados (DEA). In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29. 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005.
- ASSAF NETO, A. *Finanças corporativas e valor*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BARBEDO, C. H.; SILVA, E. C.; LEAL, R. P. C. Probabilidade de informação privilegiada no mercado de ações, liquidez intra-diária e níveis de governança corporativa. *Revista Brasileira de Economia*, v. 63, n. 1, p. 51-62, 2009.
- BECHT, M.; BOLTON, P.; RÖELL, A. A. Corporate governance and control. *Handbook of the Economics of Finance*, v. 1, parte a, p. 1-109, 2003.

- BERGER, A. N.; ESPINOSA-VEGA, M. A.; FRAME, W. S.; MILLER, N. H. Debt maturity, risk, and asymmetric information. *The Journal of Finance*, v. 60, n. 6, p. 2895-2923, 2005.
- BHARATH, S. T.; PASQUARIELLO, P.; WU, G. Does asymmetric information drive capital structure decisions? *The Review of Financial Studies*, v. 22, n. 8, p. 3211-3243, 2009.
- BHOJRAJ, S.; SENGUPTA, P. Effect of corporate governance on bond ratings and yields: the role of institutional investors and outside directors. *The Journal of Business*, v. 76, n. 3, p. 455-475, 2003.
- BLACK, B. S.; JANG, H.; KIM, W. Does corporate governance predict firms' market values? Evidence from Korea. *The Journal of Law, Economics, & Organization*, v. 22, n. 2, p. 363-413, 2006.
- BRASIL. Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6385.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2016.
- BROWN, L. D.; CAYLOR, M. L. Corporate governance and firm performance. *Social Science Research Network, Working Paper Series*, 2004. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=586423>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- BUHOVAC, A. R.; GROFF, M. Z. Contemporary performance measurement systems in Central and Eastern Europe: a synthesis of the empirical literature. *Journal for East European Management Studies*, v. 17, n.1, p. 68-103, 2012.
- BURGMAN, T. A. An empirical examination of multinational corporate capital structure. *Journal of International Business Studies*, v. 27, n. 3, p. 553-570, 1996.
- CADBURY, A. *Report of the Committee on the Financial Aspects of Corporate Governance*. London: GEE, 1992. Disponível em: <<http://www.ecgi.org/codes/documents/cadbury.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Recomendações da CVM Sobre Governança Corporativa*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/deciso/es/anexos/0001/3935.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamento conceitual básico (R1)*. Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)>. Acesso em: 9 jul. 2017.
- DUARTE, J.; YOUNG, L. Why is PIN priced? *Journal of Financial Economics*, v. 91, n. 2, p. 119-138, 2009.
- DUNNING, J. H. The geographical sources of the competitiveness of firm: some results of a new survey. *Transnational corporations*, v. 5, n. 3, p. 1-29, 1996.
- DURNEV, A.; KIM, E. H. To steal or not to steal: firm attributes, legal environment and valuation. *The Journal of Finance*, v. 60, n. 3, p. 1461-1493, 2005.
- EASLEY, D.; HVIDKJAER, S.; O'HARA, M. Is information risk determinant of asset returns? *The Journal of Finance*, v. 57, n. 5, p. 2185-2221, 2002.
- FORTES, V. O. *A viabilidade da implementação de uma trading company na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul*. 2004. 183f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí-RS, 2004.
- GITMAN, L. J. *Princípios de administração financeira*. 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
- GOMPERS, P.; ISHII, J.; METRICK, A. Corporate governance and equity prices. *Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 1, p. 107-155, 2003.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
- HALOV, N. Dynamics of asymmetric information and capital structure. *SSRN Working Paper*, nov. 2006. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Caderno de Boas Práticas de Governança Corporativa para Empresas de Capital Fechado*: um guia para sociedades limitadas e sociedades por ações fechadas. São Paulo: IBGC, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.
- IQUIAPAZA, R. A.; LAMONIER, W. M.; AMARAL, H. F. Asymmetric information and dividends payout at the São Paulo stock Exchange. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v.1, n. 1, p. 1001-1014, 2008.
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
- KLAPPER, L. F.; LOVE, I. Corporate governance, investor protection, and performance in emerging markets. *Journal of Corporate Finance*, v. 10, n. 5, p. 703-728, 2004.
- LA PORTA, R.; SHLEIFER, A.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; VISHNY, R. Investor protection and corporate governance. *Journal of Financial Economics*, v. 58, n. 1, p. 3-27, 2000.
- LEAL, R. P. C.; SAITO, R. Finanças corporativas no Brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2003.
- LEE, C. M. C.; RADHAKRISHNA, B. Inferring investor behavior: evidence from TORQ data. *Journal of Financial Markets*, v. 3, n. 2, p. 83-111, 2000.
- LIMA, S. H. O.; OLIVEIRA, F. D.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M.; PESSOA, M. N. M. Governança corporativa e desempenho econômico: uma análise dos indicadores de desempenho entre os três níveis do mercado diferenciado da BM&FBovespa. *REGE- Revista de Gestão*, v. 22, n. 2, p. 187-204, 2015.
- LOPES, A. B.; WALKER, M. Firm-level incentives and the informativeness of accounting reports: An experiment in Brazil. *Working*

- Paper 2008. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1095781](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1095781)>. Acesso em: 28 out. 2016.
- LOPES, A. B. *The relation between firm-specific corporate governance, cross-listing and the informativeness of accounting numbers in Brazil*. 2009. Tese (Doutorado em Contabilidade e Finanças). Manchester Business School, University of Manchester, 2009.
- MACEDO, M. A. S.; SOUZA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. A. Análise de desempenho organizacional no setor varejista brasileiro. In: SIMPEP, 11, 2004. *Anais...* Bauru, 2004.
- MACHADO FILHO, C. P. *Responsabilidade Social e Governança: o debate e as implicações*. São Paulo: Thomson, 2006.
- MARTINS, O. S. *Relações entre a assimetria da informação e as características das empresas no mercado acionário brasileiro*. 2012. 186f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2012.
- MARTINS, O. S.; PAULO, E. Assimetria de informação na negociação de ações, características econômico-financeiras e governança corporativa no mercado acionário brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 25, n. 64, p. 33-45, 2014.
- MOIZINHO, L. C. S.; BORSATO, R. B.; PEIXOTO, F. M.; PEREIRA, V. S. Governança corporativa e internacionalização: uma análise dos efeitos nas empresas brasileiras. *Revista de Ciências da Administração*, v. 16, n. 40, p. 104-122, 2014.
- MORCK, R. K. (Org.) *A history of corporate governance around the world: family business groups to professional managers*. Chicago: University of Chicago Press; Londres: National Bureau of Economic Research, 2005.
- NAKAYASU, G. N. *O impacto do anúncio da adesão das ações aos níveis diferenciados de governança corporativa no Brasil*. 2006. 134f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, K. P. S.; PAULO, E.; MARTINS, O. S. Relações entre a assimetria de informação e a governança corporativa no mercado de capitais brasileiro. *Recont – Registro Contábil*, v. 4, n. 3, p. 56-70, 2013.
- ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). *G20/OECD Principles of Corporate Governance*. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <<https://www.oecd.org/corporate/principles-corporate-governance.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- PEIXOTO, F. M. *Governança corporativa, desempenho, valor e risco: estudo das mudanças em momentos de crise*. 2008. 216f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- PEREIRA, V. S.; SHENG, H. H. Os efeitos da internacionalização na estrutura de propriedade. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE FINANÇAS, 23, 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBFIN, 2013.
- PROCIANOY, J. L.; VERDI, R. S. Adesão aos novos mercados da Bovespa: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 – Determinantes e consequências. *Revista Brasileira de Finanças*, v. 7, n. 1, p.107-136, 2009.
- RAPPAPORT, A. *Creating shareholder value: a guide for managers and investors*. 2. ed. New York: The Free Press, 1998.
- SANTOS, J. G. C.; VASCONCELOS, A. C.; DE LUCA, M. M. M. Internacionalização de empresas e governança corporativa: uma análise das maiores companhias abertas do Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 8, n. 3, p. 300-319, 2015.
- SANTOS, P. S. A.; ALMEIDA, D. M.; BEZERRA, F. A. Grau de disclosure voluntário e nível de governança corporativa no caso das companhias brasileiras de capital aberto: um estudo de relação. *Revista de Administração e Contabilidade – ReAC*, v. 5, n.1, p. 4-21, 2013.
- SHERMAN, H. D.; KASHLAK, R. J.; JOSHI, M. P. The effect of the board and executive committee characteristics on the degree of internationalization. *Journal of International Management*, v. 4, n. 4, p. 311-335. 1998.
- SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A survey of corporate governance. *Journal of Finance*, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.
- SILVA, A. L. C.; LEAL, R. P. C. Corporate governance index, firm valuation and performance in Brazil. *Revista Brasileira de Finanças*, v. 3, n. 1, p.1-18, 2005.
- SILVA, E. C. *Dois ensaios sobre microestrutura de mercado e probabilidade de informação privilegiada no mercado de ações brasileiro*. 2009. 63f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SILVEIRA, A. D. M. *Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil*. 2004. 250p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B. C. Determinantes da qualidade da governança corporativa das companhias abertas brasileiras. *READ – Revista Eletrônica de Administração*, v. 14, n. 3, p. 1-29, 2008.
- SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B. C.; FAMÁ, R. Atributos corporativos, qualidade da governança corporativa e valor das companhias abertas no Brasil. *Revista Brasileira de Finanças*, v. 4, n. 1, p. 1-30, 2006.
- SINGH, D. A.; GAUR, A. S. Governance structure, innovation and internationalization: evidence from India. *Journal of International Management*, v. 19, n. 3, p. 300-309, 2013.
- SKAIFE, H. A.; COLLINS, D. W.; LAFOND, R. Corporate governance and cost of equity capital. *Social Science Research Network, Working Paper Series*, 2004. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=639681>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- SOUZA, F. C.; MURCIA, F. D.; MARCON, R. Bonding Hypothesis: análise da relação entre disclosure, governança corporativa e internacionalização de companhias abertas no Brasil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 14, n.2, p. 62-81, 2011.
- WANG, C. H.; HSU, L-C.; FANG, S. R. The determinants of internationalization: evidence from the Taiwan high technology industry. *Technological Forecasting & Social Change*, v. 75, n. 9, p. 1388-1395, 2008.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria: Uma abordagem moderna*. Tradução de José Antônio Ferreira; Revisão Técnica de Galo Carlos Lopez Noriega. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- XIAO, S. S.; JEONG, I.; MOON, J. J.; CHUNG, C. C.; CHUNG, J. Internationalization and performance of firms in China: moderating effects of governance structure and the degree of centralized control. *Journal of International Management*, v. 19, n.2, p. 118-137, 2013.

# Dez anos da produção científica da área temática educação e pesquisa em contabilidade publicada na AnpCONT

## Ten years of scientific production of education and research thematic area in accounting published on AnpCONT

Este trabalho participou do XI Congresso AnpCONT 2017 – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – promovido em Belo Horizonte (MG) no período de 3 a 6 de junho de 2017.

### RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a representação e as características da produção científica da temática educação e pesquisa em contabilidade publicada na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis de 2007 a 2016. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de análise bibliométrica e sociométrica. Os principais resultados foram: Gilberto José Miranda, Edvalda Araújo Leal e Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo são os autores mais profícuos; a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) se destacaram como as mais produtivas. Há uma alta centralidade de grau e de intermediação nas redes dos atores (pesquisadores e instituições), como também uma baixa densidade. Os temas mais abordados foram: profissional contábil, curso de ciências contábeis, pesquisa em contabilidade professor, contabilidade gerencial, contabilidade internacional, ensino da contabilidade, desempenho acadêmico, produção científica e programas de pós-graduação em ciências contábeis. De modo geral, este estudo contribuiu para mostrar, de maneira contemporânea, as nuances dos artigos que retratam a temática educação e pesquisa em contabilidade, proporcionando, com isso, um norte e um alicerce para futuras pesquisas sobre este campo do conhecimento, influenciando em seu alargamento, difusão e socialização na literatura científica nacional.

**Palavras-chave:** Produção científica. Educação e pesquisa em contabilidade. AnpCONT. Bibliometria. Rede social.

### ABSTRACT

*The objective of this study was to analyze the representation and characteristics of the scientific production on education and research subject in accounting published in the National Association of Postgraduate Programs in Accounting Sciences from 2007 to 2016. For that, we used Techniques of bibliometric and sociometric analysis. The main results were: Gilberto José Miranda, Edvalda Araújo Leal and Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo are the most prolific authors; Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), and Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) stood out as the most productive. There is a high centrality of degree and intermediation in the networks of the actors (researchers and institutions), as well as a low density. The most covered topics were accounting professional, accounting sciences course, research in accounting professor, managerial accounting, international accounting, accounting education, academic performance, scientific production and post-graduate programs in accounting sciences. In a general way, this study contributed to show, contemporaneously, the nuances of the articles that portray the subject of education and research in accounting providing a north and a foundation for future research on this field of knowledge, thus influencing in its extension, diffusion and socialization in the national scientific literature.*

**Keywords:** Scientific production; Education and research in accounting; AnpCONT; Bibliometrics; Social network.

### Henrique César Melo Ribeiro

Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (Uninove-SP). Mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Graduado em Contabilidade pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor-Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Contato: Av. São Sebastião, 2819, São Benedito, Parnaíba-PI, CEP: 64.202-020. E-mail: [hcmribeiro@gmail.com](mailto:hcmribeiro@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

A publicação científica em qualquer área do saber é o que transforma um resultado em Ciência (BARBOSA; BARROS, 2010), e este processo de produção científica é realizado por pesquisadores e suas respectivas instituições de pesquisa às quais tais acadêmicos estão vinculados (WALTER; BACH, 2013). Com isso, a produção científica é compreendida como a troca de informação e, conseqüentemente, conhecimento entre estes pesquisadores, por meio dos diversos meios de comunicação (CORREIA; ALVARENGA; GRACIA, 2012), por exemplo, os congressos científicos (CRUZ et al., 2011). Paula et al. (2012, p. 36) corroboram e complementam afirmando que:

Os congressos acadêmicos tradicionais têm como um de seus principais propósitos a comunicação de pesquisas realizadas no meio. Entre outras modalidades de comunicação e disseminação, pode-se destacar como vantagem dos congressos a força da interação e do estabelecimento de redes de relacionamento. O poder da presença física e do contato olho no olho na geração de novas ideias, pensamentos e colaborações é relevante e não deve ser subestimado. A tecnologia ainda não o superou. É nas apresentações em congressos que pesquisadores expressam suas opiniões de forma mais livre, descompromissados com o formato rígido dos artigos científicos e outros veículos tecnológicos (PAULA et al., 2012, p. 36).

Constata-se que a análise de congressos, periódicos e da produção científica é realizada em distintas áreas do conhecimento, com fins de abranger o perfil dos autores, das produções ou avaliar sua qualidade (MATOS et al., 2012). Apesar de utilizarem metodologias e ferramentas de análise distintas, o objetivo na maioria das vezes é propor o desenvolvimento da ciência e caracterização das produções nas diferentes áreas do saber (MATOS et al., 2012), ajudando no desenvolvimento do país (ONUMAH et al., 2012).

Diante do exposto, e buscando socializar o conhecimento acadêmico que surge na divulgação das pesquisas científicas por meio de anais de congressos (DALLABONA et al., 2011), este estudo tem como questão de pesquisa norteadora: **qual a representação e as características da produção científica da temática educação e pesquisa em contabilidade publicada na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis de 2007 a 2016?** E o objetivo deste estudo foi: analisar a representação e as características da produção científica da temática educação e pesquisa em contabilidade publicada na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis de 2007 a 2016.

Justifica-se estudar a Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (AnpCONT) por ser um dos congressos científicos realizados no Brasil mais importantes na disseminação e socialização das pesquisas na área do conhecimento contábil (DE LUCA et al., 2011). O evento busca estabelecer uma ligação entre os estudos acadêmicos e a aplicação nas organizações, possibilitando a disseminação mais profunda dos diversos enfoques dos estudos realizados em Ciências Contábeis (SILVA; WANDERLEY; SANTOS, 2010, p. 18).

Versa-se que é importante a realização e o desenvolvimento deste tipo de estudo, em decorrência da análise de trabalhos ora veiculados em congressos com conceito 'A' diante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES, como é o caso do Congresso AnpCONT, possibilitando com isso verificar, por exemplo, o perfil dos congressistas que prestigiaram o citado evento (DALLABONA et al., 2011).

O presente estudo é relevante e importante para o desenvolvimento da ciência e da produção científica, principalmente na área das ciências contábeis (MATOS et al., 2012). O conhecimento do perfil dos autores e dos temas abordados traz maior reflexão sobre a qualidade das produções. Realça-se que estudos que analisam a produção científica divulgada na AnpCONT já foram realizados nacionalmente (BARBOSA; BARROS, 2010; DE LUCA et al., 2011; SANTOS; CARLIN, 2012; SANTOS et al., 2013; AMARAL et al., 2014; COSENZA et al., 2016), contudo, não tentando analisar a produção científica da temática educação e pesquisa em contabilidade de 2007 a 2016.

Neste panorama, este estudo contribui para difundir os conhecimentos sobre a citada temática, abordando sua produção científica no que se refere à produtividade e à rede de coautoria dos pesquisadores, de suas respectivas IES e os assuntos identificados e abordados durante o período de 2007 a 2016. Com isso, outra contribuição que surge é proporcionar um norte para acadêmicos iniciantes que se interessam pela produção científica da área temática ora explorada nesta pesquisa, influenciando *a posteriori* em sua otimização, difusão e socialização, não somente por meio de congressos científicos da área contábil e/ou afins, mas também mediante sua evidenciação em periódicos científicos da área.

Diante do contexto e entendendo a agilidade com que se divulgam as informações e conhecimentos produzidos atualmente, a maior facilidade de acesso a esses dados e a intensificação dos estudos realizados por acadêmicos nas instituições de ensino e centros de pesquisa, tem sido cada vez mais imprescindível a obtenção de informações consolidadas e de indicadores dessa produção científica (TAVARES, 2016). E a bibliometria (CUNHA; CORREA; BEUREN, 2010) e sociometria (RIBEIRO; SANTOS, 2016) são importantes no desenvolvimento desta pesquisa científica (TAVARES, 2016).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção versa sobre a temática educação e pesquisa em contabilidade, realçando os conceitos e as produções científicas realizadas sobre a mencionada temática, sobretudo, em seu estado da arte.

## 2.1 Educação e pesquisa em contabilidade: conceitos e produção científica

Adicionalmente, os eventos que acontecem em vários pontos do mundo contemplam que, atualmente, o aperfeiçoamento da sociedade tem acontecido cada vez mais rápido. Isso requer, da área da Contabilidade, mas especificamente da educação e pesquisa em contabilidade, um desenvolvimento na mesma cadência, de modo que se possam produzir informações e conhecimento sempre contemporâneos e adequados aos novos cenários, para que os vários usuários consigam tomar suas decisões embasadas nos subsídios disponibilizados por esta área do conhecimento (MARRONI; RODRIGUES; PANOSSO, 2013).

Diante do exposto, compreende-se e justifica-se o porquê do tema educação em contabilidade ser constantemente debatido na literatura acadêmica nacional (MACHADO; CASA NOVA, 2008) e internacional (REBELE et al., 1998; PAISEY; PAISEY, 2004). Realça-se que sua finalidade geral é promover o aperfeiçoamento de conhecimentos, habilidades e competências que permitam ao profissional contábil introduzir-se no mundo do trabalho com condições de consentir nas necessidades dos vários usuários da informação contábil (LEMES; MIRANDA, 2014).

Em pesquisa realizada pelos autores Marroni, Rodrigues e Panosso (2013) foi identificado que no Brasil o ensino em contabilidade teve forte influência dos europeus e mais recentemente dos norte-americanos. E uma das primeiras pesquisas sobre o tema ensino em contabilidade foi a tese do autor Valcemiro Nossa publicada em 1999, o qual analisou de maneira crítica a formação de professores da área contábil no Brasil, concluindo pela falta de preparo destes docentes, na época da pesquisa, dando ênfase à questão da titulação dos professores da área do conhecimento contabilidade (VENDRUSCOLO; BEHAR, 2014).

Silva e Bruni (2017) identificaram as práticas pedagógicas de 164 professores de Ciências Contábeis do Estado da Bahia, segregadas em ativas ou passivas, com maior ou menor participação discente, respectivamente. Concluíram ser necessário refletir sobre as práticas pedagógicas e os resultados da atuação docente em sintonia com as exigências do mercado, considerando as competências e habilidades requeridas para a atuação profissional.

Já os autores Silva e Ott (2012) analisaram a interação da pesquisa científica com a prática da profissão contábil. Concluíram que, em razão das diferentes naturezas, é normal certo distanciamento entre a pesquisa e a prática contábil. Contudo, esse pode ser minimizado, entre outros fatores, pelo grande interesse dos profissionais em conhecer e aplicar os resultados de investigações na prática, e, ainda, pela confirmação de que os temas mais pesquisados na área contábil correspondem aos temas de maior interesse na opinião dos profissionais contábeis.

Entende-se que a pesquisa em contabilidade, em decorrência da otimização em direção a uma maior avaliação do estudo na área, influencia em novos acréscimos para a investigação em contabilidade. Com isso, sua produção científica e conseqüentemente sua diversidade em termos de teoria, temas e estudos empíricos cresceram de maneira exponencial ao longo dos últimos quarenta anos. Com isso, a contabilidade transformou-se em uma forte ciência social (HOPPER, 2016).

Contudo, ressalva-se que os gestores de uma Instituição de Ensino Superior (IES) não podem criar a equipe do departamento de contabilidade somente com professores alheios à pesquisa e comprometidos apenas com o ensino, que muitas vezes se limitam a replicar cursos profissionalizantes, ou deixar os departamentos de contabilidade carentes de financiamento da pesquisa ao alocar os recursos para outras áreas sem correr o risco de queda nos indicadores externos de qualidade de pesquisa (HOPPER, 2016).

Os autores Costa e Martins (2016) analisaram de que forma a socialização acadêmica influencia o processo de produção de conhecimento científico da área de Contabilidade no Brasil. Constataram que a maior parte dos Programas de Pós-Graduação utiliza como critério de avaliação nas disciplinas a publicação de um artigo, no qual exista a participação do docente, como coautor, visto que esse é um dos critérios avaliativos para que os PPGs continuem credenciados e recomendados pela Capes.

Vislumbra-se, assim, a área temática educação e pesquisa em contabilidade como a que contempla a produção acadêmica das pesquisas científicas sobre modelos, metodologias, técnicas e instrumentos que apontam o refinamento e melhoria do procedimento de ensino-aprendizagem, assim como estudos científicos de todas as áreas do campo do saber das Ciências Contábeis (MATOS et al., 2012).

Em vista disso, constata-se que investigações nacionais e internacionais sobre a produção científica da temática Educação e/ou Pesquisa em Contabilidade têm sido publicadas em periódicos científicos. Diante disso, contemplam-se, a seguir, algumas destas pesquisas.

Espejo et al. (2009) identificaram, sob a perspectiva da teoria institucional, os autores e as instituições de destaque envolvidos no campo da pesquisa em Contabilidade no período entre 2004 e 2008. Os principais achados foram: a Universidade de São Paulo (USP) se destaca como IES com maior número de vínculos com pesquisadores e como ator central na rede social das IES. Concluíram que a área analisada é marcada pela existência de densas redes de cooperação entre autores e entre instituições nacionais, contudo baixas com instituições internacionais.

Mendonça, Riccio e Sakata (2009) analisaram a evolução temporal da produção de pesquisa científica em Contabilidade no Brasil com trabalhos apresentados nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPADs), de 1996 a 2005. Concluíram uma produtividade mais baixa dos pesquisadores brasileiros, comparativamente aos que publicam em periódicos de língua inglesa.

Avelar et al. (2012) analisaram as características das pesquisas empíricas em Contabilidade publicadas nos principais periódicos nacionais da área no período de 2000 a 2009. Os autores observaram que há uma tendência contínua e clara

de aumento na quantidade de artigos publicados ao longo do tempo. Verificaram também que o número de artigos em Contabilidade Financeira é bastante superior ao das demais áreas, quais sejam: Contabilidade Gerencial e Ensino e Pesquisa em Contabilidade.

Miranda et al. (2013) delinearão as linhas de pesquisa e a produção científica de doutores que defenderam suas teses em 'Educação e Pesquisa Contábil' na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) no período de 2005 a 2009. Constataram que dos grupos e linhas de pesquisas 8% e 6%, respectivamente, estão relacionados à Educação Contábil. Foi constatado que a linha de pesquisa 'Educação e Pesquisa Contábil' é a que tem o menor percentual de trabalhos defendidos (8% das teses, 4% na área de 'Educação Contábil').

Ribeiro (2013) explorou a produção acadêmica da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade de 2007 a 2012. O autor identificou os pesquisadores mais profícuos: Aridelmo José Campanharo Teixeira e Gilberto de Andrade Martins, sendo o primeiro autor o que apresentou maior centralidade de grau e de intermediação. A USP foi a Instituição de Ensino Superior (IES) mais produtiva e a que se destacou nas centralidades de grau e de intermediação. Os temas mais abordados foram: Ensino e Pesquisa, Transparência, Contabilidade Internacional, Educação Contábil, Demonstrações Contábil-Financeiras, Contabilidade Gerencial, História da Contabilidade, Contabilidade Governamental, Mercado de Capitais e Controladoria.

Vendruscolo e Behar (2014) analisaram a produção científica sobre educação e pesquisa em contabilidade, permitindo assim compreender o seu estágio de desenvolvimento. Observaram que a citada produção científica está categorizada em três principais temáticas: pesquisas dedicadas ao ensino e aprendizagem, pesquisas sobre a produção científica da área contábil e pesquisas sobre o curso de Ciências Contábeis.

Analisando as produções acadêmicas sobre o tema educação e pesquisa em contabilidade, publicadas nos últimos anos em revistas científicas nacionais, constata-se que somente os dois últimos estudos versaram sobre a referida temática. Os demais evidenciaram sobre a pesquisa em contabilidade, não contemplando o ensino em contabilidade. Isso mostra que o assunto ora investigado ainda é novo, no que se refere a saber como está sua produção científica em sua divulgação nos periódicos e/ou congressos da área contábil no Brasil.

Diante do exposto, esta pesquisa contribuirá para elencar, fomentar, difundir, disseminar e socializar o mencionado assunto no contexto acadêmico nacional, contribuindo consequentemente para seu desenvolvimento e evolução em futuras publicações em eventos científicos e/ou em revistas acadêmicas da área. E também no surgimento de novos acadêmicos que se interessem pelo referido tema, agregando valor e alargando-o no panorama científico nacional e quiçá internacional (WATSON et al., 2003).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste estudo foi analisar a representação e as características da produção científica da temática educação e pesquisa em contabilidade publicada na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis de 2007 a 2016. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de análise bibliométrica (MATOS et al., 2012) e de rede social (RIBEIRO; SANTOS, 2016).

A técnica de análise bibliométrica é descrita como área de pesquisa verdadeiramente interdisciplinar (PARREIRAS et al., 2006). Com isso, é considerada como ferramenta quantitativa que socializa a informação divulgada, utilizando métodos matemáticos e estatísticos (FRANCISCO, 2011), contribuindo assim na diminuição da subjetividade intrínseca à indexação e recuperação das informações, produzindo *a posteriori* conhecimento em determinados campos do saber (BARRANCOS; DUARTE, 2013).

Ressalta-se que a bibliometria aperfeiçoou-se por meio da criação de leis empíricas sobre o desempenho da literatura científica (EGGHE, 2005). Diante disso, é necessário conhecer as três leis básicas da bibliometria, para a melhor compreensão da aferição dos dados. As citadas leis são nativas respectivamente de três autores que se destacam por seus respeitáveis achados – *Bradford*, *Zipf* e *Lotka*; sendo assim, são as mais comumente empregadas e as que estão relacionadas à produtividade científica (EGGHE, 2005).

A Lei de *Bradford* mensura o grau de atração das revistas sobre determinado tema (QUONIAM et al., 2001). No que se refere à Lei de *Zipf*, ela mensura a quantidade de ocorrências das palavras em textos, permitindo assim definir qual tema é abordado nas investigações (CARDOSO et al., 2005). Já a Lei de *Lotka* descreve a produtividade dos pesquisadores por meio de um modelo de distribuição de frequência que compreende um possível número de publicações (CARDOSO et al., 2005). Nesta pesquisa, somente a Lei de *Lotka* será evidenciada nas discussões dos resultados.

Salienta-se que o uso combinado das técnicas convencionais da bibliometria com as análises de redes sociais consente um entendimento e compreensão da estrutura e das características de relacionamento entre os autores e as instituições às quais estão vinculados (FRANCISCO, 2011). Ou seja, a análise de redes sociais permite estudar e interpretar a afinidade entre os autores a partir de suas respectivas produções científicas (MELI; OLIVEIRA NETO, 2011). Realça-se que o uso de técnicas de análise de redes vem sendo explorado por diversos estudos recentes (CRUZ et al., 2011; WALTER; BACHL; BARBOSA, 2012; RIBEIRO, 2013; MACHADO; BEUREN, 2014; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO; SANTOS, 2016), pois permitem também a análise das configurações estruturais das redes sociais, no que se refere aos seus componentes, densidade, agrupamentos, centralidades e subgrupos (FRANCISCO, 2011).

Foi realizada uma coleta de dados em artigos divulgados no período de 2007 a 2016, o que corresponde a um

levantamento longitudinal de 10 anos. Os dados foram coletados da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (<http://www.anpcont.org.br/congressos-anpcont>). Os artigos envolvidos neste estudo foram especificamente da área temática educação e pesquisa em contabilidade. Este procedimento permitiu identificar 151 artigos divulgados no período 2007-2016.

Foi feita a análise dos dados mediante os seguintes indicadores: (I) autores; (II) IES; (III) redes de coautoria; (IV) redes das IES; e (V) temas abordados. Estes indicadores foram calculados e capturados utilizando os *softwares UCINET 6 for Windows e Microsoft Excel 2007*.

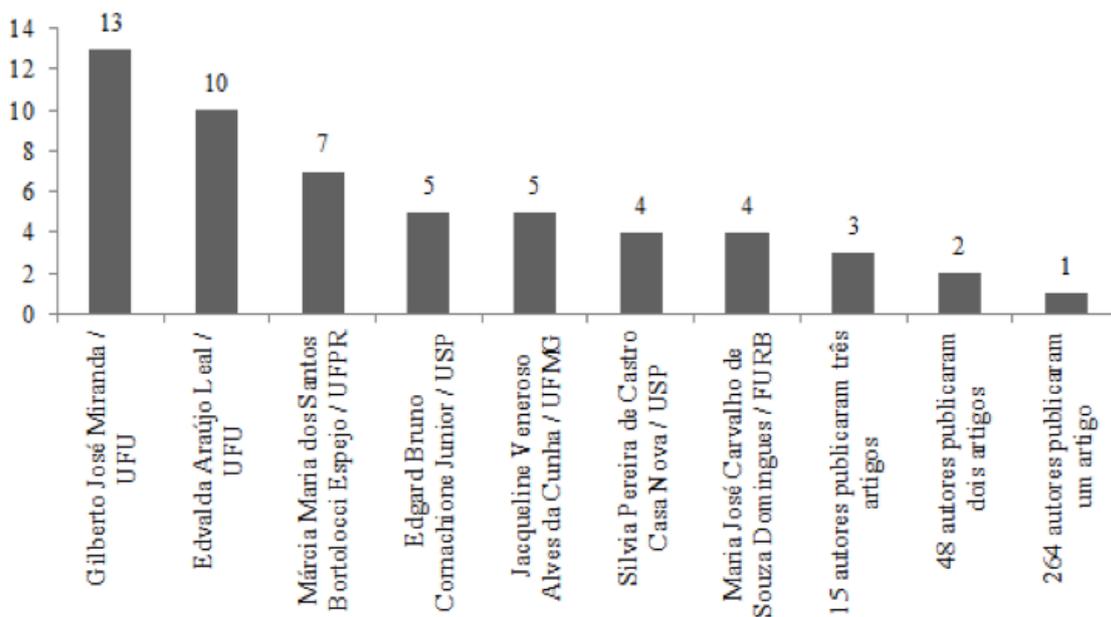
## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção faz a análise e discussão dos resultados dos 151 artigos identificados neste estudo.

### 4.1 Autores

A Figura 1 contempla os 334 pesquisadores identificados neste estudo, dando ênfase aos sete mais produtivos.

Figura 1 – Autores



Fonte: Dados da pesquisa

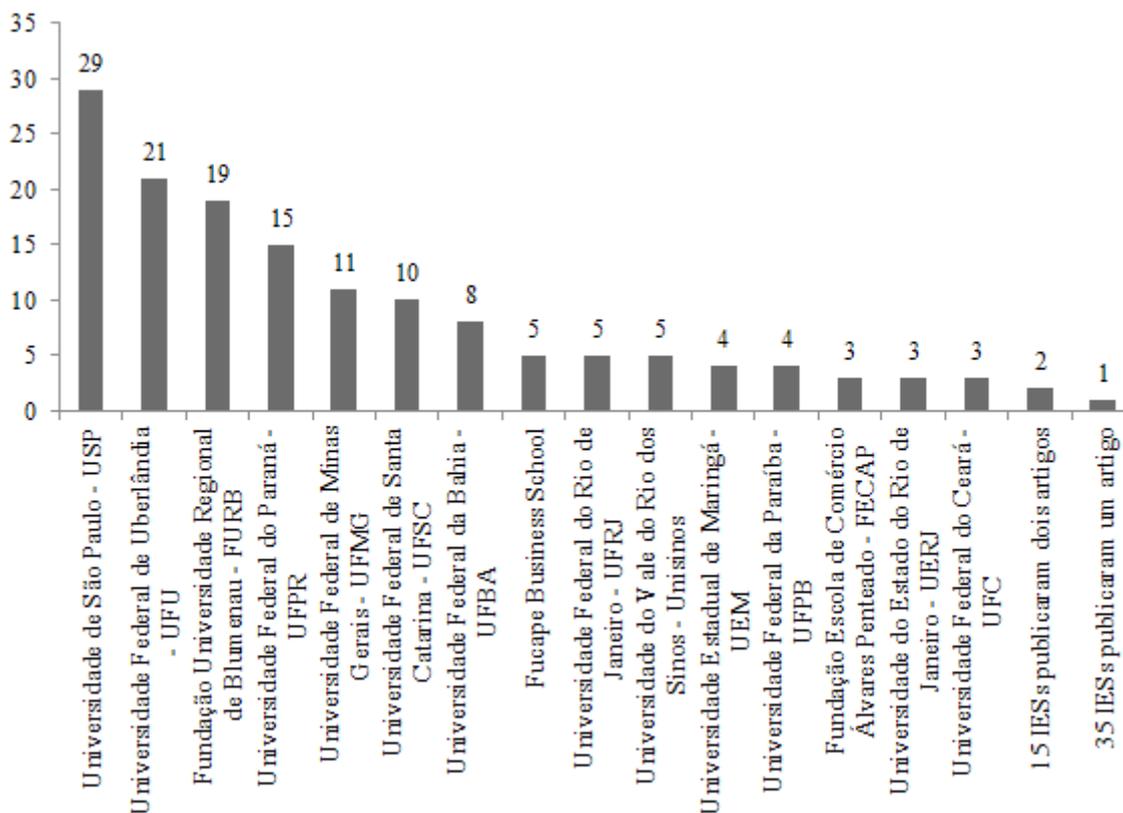
A Figura 1 traz o autor Gilberto José Miranda como o mais profícuo deste estudo. Em seguida, surge a acadêmica Edvalda Araújo Leal, com 10 publicações. Curiosamente, os dois autores são oriundos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo também fica em realce nesta seção, tendo sete estudos divulgados. Com cinco investigações têm-se os autores Edgard Bruno Cornachione Junior e Jacqueline Veneroso Alves da Cunha. E com quatro publicações, estão os articulistas Sílvia Pereira de Castro Casa Nova e Maria José Carvalho de Souza Domingues.

Em suma, sete autores publicaram de quatro a 13 artigos; 63 pesquisadores publicaram de dois a três estudos; e a grande maioria, ou seja, 264 acadêmicos divulgaram uma investigação cada. O que equivale a 79% dos autores. Este resultado vai ao encontro do que prega a Lei de Lotka, a qual enfatiza que a proporção dos autores que fazem uma única contribuição é de mais ou menos 60% (CARDOSO et al., 2005). Pode-se entender também que poucos autores publicam muito e muitos pesquisadores publicam pouco (RIBEIRO, 2015).

### 4.2 IES

A Figura 2 evidencia as 65 IES identificadas nesta pesquisa, colocando em foco as 15 instituições com maior produção sobre a temática em investigação.

Figura 2: IES



Fonte: Dados da pesquisa.

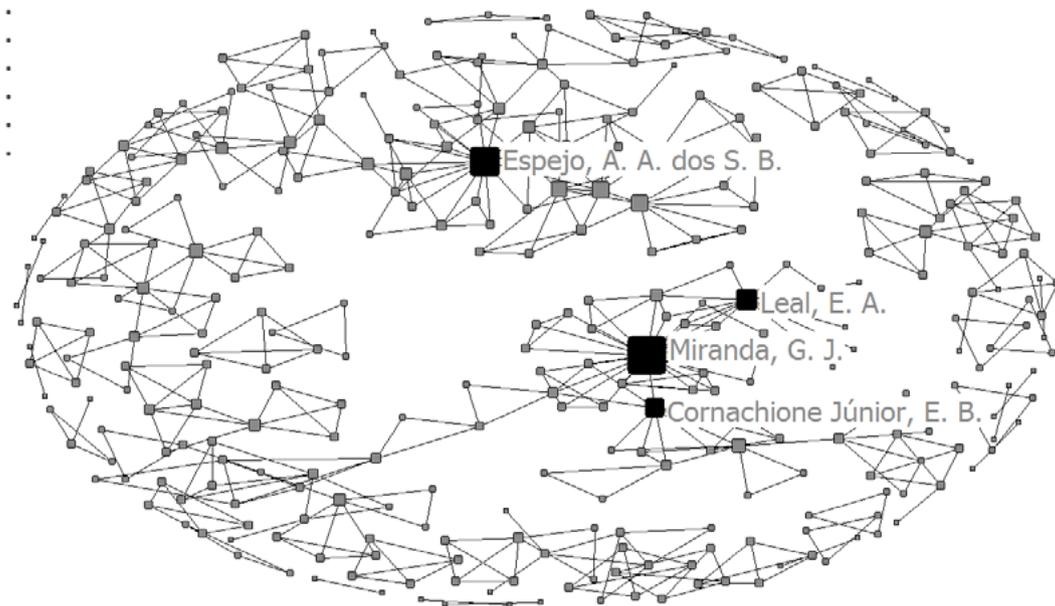
A USP aparece como a IES mais produtiva desta pesquisa, com 29 publicações. Tal achado é corroborado pelos estudos de: Espejo et al. (2009), Miranda et al. (2013), Ribeiro (2013), mostrando assim a importância, envergadura e realce da USP no tocante à temática educação e pesquisa em contabilidade na literatura acadêmica nacional. Em seguida surge a UFU com 21 artigos divulgados. Ressalta-se que o destaque da UFU deve-se, sobretudo, às publicações de Gilberto José Miranda e Edvalda Araújo Leal, que, neste estudo, surgem como os dois autores mais prolíferos. Em seguida, tem-se a FURB com 19 estudos publicados. Já a UFPR divulgou 15 estudos; e com 11 investigações está a UFMG.

Destacam-se também as IES: UFSC com 10 artigos publicados; UFBA com oito publicações; Fucape Business School, UFRJ e Unisinos, todas com cinco artigos evidenciados; contribuíram com quatro publicações a UEM e UFPB; e com três pesquisas têm-se as instituições: FECCAP, UERJ e UFC. É importante ressaltar também que 15 instituições publicaram dois artigos cada; e 35 instituições divulgaram um *paper* cada.

Os achados contemplados nesta seção contribuem para observar e constatar que as IES mais produtivas, sobretudo a USP e a UFU, colaboram para a otimização, a difusão e a socialização do conhecimento sobre a temática em investigação na literatura acadêmica brasileira, especialmente ao verificar que a temática educação e pesquisa em contabilidade é ainda recente (AVELAR et al., 2012).

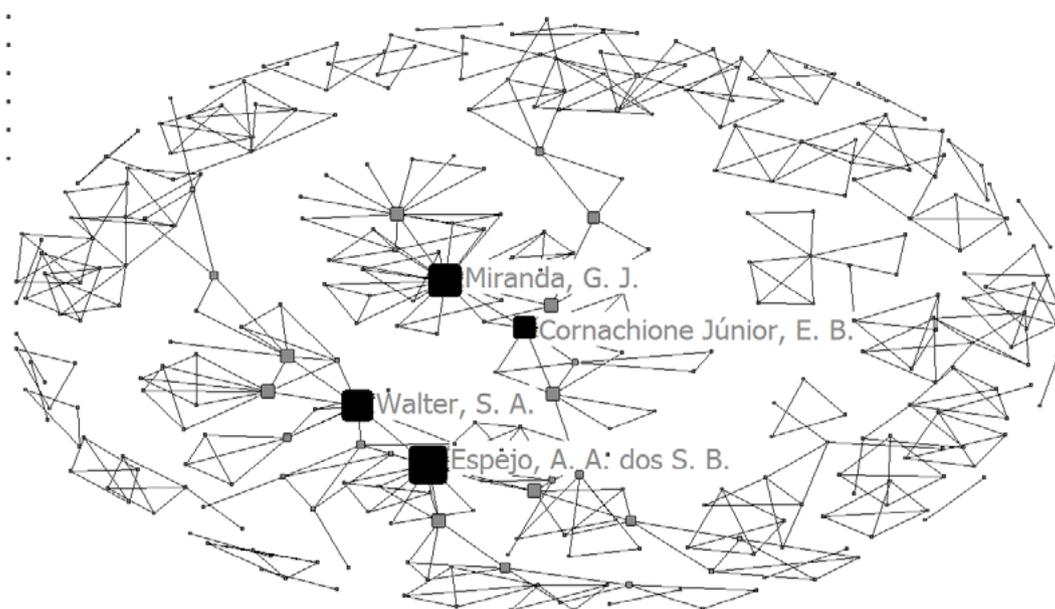
### 4.3 Redes de coautoria

As Figuras 3 e 4 visualizam as redes de coautoria dos 334 pesquisadores identificados neste estudo, sendo que a Figura 3 enfoca a centralidade de grau e a Figura 4 dá ênfase à centralidade de intermediação.

Figura 3: Redes de coautoria – Centralidade de grau (*degree*)

Fonte: Dados da pesquisa.

Gilberto José Miranda, Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Edvalda Araújo Leal e Edgard Bruno Cornachione Junior são os autores com maior centralidade de grau neste estudo. Nesse sentido, esboça-se que o *degree* é determinado pelo número de laços adjacentes de um ator em relação aos outros atores da rede, autorizando uma avaliação da agilidade local dos atores (FRANCISCO, 2011; RIBEIRO, 2013), mostrando a relevância e a importância destes na difusão e disseminação do tema ora analisado. Tal resultado é apoiado na seção que aborda os autores mais profícuos (Figura 1) desta investigação, destacando em seu bojo os quatro primeiros acadêmicos, que, coincidentemente, são os mesmos que estão em proeminência nesta seção.

Figura 4: Redes de coautoria – Centralidade de intermediação (*betweenness*)

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando que a centralidade de intermediação é determinada como sendo a posição do ator na rede social, atuando como intermediador entre os outros atores, em outras palavras, o autor do artigo se vincula a diversos outros pesquisadores que não possuem conexões diretas. Em suma, este autor é visto como um meio para alcançar vários outros autores (MELI; OLIVEIRA NETO, 2011).

Diante disso, a Figura 4 visualiza Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Gilberto José Miranda, Silvana Anita Walter e Edgard Bruno Cornachione Junior como pesquisadores que se destacam por suas respectivas centralidades de intermediação. Destes, os acadêmicos Gilberto José Miranda, Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo e Edgard Bruno Cornachione Junior se destacam também na centralidade de grau (Figura 3) e, conseqüentemente, como articulistas mais prolíferos (Figura 1).

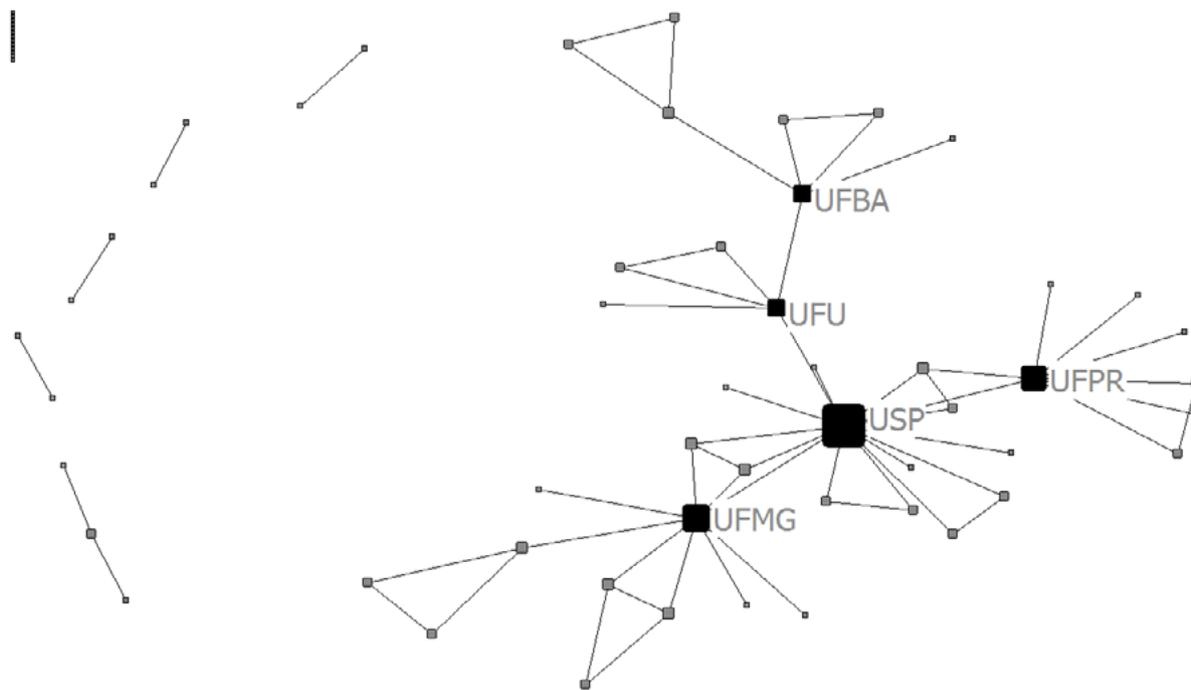
É interessante notar os achados desta seção, visto que os autores mais profícuos, os mais centrais, no que tange ao grau e à intermediação, estão alocados em somente três pesquisadores. Isso mostra como a temática ora analisada ainda é nova no contexto científico da área de Ciências Contábeis, acarretando assim uma oportunidade de surgimento de novos estudos e, conseqüentemente, do aparecimento de novos estudiosos da área, impactando posteriormente na evolução da temática educação e pesquisa em contabilidade e no alargamento de pesquisadores no que se refere à proficiência e suas respectivas relevâncias nas redes de coautoria, sobretudo nas centralidades de grau e de intermediação.

Em suma, a colaboração entre os autores, o seu posterior desenvolvimento e o recorrente e sistêmico uso permitem criar, elaborar, aperfeiçoar e implementar estratégias nas IES no tocante a aflorar, melhorar e alargar a colaboração entre os pesquisadores e, com isso, melhor desenvolver e otimizar a colaboração entre essas IES (MELI; OLIVEIRA NETO, 2011).

#### 4.4 Redes das IES

As Figuras 5 e 6 evidenciam as redes sociais das 65 IES identificadas nesta investigação, enfatizando como ocorrerá nas redes de coautoria as centralidades de grau e de intermediação, respectivamente.

Figura 5: Rede Social das IES – Centralidade de grau (*degree*)



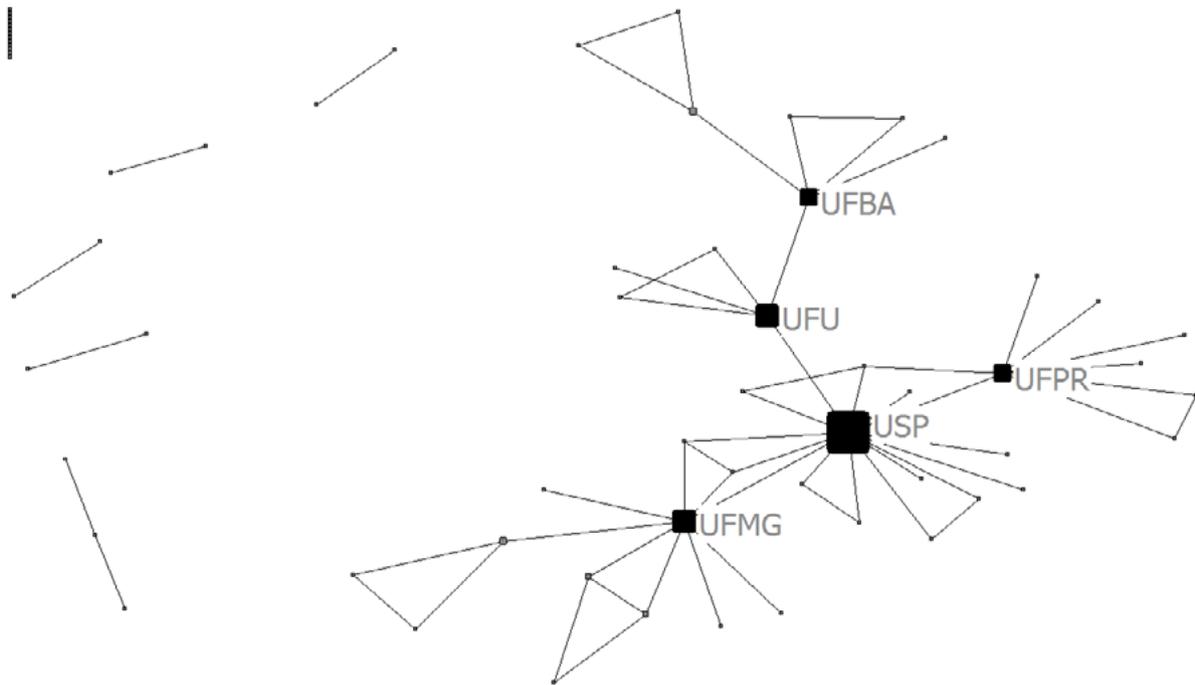
Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 5 apresenta a USP, a UFMG, a UFPR, a UFU e a UFBA como as IES com maior centralidade de grau. Todas estas instituições públicas se destacaram também na produtividade dos estudos (Figura 2) sobre a temática ora investigada. Tal achado se faz preponderante por verificar a representatividade, relevância, importância e qualidade destas instituições no bojo e nas nuances da produção acadêmica do tema educação e pesquisa em contabilidade no congresso científico AnpCONT de 2007 a 2016.

Diante do exposto, ressaltam-se as investigações dos autores: Espejo et al. (2009), que constataram que a USP se

destacou como instituição com maior número de conexões com pesquisadores e como ator central na rede social das IES; e Ribeiro (2013), que além do realce nas redes de colaboração das IES, verificou que a USP também ficou em ênfase na produtividade dos artigos sobre o tema educação e pesquisa em contabilidade.

Figura 6: Rede social das IES – Centralidade de intermediação (*betweenness*)



Fonte: Dados da pesquisa.

É interessante notar que as mesmas IES em foco na Figura 5 também são evidenciadas na Figura 6, são elas: a USP, a UFMG, a UFPR, a UFU e a UFBA. O que denota novamente a relevância, importância e qualidade destas IES na produção acadêmica da temática em investigação, pois, além de estarem compondo o núcleo de instituições com maior centralidade de grau, também são as IES mais centrais no que se refere à intermediação, ou seja, são os atores da rede social das IES que atuam como intermediadores entre os outros atores (MELI; OLIVEIRA NETO, 2011). Ribeiro (2013) corrobora tal achado, pois em seu estudo verificou que a USP, sobretudo, é a instituição com maior centralidade de intermediação.

De maneira geral, as informações averiguadas nesta seção ajudam a identificar as instituições com maior poder no que se refere à capacidade e vigor na produção científica da temática educação e pesquisa em contabilidade. Porém, é coerente ressaltar que, como é visto neste estudo, a mencionada temática ainda é jovem e, com isso, ainda tem muito que se desenvolver até chegar a um estágio de maturação.

Com isso, estas IES mais proficuas e centrais têm papel salutar e ímpar nessa evolução e posterior maturidade, impactando conseqüentemente no alargamento da produção científica da citada área, contribuindo em um estágio evolutivo e possibilitando que outras IES e, concomitantemente, outros autores se deixem conquistar pela temática objeto de estudo, cooperando assim para sua futura otimização, difusão, disseminação e socialização.

Cria-se assim uma oportunidade para surgir, desenvolver, maturar ou legitimar temas oriundos e/ou que tenham foco/relação com a temática educação e pesquisa em contabilidade, e estas serão divulgadas mediante projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses, artigos de congressos científicos, como é o caso da AnpCONT, e em revistas científicas da área do conhecimento contábil e/ou afins.

#### 4.5 Temas abordados

A Tabela 1 evidencia os 58 temas identificados, abordados e publicados nos 151 artigos.

Tabela 1: Temas abordados

Temas/Anos	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	Total	%
Profissional Contábil			1		2	2	1	1	2	1	10	6,62%
Curso de Ciências Contábeis		1	2	1	2					3	9	5,96%
Pesquisa em Contabilidade	1	1		2	2			1		1	8	5,30%
Professor					1	2		1	3	1	8	5,30%
Contabilidade Gerencial						4	1		1	1	7	4,64%
Contabilidade Internacional				1			3	2	1		7	4,64%
Ensino da Contabilidade	2	1			1			2	1		7	4,64%
Desempenho Acadêmico			1				1	1	1	2	6	3,97%
Produção Científica				2	1			1		1	5	3,31%
PPGCC				1	1	1	1			1	5	3,31%
Contabilidade Ambiental					1		1	1		1	4	2,65%
Educação a Distância				1		1			2		4	2,65%
Contabilidade Introdutória			1		2						3	1,99%
ENADE								1		2	3	1,99%
Metodologia de Ensino			1				1	1			3	1,99%
Problem Based Learning		1							1	1	3	1,99%
Sustentabilidade						1	1			1	3	1,99%
Tecnologia da Informação				1						2	3	1,99%
Aprendizagem Organizacional										2	2	1,32%
Assimetria Informacional				1		1					2	1,32%
Educação Contábil					1	1					2	1,32%
Finanças						1			1		2	1,32%
Empreendedorismo				1					1		2	1,32%
Gestão de Pessoas					1		1				2	1,32%
Governança Corporativa							1		1		2	1,32%
Interdisciplinaridade		1		1							2	1,32%
Motivação							1	1			2	1,32%
Orçamento				1			1				2	1,32%
Perícia			1				1				2	1,32%
Teoria do Capital Humano			1							1	2	1,32%
Terceiro Setor	1				1						2	1,32%
Auditoria										1	1	0,66%
Avaliação da Aprendizagem										1	1	0,66%
Avaliação Institucional									1		1	0,66%
Balanced Scorecard	1										1	0,66%
Contabilidade Financeira							1				1	0,66%
Controladoria					1						1	0,66%
Controle Gerencial								1			1	0,66%
Curso de Administração			1								1	0,66%
CA e CCC			1								1	0,66%
Custo de Capital						1					1	0,66%
DVA					1						1	0,66%
Educação Gerencial				1							1	0,66%
EPC					1						1	0,66%
Estrutura Curricular									1		1	0,66%
Eventos Científicos						1					1	0,66%

Temas/Anos	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	Total	%
ESCFC								1			1	0,66%
Inovação Tecnológica							1				1	0,66%
Lei n.º. 11.638/07					1						1	0,66%
Materialidade									1		1	0,66%
Mercado de Trabalho				1							1	0,66%
Periódicos Científicos				1							1	0,66%
PGCC						1					1	0,66%
Regulação Contábil									1		1	0,66%
RSC		1									1	0,66%
Teoria da Agência							1				1	0,66%
Teoria da Atribuição				1							1	0,66%
Teoria Institucional			1								1	0,66%
Total	5	6	11	16	21	17	18	15	19	23	151	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Um dos desafios que estão perante o profissional contábil é a disposição de sustentar-se sempre contemporâneo e desenvolver-se de acordo com os imperativos do mercado. Salienta-se com isso ser preponderante que, após a graduação, o profissional contábil não se limite apenas às informações e ao conhecimento adquirido no Curso de Ciências Contábeis, pois precisará buscar qualificação necessária para a sua atuação no processo decisório organizacional de forma continuada (LEAL; SOARES; SOUSA, 2008). Neste panorama, versa-se que o citado tema alcançou o primeiro lugar nos assuntos mais abordados neste estudo, com 10 publicações. O que mostra que este assunto é bem importante para a área temática educação e pesquisa em contabilidade em todas as suas nuances, sobretudo no que tange ao tema Curso de Ciências Contábeis.

Neste contexto, realça-se que o assunto Curso de Ciências Contábeis ficou em segundo lugar como temas abordados nesta investigação, com nove publicações. Tal fato pode ser em decorrência do seu objetivo, que é formar o futuro profissional contábil para atuar como um agente transformador adequado às precisões do mercado atual, regional e nacional, em constante evolução. Diante disso, salienta-se que são indispensáveis currículos e programas bem ajustados e coerentes, professores e pesquisadores qualificados, entre outros fatores preponderantes para a prática da educação e pesquisa em contabilidade (HOFER; PELEIAS; WEFFORT, 2005).

A Pesquisa em Contabilidade é interdisciplinar e, neste contexto, nos últimos anos observou-se uma evolução na produção acadêmica em contabilidade no Brasil, causada pela ampliação dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e, sobretudo, pela ascensão nos cursos *stricto sensu*, especialmente mestrados acadêmicos e profissionais e doutorado (GOMES et al., 2008). Isto posto, contempla-se que no Brasil, atualmente, existem 29 programas de pós-graduação *stricto sensu* na área contábil recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (ANPCONT, 2017). Diante disso, o citado tema elencou oito publicações nesta investigação.

O professor de contabilidade foi o quarto tema mais abordado, com oito publicações. Seu destaque deve-se ao fato de o contorno que admite as atividades do professor do Curso de Ciências Contábeis ser dispar daquele efetivado pelo profissional contábil (contador), pois, enquanto para o contador existe um hábito de normas e aspectos legais, de processos para registro e controle do patrimônio gerido, de um resultado objetivado em virtude de ações e fatos de gestão do âmbito específico das empresas, para o professor de contabilidade, além de toda essa formatação do trabalho, há ainda o fato de que, ao lidar com o desenvolvimento dos outros agentes (atores), está cumprindo um aprendizado social permeado por suas compreensões humanas e de sociedade, na qual ele (o professor) necessita lidar com modos de pensar metodologicamente a aula, com a sua organização, com a seleção de informações e conhecimentos e com a reflexão constante de todo esse procedimento (LAFFIN, 2012), influenciando de maneira positiva o ensino da contabilidade.

Diante disso, ressalva-se que no contexto contemporâneo de oportunidades e desafios para o pesquisador/professor contábil, a pesquisa em contabilidade torna-se proeminente ao evidenciar diferentes panoramas de ensino da contabilidade. Remete-se que a constante discussão sobre o ensino da contabilidade é imprescindível para que as IES possam acompanhar as transformações ocorridas na profissão contábil, admitindo que os discentes tenham uma formação inicial que forneça uma base de informações e saberes sugeridos internacionalmente, além do mais, fortaleça o profissional contábil e, conseqüentemente, desenvolva os serviços prestados à sociedade (LIMA; COSTA; SANTANA, 2015). Isto posto, contempla-se o tema Ensino da Contabilidade como um dos mais abordados nesta pesquisa, com sete *papers* divulgados.

Ainda com sete publicações, aparecem os temas Contabilidade Gerencial e Contabilidade Internacional. No tocante à contabilidade gerencial, as pesquisas de Avelar et al. (2012) e Ribeiro (2013) corroboram os achados deste estudo, ao evidenciarem o destaque do mencionado tema em suas respectivas pesquisas. Neste foco, é coerente dizer que o realce deste tema deve-se ao fato de que nas últimas décadas a contabilidade gerencial teve um aperfeiçoamento proeminente,

com inclusão de novos temas e metodologias de investigação, revistas científicas exclusivas e, especialmente, investigações com perspectivas multidisciplinares (LUNKES; FELIU; ROSA, 2012).

Em relação à temática Contabilidade Internacional, sua ênfase pode ser em virtude de o perfil das pesquisas se caracterizar predominantemente por trabalhos comparativos, sendo esses estudos teórico-empíricos, com evidência na análise documental (TAVARES et al., 2010); e por ser um assunto amplo no que concerne às suas práticas, princípios e normas, pois ela é nativa de um mercado de capitais que contempla uma diversidade de negócios que impacta no ambiente empresarial em que as organizações se inserem (RIBEIRO, 2014).

A temática Desempenho Acadêmico aparece com seis publicações. Em seguida vêm os assuntos Produção Científica e Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, ambos com cinco divulgações. Diante disso, é imprescindível destacar que o processo de produção científica é densamente impactado por uma socialização acadêmica pela qual passam os autores da área ao cursarem os programas de mestrado e doutorado. Com isso, é relevante a compreensão de que os Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis *stricto sensu* possuem papel seminal e ímpar na estruturação e construção do campo do conhecimento científico, porque devem fornecer aos pesquisadores subsídios para a produção, disseminação e socialização das informações e dos saberes que contribuam para o crescimento da área contábil como um todo. Entretanto, cada ator (IES e/ou autor) vai internalizar esses conteúdos conforme a sua visão ontológica da realidade, autorizando assim que ocorram diferentes desempenhos acadêmicos (COSTA; MARTINS, 2016).

Ainda cabe ressaltar que os assuntos Contabilidade Ambiental e Educação a Distância foram divulgados quatro vezes; seis temas foram publicados três vezes; 13 temáticas foram evidenciadas duas vezes; e 27 foram contemplados uma vez cada. Neste contexto, e em especial relativamente aos temas que foram publicados menos vezes, ressalva-se e reforça-se que isso abre uma oportunidade de crescimento, aperfeiçoamento e alargamento da área temática educação e pesquisa em contabilidade, visto que, se os temas menos abordados (Tabela 1) começarem a ser mais difundidos na literatura acadêmica nacional, isso influenciará no realce da mencionada área temática, contribuindo de maneira decisiva e robusta para sua ampliação e maturação no curto ou médio prazo no âmbito acadêmico. Estes achados também podem ser propícios para a identificação de áreas do saber, apresentando assim oportunidades para o surgimento de futuras pesquisas (PAISEY; PAISEY, 2004).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a representação e as características da produção científica da temática educação e pesquisa em contabilidade publicada na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis de 2007 a 2016. Para isso, utilizaram-se as técnicas de análise bibliométrica e de rede social em 151 artigos identificados.

Os resultados do estudo mostram uma representatividade realçada da produção acadêmica da temática educação e pesquisa em contabilidade publicada na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, em decorrência de sua heterogeneidade retratada nos 334 autores e nas 65 IES identificadas nesta investigação. Tal fato mostra a preocupação da AnpCONT em disseminar e socializar a área temática objeto de estudo nestes últimos 10 anos, influenciando em seu crescimento e no seu *status* de tema emergente no contexto científico do campo do saber contábil.

O perfil observado da área temática educação e pesquisa em contabilidade neste estudo ostenta uma diversidade de temas oriundos desta área, perfazendo um total de 58. De maneira geral, estes assuntos norteiam e embasam todas as nuances e vão ao âmago da temática ora investigada, possibilitando um maior entendimento e compreensão de temas nativos deste campo do conhecimento, enriquecendo, por meio de estudos, a área da contabilidade.

Os conhecimentos evidenciados neste estudo contribuem para elencar dados e informações contemporâneos da temática foco desta investigação, agregando valor acadêmico e possibilitando o surgimento de nortes para novos acadêmicos que desejam e/ou buscam aprender e/ou alargar seu conhecimento no âmbito da educação e pesquisa em contabilidade (APOSTOLOU et al., 2010), direcionando-os e alicerçando-os para fomentar, difundir, desenvolver e engrandecer a citada área, impactando posteriormente em sua evolução, mediante novas pesquisas científicas divulgadas em meios de comunicação como congressos científicos, no panorama acadêmico do Brasil.

Estudos como este reiteram a importância de compreender o que de fato ocorre em áreas do conhecimento, como é o caso da contabilidade e em temáticas que ajudam a consolidar tais áreas como a temática educação e pesquisa em contabilidade, criando novas oportunidades de pesquisas, maximizando a qualidade dos estudos e fortalecendo de maneira efetiva e eficaz o campo da ciência da contabilidade.

Como limitação, este estudo analisou apenas as publicações da temática educação e pesquisa em contabilidade da AnpCONT, contudo, realça-se ter conseguido responder a contento à questão de pesquisa e alcançar o objetivo proposto. Entretanto, é possível aperfeiçoar e com isso alcançar novos achados e otimizar os estudos em educação e pesquisa em contabilidade. Diante disso, reitera-se a importância de sugerir novos estudos, para com isso agregar valor acadêmico e criar outras pesquisas.

Neste sentido, sugere-se alargar tal investigação, fazendo uma comparação da representação e das características do tema educação e pesquisa em contabilidade em outros congressos da área contábil, tanto no âmbito nacional como também internacional. Outra sugestão é, além de trabalhar a literatura cinzenta (congressos), também estudar a literatura científica branca (periódicos), enfatizando as revistas científicas nacionais Qualis Capes da área contábil e/ou afins. Sugere-se também para futuras pesquisas um complemento da análise de redes sociais, utilizando outras variáveis para apuração, por exemplo, análise da rede de citação (METCALF et al., 2015).

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. R.; SANTANA, C. M.; SALES, I. C. H.; NETO, L. M. A. Perfil dos Autores na Produção Científica em Mercado Financeiro de Crédito e de Capitais nos Congressos USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso ANPCONT. *Revista Evidência Contábil & Finanças*, v. 2, n. 2, p. 55-68, 2014.
- APOSTOLOU, B.; HASSEL, J. M.; REBELE, J. E.; WATSON, S. F. Accounting education literature review (2006–2009). *Journal of Accounting Education*, v. 28, n. 3, p. 145-197, 2010.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – AnpCONT. *Programas associados*. Disponível em: < <http://www.anpcont.org.br/programas-associados>>. Acesso em: 14 jan.2017.
- AVELAR, E. A.; SANTOS, T. de Sousa; RIBEIRO, L. M. de Pádua; OLIVEIRA, C. C. de. Pesquisa em contabilidade: uma análise dos estudos empíricos publicados em periódicos nacionais entre 2000 e 2009. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 3, p. 06-23, 2012.
- BARBOSA, G. de C.; BARROS, F. de O. Perfil dos autores na produção científica em contabilidade: o caso do congresso USP de controladoria e contabilidade e do congresso ANPCONT. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 29, n. 3, p. 22-33, 2010.
- BARRANCOS, J. E.; DUARTE, E. N. Inteligência Competitiva e as Práticas de Gestão do Conhecimento no Contexto da Administração e da Ciência da Informação: revelações da produção científica. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 18, n. 38, p. 107-126, 2013.
- CARDOSO, R. L.; MENDONÇA NETO, O. R.; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p. 34-45, 2005.
- CORREIA, A. E. G. C.; ALVARENGA, L.; GRACIA, J. C. R. Produção científica: reflexos da avaliação nos programas de pós-graduação em Física. *Em Questão*, v. 18, n. Edição Especial, p. 231-247, 2012.
- COSENZA, J. P.; PAULA, M. M.; LAURENCEL, L. C.; BARRETO, P. S. Análise das características e similaridades presentes na produção científica dos congressos ANPCONT 2007-2014. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 13, n. 28, p. 19-56, 2016.
- COSTA, F.; MARTINS, G. de A. Influências da Socialização Acadêmica no Desenvolvimento das Publicações Científicas em Contabilidade no Brasil: Uma Análise dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 10, n. 3, p. 314-331, 2016.
- CRUZ, A. P. C.; ESPEJO, M. M. S. B.; COSTA, F.; ALMEIDA, L. B. Perfil das redes de cooperação científica: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade – 2001 a 2009. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 55, p. 64-87, 2011.
- CUNHA, P. R. da; CORREA, D. C.; BEUREN, I. M. Assuntos de auditoria publicados nos periódicos nacionais e internacionais de contabilidade listados no Qualis Capes. *Revista de Informação Contábil*, v. 4, n. 1, p. 57-75, 2010.
- DALLABONA, L. F.; UTZIG, M. J. S.; MOURA, G. D.; ZONATTO, V.; RIBEIRO, M. J. Retrospectiva dos quatro anos de Anpcont: análise dos aspectos metodológicos e perfil dos congressistas. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 4, n. 3, p. 406-432, 2011.
- DE LUCA, M. M. M.; GOMES, C. A.; CORRÊA, D. M. M. C.; DOMINGOS, S. R. M. Participação feminina na produção científica em contabilidade publicada nos anais dos eventos Enanpad, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso Anpcont. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 5, n. 11, p. 145-164, 2011.
- EGGHE, L. Zipfian and lotkaian continuous concentration theory. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 56, n. 9, p. 935-945, 2005.
- ESPEJO, M. M. dos S. B.; CRUZ, A. P. C.; WALTER, S. A.; GASSNER, F. P. Campo de pesquisa em contabilidade: uma análise de redes sob a perspectiva institucional. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 3, n. 2, p. 45-71, 2009.
- FRANCISCO, E. de R. RAE-eletrônica: exploração do acervo à luz da bibliometria, geoanálise e redes sociais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 3, p. 280-306, 2011.
- GOMES, C. A. S.; OLIVEIRA, J. R. S.; COELHO, N. S.; ANDRADE, C. Produção científica em contabilidade pública: uma análise dos artigos apresentados no Enanpad e congresso USP de controladoria e contabilidade no período 2004- 2007. *Anais... XXXII EnANPAD 2008*.
- HOPPER, T. O academicismo em contabilidade e a gestão por números. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 27, n. 71, p. 144-148, 2016.
- LAFFIN, M. Currículo e trabalho docente no curso de ciências contábeis. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 6, n. 3, p. 66-77, 2012.
- LEAL, E. A.; SOARES, M. A.; SOUSA, E. G. de. Perspectivas dos formandos do curso de ciências contábeis e as exigências do mercado de trabalho. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 1, n. 10, p. 147-159, 2008.
- LEMES, D. F.; MIRANDA, G. J. Habilidades profissionais do contador preconizadas pela IFAC: um estudo com profissionais da região do triângulo mineiro. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 7, n. 2, p. 293-316, 2014.
- LIMA, R. L. de; COSTA, A. de J. B.; SANTANA, C. M. Educação contábil em tempos de IFRs: um estudo de caso entre uma universidade brasileira e outra alemã. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, v. 2, n. 1, p. 61-76, 2015.
- LUNKES, R. J.; FELIU, V. M. R.; ROSA, F. S. da. Pesquisa científica em contabilidade gerencial: estudo comparativo entre Espanha e Brasil. *Contaduría y Administración*, v. 57, n. 2, p. 159-184, 2012.
- MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Gerenciamento de resultados: análise das publicações em periódicos brasileiros de contabilidade. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 33, n. 1, p. 19-36, 2014.
- MACHADO, V. S. de A.; CASA NOVA, S. P. de C. Análise comparativa entre os conhecimentos desenvolvidos no curso de graduação em contabilidade e o perfil do contador exigido pelo mercado de trabalho: uma pesquisa de campo sobre educação contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 2, n. 1, p. 1-23, 2008.
- MARRONI, C. H.; RODRIGUES, A. de F.; PANOSSO, A. Panorama histórico do ensino superior da graduação em contabilidade no Brasil – sob a égide normativa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 32, n. 3, p. 01-17, 2013.

- MATOS, E. B. S.; NIYAMA, J. K.; NETO, L. M. S.; MARQUES, M. M. Congresso ANPCONT: análise bibliométrica descritiva e avaliativa dos artigos publicados de 2007 a 2011. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 31, n. 3, p. 73-88, 2012.
- MELI, D. B.; OLIVEIRA NETO, J. D. de. O perfil da colaboração nos periódicos contábeis nacionais: muitos one-timers e poucos continuants. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 8, n. 15, p. 151-176, 2011.
- MENDONÇA NETO, O. R. de; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. Dez anos de pesquisa contábil no Brasil: análise dos trabalhos apresentados nos Enanpads de 1996 a 2005. *Revista de Administração de Empresas*, v. 49, n. 1, p. 62-73, 2009.
- METCALF, M.; STOCKS, K.; SUMMERS, S. L. WOOD, D. A. Citation-based accounting education publication rankings. *Journal of Accounting Education*, v. 33, n. 4, p. 294-308, 2015.
- MIRANDA, G. J.; SANTOS, L. A. A.; CASA NOVA, S. P. C.; CORNACCHIONE JUNIOR, E. B. Pesquisa em Educação Contábil: Produção Científica e Preferências de Doutores no Período de 2005 a 2009. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 24, n. 61, p. 75-88, 2013.
- ONUMAH, J. M.; ANTWI-GYAMFI, N. Y.; DJIN, M.; ADOMAKO, D. Ethics and accounting education in a developing country: Exploratory evidence from the premier University in Ghana. In *Accounting in Africa*. Emerald Group Publishing Limited, 2012.
- PAISEY, C.; PAISEY, N. J. An analysis of accounting education research in accounting education: an international journal–1992–2001. *Accounting Education*, v. 13, n. 1, p. 69-99, 2004.
- PARREIRAS, F. S.; SILVA, A.; MATHEUS, R. F.; BRANDÃO, W. RedeCI: colaboração e produção científica em ciência da informação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 11, n. 3, p. 302-317, 2006.
- PAULA, M.; SILVA, A.; VIEIRA, J.; COUTINHO, A. Diálogo científico nos congressos Anpcont: diversidade inovadora ou isomorfismo institucionalizado? *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 15, n. 3, p. 35-51, 2012.
- PELEIAS, I. R.; WEFFORT, E. F. J. Análise das condições de oferta da disciplina contabilidade introdutória: pesquisa junto às universidades estaduais do Paraná. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 16, n. 39, p. 118-135, 2005.
- QUONIAM, L.; TARAPANOFF, K.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H.; ÁLVARES, L. M. A. R. Inteligência obtida pela aplicação de data mining em base de teses francesas sobre o Brasil. *Ciência da Informação*, v. 30, n. 2, p. 20-28, 2001.
- REBELE, J. E.; APOSTOLOU, B. A.; BUCK LESS, F. A.; HASSELL, J. M.; PAQUETTE, L. R.; STOUTI, D. Accounting education literature review (1991–1997), part I: curriculum and instructional approaches. *Journal of Accounting Education*, v. 16, n. 1, p. 1-51, 1998.
- RIBEIRO, H. C. M. Análise das pesquisas sobre auditoria publicadas em periódicos brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 8, n. 1, p. 88-112, 2015.
- RIBEIRO, H. C. M. Características da Produção Veiculada na Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade no Período de 2007 a 2012. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 7, n. 4, p. 424-443, 2013.
- RIBEIRO, H. C. M. Quinze anos de produção acadêmica do tema contabilidade internacional: uma análise bibliométrica em periódicos brasileiros. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 8, n. 3, p. 326-343, 2014.
- RIBEIRO, H. C. M.; SANTOS, M. C. dos. Produção acadêmica das teorias enfatizadas nos estudos divulgados nos periódicos nacionais. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 15, n. 2, p. 649-684, 2016.
- SANTOS, M. A.; PIRES, E. G.; MACAMBIRA, M. O.; BRUNI, A. L. A construção do conhecimento sobre ensino e aprendizagem em Contabilidade: um olhar sobre os congressos USP e ANPCONT no período de 2007 a 2011. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 1, n. 1, p. 71-84, 2013.
- SANTOS, P. R. P. dos; CARLIN, D. de O. Análise da produção científica do congresso Anpcont: um estudo bibliométrico sobre o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade. *ConTexto*, v. 12, n. 22, p. 131-144, 2012.
- SILVA, A. C. da; WANDERLEY, C. A. N.; SANTOS, R. dos. Utilização de ferramentas estatísticas em artigos sobre contabilidade financeira – um estudo quantitativo em três congressos realizados no país. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 1, n. 14, p. 11-28, 2010.
- SILVA, A. P. B. da; OTT, E. Um estudo sobre a interação entre a pesquisa científica e a prática profissional contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 6, n. 2, p. 204-220, 2012.
- SILVA, U. B. da; BRUNI, A. L. O Que me ensina a ensinar? um estudo sobre fatores explicativos das práticas pedagógicas no ensino de contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 11, n. 2, p. 214-230, 2017.
- TAVARES, J. M. A Influência da literatura econômica estrangeira e brasileira nos artigos publicados na área de economia do país (2012). *Economia-Ensaios*, v. 30, n. 2, p. 255-275, 2016.
- TAVARES, M. F. N.; LOPES, J. E. G.; FILHO, J. F. R.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; AMARO, R. G.; IUDÍCIBUS, S. de. Uma contribuição epistemológica à contabilidade internacional: análise nas dissertações e teses brasileiras divulgadas no banco de dados de teses e dissertações (BDTD) entre 1999 e 2008. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 3, n. 2, p. 217-238, 2010.
- VENDRUSCOLO, M. I.; BEHAR, P. A. Educação e pesquisa em contabilidade: estado da arte do congresso USP de controladoria e contabilidade do período de 2004 a 2012. *Revista Ambiente Contábil*, v. 6, n. 1, p. 83-98, 2014.
- WALTER, S. A.; BACH, T. M.; BARBOSA, F. Estratégia como prática: análise longitudinal por meio de bibliometria e sociometria. *Revista Brasileira de Estratégia*, v. 5, n. 3, p. 307-323, 2012.
- WALTER, S. A.; BACH, T. M. Inserção de pesquisadores entrantes na área de estratégia: análise das relações de autoria e temas estudados no período de 1997-2010. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 74, n. 1, p. 165-191, 2013.
- WATSON, S. F.; APOSTOLOU, B.; HASSELL, J. M.; WEBBER, S. A. Accounting education literature review (2000–2002). *Journal of Accounting Education*, v. 21, n. 4, p. 267-325, 2003.

# Expectativas dos ingressantes e grau de satisfação dos concluintes de um curso de graduação em Ciências Contábeis

## *Expectations of the newcomers and the graduates degree of satisfaction of an Accounting graduation course*

### RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar as expectativas dos ingressantes e o grau de satisfação dos concluintes de um curso de graduação em Ciências Contábeis. A metodologia utilizada para esta pesquisa foi quantitativa, descritiva e de levantamento. Foram utilizados como instrumento de coleta de dados dois questionários (um para as expectativas e outro para o nível de satisfação) baseados na pesquisa de Margotto (2014) e validados por três docentes da área pesquisada. A população foi de 106 acadêmicos matriculados no curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária de Santa Catarina (49 acadêmicos ingressantes e 57 concluintes) e obteve-se uma amostra de 81 respondentes (40 acadêmicos ingressantes e 41 concluintes), o que representa 76,42% da população. Os dados coletados foram tabulados por meio do software Microsoft Excel® e a técnica de análise de dados utilizada foi a estatística descritiva. Como principais resultados, os ingressantes demonstraram que possuem expectativas 'altas' na maioria dos aspectos que foram abordados, sendo que em dois deles mostraram que possuem expectativas 'muito altas'. Já os concluintes demonstraram que estão 'satisfeitos' em relação aos itens sobre os quais foram questionados, com exceção de 'realização de trabalhos voluntários', 'realização de pesquisas científicas' e 'logo após o curso, obter rápida estabilidade financeira', pelos quais se mostraram 'indiferentes'. Concluiu-se que no contexto geral da pesquisa, por meio dos aspectos utilizados como indicadores de satisfação, a instituição apresentou resultados positivos, pois, na maioria dos itens mencionados, o que se esperou por parte dos ingressantes foi alcançado.

**Palavras-Chave:** Expectativas. Ingressantes. Grau de Satisfação. Concluintes. Ciências Contábeis.

### ABSTRACT

*The objective of this study was to analyze the expectations of the newcomers and degree of satisfaction of the graduating students of an Accounting undergraduate course. The methodology used for this research was quantitative, descriptive and survey. Two questionnaires (one for expectations and one for satisfaction level) were used as data collection tools based on Margotto's (2014) research, and were validated by three teachers from the researched area. The population was composed of 106 students enrolled in the Accounting course of a community university in Santa Catarina (49 newcomers and 57 graduate students) and a sample of 81 respondents (40 incoming scholars and 41 graduates) was obtained, representing 76,42% of the population. The data collected were tabulated using Microsoft Excel® software and the data analysis technique used was descriptive statistics. As main results, the participants showed that they have high expectations in most of the aspects that were approached, and in two of them, they showed that they have "very high" expectations. Yet, the concludes showed that are "satisfied" regarding to the items to which they were questioned, except for "performing voluntary work", "conducting scientific research" and "after the course, obtaining quick financial stability" "Indifferent". It was concluded that in the general context of the research, considering the aspects used as indicators of satisfaction, the institution presented positive results because in most of the items mentioned what was expected from the participants was carried out.*

**Keywords:** Expectations. Ingressors. Degree of Satisfaction. Concludes. Accounting.

### Elize Regina Alflen

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).  
E-mail: [elizealflen@holtmail.com](mailto:elizealflen@holtmail.com).

### Ana Paula de Mello

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).  
E-mail: [anacharmosi@hotmail.com.br](mailto:anacharmosi@hotmail.com.br).

### Zilton Bartolomeu Martins

Mestre em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Especialista em Gerência Contábil, Perícia, Auditoria e Controladoria pela Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Docente do curso de Ciências Contábeis na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Contato: Rua João Coan, 400, Universitário, Biguaçu, SC, CEP: 88.161-064.  
E-mail: [ziltonmartins@univali.br](mailto:ziltonmartins@univali.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil acompanhou uma grande mudança no sistema educacional, ocorrida devido aos incentivos governamentais que proporcionaram à população a possibilidade de ingressar em uma instituição de ensino superior (IES) e realizar o sonho de obter uma formação (VENTURINI et al., 2008). Desta forma, houve um considerável crescimento no número de instituições de ensino, e com isso a concorrência exige de cada uma delas qualidade em seus cursos oferecidos, tanto na questão da metodologia de ensino quanto na estrutura física, grade curricular e no corpo docente, refletindo diretamente em sua permanência no mercado (ANTONELLI; COLAUTO; CUNHA, 2012).

Entre os diversos cursos oferecidos, o de Ciências Contábeis também está em constante evolução, uma vez que necessita formar profissionais altamente qualificados e capacitados para atender as mudanças e exigências do mercado de trabalho na área da Contabilidade (VENTURINI et al., 2008). Sendo assim, espera-se que o ingressante busque atingir todas as suas expectativas, pois é notório que o curso de Ciências Contábeis possibilita ao acadêmico obter um conhecimento generalizado, o que permite desempenhar variadas funções nessa profissão (LAGIOIA et al., 2007).

Por outro lado, espera-se que os discentes busquem no aprendizado acadêmico um elevado grau de satisfação, para que tenham um bom desempenho e possam realizar uma avaliação positiva para a instituição. A satisfação é considerada um aspecto muito relevante, em qualquer forma de aprendizado, especialmente na vida acadêmica (SOUZA; REINERT, 2010). Neste sentido, Margotto (2014) ressalta que a satisfação percebida pelo aluno é medida com base em suas expectativas.

Nesse contexto, o presente estudo busca respostas para a seguinte pergunta: **Quais as expectativas dos ingressantes e o grau de satisfação dos concluintes de um curso de graduação em Ciências Contábeis?** O objetivo geral do estudo é analisar as expectativas dos ingressantes e o grau de satisfação dos concluintes de um curso de graduação em Ciências Contábeis.

Com relação à justificativa teórica deste artigo, o estudo realizado por Lagioia et al. (2007) buscou examinar quais eram as expectativas profissionais dos alunos, verificando se foram mantidas ou modificadas no decorrer do curso. Sugerem que este estudo seja aplicado em outras IES para que se possa realizar uma comparação entre os resultados alcançados.

Em outro estudo, feito por Mainardes e Domingues (2009), foi avaliada a satisfação dos alunos das instituições de ensino superior de Joinville (SC). Sendo assim, recomendam replicar sua pesquisa em outras regiões e IES para uma comparação dos resultados, possibilitando refinar a identificação dos atributos que levam à satisfação dos discentes em seus cursos de graduação.

Por fim, Gomes, Dagostini e Cunha (2013) avaliaram os determinantes da satisfação geral dos alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis em uma faculdade no Sudoeste do Paraná, e complementam com a proposta de realizar o estudo em outras regiões do país, buscando aperfeiçoar a graduação em Ciências Contábeis. Ressalta-se que o presente estudo, diferentemente das pesquisas citadas, busca analisar tanto as expectativas dos ingressantes quanto o grau de satisfação dos concluintes, podendo assim comparar os resultados.

A realização deste trabalho justifica-se empiricamente, visto que poderá contribuir de forma significativa para possíveis melhorias no curso de Ciências Contábeis da instituição, na metodologia de ensino, na estrutura física e na escolha de seu corpo docente, buscando sempre atender as necessidades e interesses dos ingressantes objeto deste estudo.

Esta pesquisa contém, além desta introdução, o referencial teórico sobre o tema, os procedimentos metodológicos para a realização do trabalho, a análise dos dados alcançados e, por fim, as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico é apresentado o referencial teórico, abordando conceitos relacionados à evolução do curso de Ciências Contábeis, expectativa discente, satisfação discente e estudos anteriores sobre o tema.

### 2.1 Evolução do Curso de Ciências Contábeis

A evolução da contabilidade no Brasil se iniciou no século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa em 1808, quando Dom João VI determinou que fosse utilizado o sistema de partidas dobradas, a fim de controlar seus bens, uma vez que esse sistema era reconhecido nos países da Europa (BACCI, 2002).

No ano seguinte, por meio do Alvará de 15 de julho, foram criadas as Aulas de Comércio, iniciando no Brasil o ensino comercial. Segundo Romanowski e Pinto (2014) as aulas de comércio permaneceram durante quase um século, com o objetivo de formar os chamados 'guarda livros'. Sua criação não ocorreu de forma pioneira, pois foi constatada a incapacidade dos professores em ministrar as aulas (PELEIAS et al., 2007).

No século XX, diversas instituições contábeis foram fundadas com o objetivo de formar profissionais habilitados a exercerem atividades na área comercial e especialistas em contabilidade (BACCI, 2002). Em 1902, foi fundada a Escola Prática de Comércio, denominada posteriormente de Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, tornando-se uma referência no ensino comercial (PELEIAS et al., 2007).

Também foram instituídos, por meio do Decreto n°. 17.329, de 28 de maio de 1926, os Cursos Profissionalizantes

ou de Ensino Técnico Comercial, com a aprovação do regulamento dos estabelecimentos que ofertavam cursos com formação geral de quatro anos, que forneciam o diploma de Contador, e cursos com formação superior de três anos, que forneciam o título de graduado em Ciências Econômicas (PELEIAS et al., 2007). Os autores supracitados ainda ressaltam que o Decreto n.º. 20.158, de 30 de junho de 1931, reorganizou o ensino comercial e regulamentou a profissão do contador.

Em 22 de setembro de 1945, por meio do Decreto n.º. 7.988, surgiu o Curso Superior em Ciências Contábeis e Atuariais, no qual era concedido o título de Bacharel em Ciências Contábeis àqueles que concluíssem o curso com duração de quatro anos. Em 27 de maio de 1946 foi publicado o Decreto-Lei n.º. 9.295, que determinou a criação dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), destinados a efetuar o registro dos contabilistas e fiscalizar o exercício da profissão entre outras atribuições (BACCI, 2002).

O Curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi desmembrado em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais por meio da Lei n.º. 1.401 de 31 de julho de 1951. Desta forma, os concluintes do curso de Ciências Contábeis passaram a receber o título de Bacharel em Ciências Contábeis, uma vez que os diplomas para ambos os cursos passaram a ser distintos (PELEIAS et al., 2007).

Nos anos seguintes não houve mudanças significativas quanto ao curso, mas um fato influenciou o curso de Ciências Contábeis no Brasil, por meio da Lei n.º. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, quando surgiu o Conselho Federal de Educação (CFE) e foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A referida lei tratou do direito à educação, direito este que é garantido pela Constituição Federal e regulamenta todos os níveis do sistema educacional (PELEIAS et al., 2007). De acordo com os autores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determinou a duração dos cursos superiores e o currículo mínimo exigido nas profissões regulamentadas.

Peleias et al. (2007) relatam que a Lei n.º. 9.394/96 revogou as Leis 4.024/61 e 5.682/71, definindo novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com várias mudanças no ensino superior, entre elas a qualificação docente, regime de tempo integral para os professores, produção intelectual e perfil profissional voltado à cultura regional e nacional.

Por fim, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu por meio da Resolução CFC n.º. 853/99 o Exame de Suficiência em Contabilidade, com o objetivo de comprovar um nível médio de conhecimento para o exercício da profissão. O exame de suficiência foi realizado entre os anos de 2000 a 2004, sendo suspenso em 2005 (BUGARIM et al., 2014).

Desta forma, em 2010, por meio da Lei n.º. 12.249 e da Resolução CFC n.º. 1.301, foi instituída novamente a obrigatoriedade do exame de suficiência, estando agora amparada por lei, permitindo o retorno das avaliações no ano de 2011 (BUGARIM et al., 2014). De acordo com a referida lei, somente poderão exercer a profissão os profissionais que concluírem o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, que tiverem a aprovação no exame de suficiência e o registro no Conselho Regional de Contabilidade.

## 2.2 Expectativa Discente

O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e exigente. A todo momento se escuta o quanto é importante a formação acadêmica para se inserir no mercado de trabalho. Desta forma, é necessário buscar as qualificações oferecidas, gerando conhecimento para que se possa tornar competitivo frente aos desafios acadêmicos e profissionais (FISCHIBORN; JUNG, 2012). Neste sentido, cresce a cada dia a necessidade pela busca do conhecimento por parte da sociedade no contexto social, político e econômico vivido, em que as exigências estão cada vez mais ligadas à educação, tornando-se necessária a formação de profissionais de nível superior (DUARTE, 2013).

Neste cenário, ao ingressar no curso de graduação, os discentes possuem expectativas de terem feito a melhor escolha para a sua carreira universitária e, futuramente, profissional. Estas expectativas são as projeções feitas para o seu futuro profissional e, para alcançá-las, torna-se necessário fazer escolhas, sendo elas o curso de graduação e a instituição de ensino, porque a formação recebida durante o curso de graduação influencia consideravelmente as expectativas e escolhas profissionais, contribuindo para o aperfeiçoamento no processo de ensino-aprendizagem (LAGIOIA et al., 2007).

Nesse contexto, faz-se importante para as IES verificar o perfil do acadêmico, pois por meio deste perfil se tem o melhor conhecimento do aluno, sabendo quais são as expectativas, dificuldades e hábitos. Com estas informações, a preparação profissional superior contempla um conjunto de elementos que formam um profissional mais maduro, com perspectiva geral de diversas áreas levando à escolha do curso pretendido (ROCHA, 2014).

Na concepção de Fischiborn e Jung (2012) o curso de Ciências Contábeis vem crescendo e acompanhando a evolução da sociedade. Com este crescimento, torna-se necessária a formação de mais profissionais capacitados e, conseqüentemente, o surgimento de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Neste sentido, as instituições de ensino são fundamentais na concepção de profissionais habilitados para o mercado de trabalho. Além dos discentes terem as expectativas definidas, é necessário buscar por IES que irão apresentar caminhos para transformar essas perspectivas em realidade, tendo conhecimento necessário e segurança para que possam demonstrar seu potencial por meio do esforço e determinação (VALE; OLIVEIRA; SOUSA, 2016).

Fischiborn e Jung (2012) enfatizam que, ao realizarem uma pesquisa referente às expectativas em relação ao curso de Ciências Contábeis, alunos destacaram como mais importante 'ser um profissional bem-sucedido com remuneração satisfatória', e estão cientes que para o alcance desses dois objetivos é necessário obter conhecimentos específicos por meio da educação continuada, como uma especialização ou um curso de mestrado, não sendo mais suficiente apenas o

conhecimento adquirido no curso de graduação, devido às novas exigências do mercado de trabalho.

Contudo, observa-se que o mercado de trabalho está cada vez mais concorrido e rigoroso em suas exigências, tornando-se competitivo, e as qualificações são cada vez mais essenciais e, por consequência, aumenta a busca pelo ensino superior e pela realização profissional por meio de uma instituição competente que proporcione segurança e motivação, para que a expectativa seja alcançada de maneira condizente entre a distribuição dos recursos e a qualidade do ensino (BIAZUS, 2004).

Na busca constante em ampliar conhecimentos, o acadêmico da área contábil deve sempre desenvolver diversas habilidades e competências necessárias ao exercício da profissão, em que a expectativa é que o curso possibilite o aperfeiçoamento dos conhecimentos obtidos em sala de aula para o local de trabalho e contribua para o crescimento profissional (LAZZAROTTO; GRIZON; SOAVE, 2014).

### 2.3 Satisfação Discente

O bom desempenho de uma instituição de ensino superior e sua permanência no mercado dependem da qualidade dos cursos oferecidos e principalmente da satisfação dos discentes. Conforme ressalta Vale, Oliveira e Sousa (2016), estas duas variáveis são determinantes para traçar o perfil e o desempenho dos futuros profissionais que buscam o mercado de trabalho. Para Gomes, Dagostini e Cunha (2013), a satisfação se torna fundamental para a manutenção do aluno e para proporcionar uma imagem positiva à universidade.

Vieira, Milach e Huppés (2008) compartilham da mesma ideia de que a satisfação dos discentes e a qualidade dos serviços oferecidos são fundamentais para a sobrevivência da instituição, e complementam que a sociedade espera que sejam formados profissionais competentes e qualificados. De acordo com Lagoia et al. (2007), uma vez que as expectativas dos discentes são mantidas ou modificadas, é possível adquirir um perfil de formação do curso nas instituições de ensino superior.

Logo, se faz necessário avaliar o nível de satisfação dos discentes, para identificar possíveis falhas e corrigi-las em busca de melhorias para os serviços prestados, garantindo a satisfação tanto dos discentes como da sociedade (VIEIRA; MILACH; HUPPES, 2008). Gonçalves et al. (2008) mencionam que as expectativas criadas pelos ingressantes se relacionam ao que eles conhecem sobre um determinado curso da universidade e qual avaliação será realizada efetivamente pelos concluintes.

Segundo Vale, Oliveira e Sousa (2016), a satisfação pode ser vista como um resultado da comparação entre a expectativa e seu desempenho real, ou o resultado de um produto e o que se espera dele. Reiteram Mainardes e Domingues (2009) que a satisfação para o discente de ensino superior refere-se à verificação de como o serviço é prestado na universidade e também qual o resultado obtido ao final desse serviço, sendo assim, à medida que os estudos avançam as expectativas e as satisfações diminuem.

De acordo com Lizote et al. (2014), alguns aspectos podem ser utilizados pelas instituições de ensino superior como indicadores de satisfação dos discentes, entre eles, atendimento, comprometimento dos alunos, acessibilidade, conteúdos abordados, capacitação do corpo docente, metodologia, infraestrutura e comunicação, possibilitando a avaliação do desempenho da instituição, em busca de melhorias nos processos de aprendizagem. Desse modo, Gonçalves et al. (2008) observaram o quanto é importante a comunicação entre o corpo discente e docente de uma instituição, pois estimula a troca de ideias com afinidade e afetividade, o que influencia a satisfação dos discentes.

Na opinião de Rodrigues (2015), existem aspectos que influenciam positiva e negativamente a satisfação. Para a autora, os aspectos positivos estão relacionados às amizades em grupos, identificação com o curso, um mercado de trabalho propício, grade curricular estruturada, habilidades e didáticas dos professores e o atendimento às necessidades gerais dos acadêmicos. Em contrapartida, os aspectos que influenciam de forma negativa são a má organização da instituição, corpo docente indisponível para atender a demanda dos acadêmicos e o não atendimento às expectativas dos estudantes. A autora relata que existem também aspectos que não influenciam na satisfação, como atividades extracurriculares e atividades esportivas e sociais.

Na concepção de Mainardes e Domingues (2009), os discentes que estão satisfeitos com os serviços internos e cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior influenciam diretamente e de forma positiva na impressão que possíveis futuros alunos e sociedade têm a seu respeito, ou seja, alunos satisfeitos aumentam a demanda. Porém, os autores enfatizam que a impressão negativa da instituição ocasionará o efeito contrário.

Por fim, Rodrigues et al. (2012) reforçam que a instituição que é comprometida com a qualidade de seus cursos e serviços e preza pela satisfação de seus discentes forma uma parcela dominante no mercado. Os autores complementam o quanto é importante para a instituição conhecer seu aluno, saber quais são suas necessidades, preferências, gostos e anseios, proporcionando a satisfação perante o serviço prestado. Para Venturini et al. (2008), a satisfação é um aspecto primordial que garante ao discente motivação durante sua formação acadêmica, o que interfere diretamente em seu aprendizado e na competência do profissional que será inserido no mercado. Desta forma, entender quais aspectos influenciam na satisfação dos estudantes é de extrema importância para as instituições que almejam qualidade nos serviços prestados.

### 2.4 Estudos Anteriores sobre o Tema

O Quadro 1 abaixo apresenta os autores, objetivos e principais resultados observados em estudos anteriores sobre o tema.

Quadro 1: Autores, Objetivos e Principais resultados sobre o tema

<b>Autores</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Principais Resultados</b>
Lagioia et al. (2007)	Examinar as expectativas dos discentes de Ciências Contábeis quando estes ingressaram na universidade, com vistas a verificar se estas expectativas foram mantidas ou modificadas no decorrer do curso e, ainda, o seu grau de satisfação com o referido curso.	Constatou-se que as três principais expectativas, preferencialmente, foram: prestar concurso público, trabalhar em empresas de terceiros e abrir negócio próprio. Sobre o grau de satisfação, verificou-se que os discentes se mostram satisfeitos.
Gonçalves et al. (2008)	Levantar o nível de expectativa e de satisfação dos alunos de graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras.	Concluiu-se que a partir do momento em que as expectativas sejam supridas e superadas, o ensino elevará cada vez mais seu nível de excelência, visto que, como apresentado neste estudo, expectativas não supridas são possíveis motivos de insatisfação aos alunos inseridos no curso.
Mainardes e Domingues (2009)	Determinar a satisfação dos formandos em administração com o curso realizado nas IES de Joinville, SC.	Os alunos mostraram-se satisfeitos, ressaltando-se que as atitudes do corpo docente e a imagem do curso entre os alunos são os atributos-chave na formação da satisfação dos estudantes.
Antonelli, Colauto e Cunha (2012)	Avaliar o grau de satisfação e expectativa dos estudantes do curso de Ciências Contábeis com relação às competências docentes na UFPR, UFMG e UTFPR.	Para as expectativas, o teste resultou na inexistência de diferença estatística significativa, portanto os discentes das três IES avaliadas possuem em média diferentes satisfações e iguais expectativas. Com relação à diferença de satisfação entre as IES, constatou-se que a UFPR e UFMG não possuem diferença estatística, porém quando estas IES são comparadas à UTFPR, comprovam-se as diferenças.
Fischborn e Jung (2012)	Analisar as expectativas dos alunos para verificar se estão satisfeitos com os procedimentos que o curso tem proporcionado durante o processo de ensino-aprendizagem.	Os resultados mostraram que o processo didático-pedagógico utilizado pelo curso necessita melhorar, principalmente, em relação ao desenvolvimento das habilidades aplicadas à criatividade, ao conhecimento informal, à capacidade de memorização e ao raciocínio quantitativo.
Gomes, Dagostini e Cunha (2013)	Avaliar os determinantes da satisfação geral dos alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis em uma faculdade do Sudoeste do Paraná.	Os resultados apontaram que o modelo pode ser explicado em três dimensões. Uma dimensão pode estar relacionada com a satisfação geral dos estudantes com o curso, a segunda dimensão diz respeito ao envolvimento do professor e a terceira dimensão foi o interesse do aluno em aprender o conteúdo do curso, além da atenção em sala de aula.
Duarte (2013)	Quantificar a satisfação e lealdade dos alunos de licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento do ISEGI NOVA.	Os indicadores com maior peso na formação da qualidade percebida, que é a variável com maior impacto sobre a satisfação do aluno, são qualidade das capacidades e conhecimento dos professores, qualidade dos conteúdos do curso que frequenta e relacionamento dos docentes com os alunos.
Margotto (2014)	Investigar o gap do conhecimento entre o que o corpo docente acha que o aluno espera de uma IES e as reais expectativas do aluno ingressante no ensino superior.	Os resultados demonstraram que, entre as 19 variáveis representativas das expectativas dos alunos, em 13 variáveis os alunos avaliaram melhor que o corpo docente, contra 6 variáveis em que o corpo docente avaliou com maiores médias.
Lizote et al. (2014)	Avaliar as relações entre os constructos envolvimento do professor, interesse do aluno, interação professor-aluno, exigência do curso e organização do curso com a satisfação dos discentes do curso de Ciências Contábeis em duas instituições.	Os resultados obtidos permitem concluir que os constructos envolvimento do professor e interesse do estudante são determinantes da satisfação geral dos alunos.
Borges, Santos e Leal (2014)	Analisar as expectativas e percepções de alunos em curso de graduação em Ciências Contábeis sobre as seguintes características: confiabilidade, cuidado, segurança, empatia e tangibilidade.	Os resultados mostraram que os alunos possuem boas expectativas e percepções sobre a qualidade do curso de Ciências Contábeis referentes aos aspectos analisados. Comparando todas as dimensões de qualidade investigadas (confiabilidade, cuidado, segurança, empatia e tangibilidade) foram significantes ao nível de 5%.
Cole, Shelley e Swartz (2014)	Expandir pesquisas anteriores sobre a satisfação dos alunos com o ensino a distância.	No geral, os alunos classificaram cursos presenciais ou parcialmente à distância como um pouco mais satisfatórios do que cursos totalmente a distância. 'Conveniência' foi o motivo mais citado de satisfação. A 'falta de interação' foi o motivo mais citado de insatisfação.

<b>Autores</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Principais Resultados</b>
Vale, Oliveira e Souza (2016)	Mensurar o grau de satisfação dos discentes em Administração da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) em relação aos seguintes atributos: Mercado de Trabalho, IES, Estrutura da IES e Curso.	Com base nos dados coletados, pode-se inferir que os discentes de Administração da Ufersa estão mais satisfeitos com os atributos: Curso e Mercado de Trabalho, em detrimento dos atributos: IES e Estrutura da IES.
Richartz et al. (2017)	Verificar a satisfação dos alunos de Ciências Contábeis com o curso e com a instituição na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).	A maioria dos alunos está satisfeita com a infraestrutura da universidade e do curso, qualificação e didática do corpo docente. Os aspectos positivos, apontados por unanimidade nas três universidades, são o amplo mercado de trabalho que o curso proporciona e a qualificação do corpo docente. Entre os aspectos negativos apontados, o mais citado é a adequação da grade curricular.
Dando, Abate e Mola (2017)	Explorar a satisfação dos alunos com a universidade e extrair um conjunto de fatores de várias dimensões usadas para medir a satisfação.	A análise dos dados revelou que o nível de satisfação geral dos alunos na universidade é de 40%. Os resultados indicaram maiores níveis de satisfação para ensino-aprendizagem, relacionamento interpessoal e gestão da universidade, com 74,6%, 69,7% e 74,8%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Conforme os estudos apresentados no Quadro 1, percebem-se resultados bastante distintos entre as expectativas dos ingressantes e o grau de satisfação dos concluintes. A seguir, no tópico 3, apresentam-se os procedimentos metodológicos da presente pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é caracterizado quanto à abordagem como pesquisa quantitativa, em função da utilização de técnicas estatísticas; com relação aos objetivos, como uma pesquisa descritiva; e quanto aos procedimentos como uma pesquisa de levantamento.

Foram utilizados como instrumento de coleta de dados dois questionários, sendo o primeiro aplicado para conhecer as expectativas dos ingressantes e o segundo para identificar o grau de satisfação dos concluintes de um curso de graduação em Ciências Contábeis. Estes questionários foram adaptados, baseados na pesquisa de Margotto (2014) e validados por três docentes da área pesquisada, sendo realizado pré-teste com alunos do quarto período, para obter informações referentes ao tempo de preenchimento dos questionários e também identificar possíveis problemas de entendimento com as perguntas. Os questionários possuem questões que abordam informações pessoais (gênero, idade e trabalho/estágio), aspectos acadêmicos e não acadêmicos referentes às expectativas dos ingressantes e à satisfação dos concluintes em relação ao curso estudado.

Os questionários possuem questões fechadas, classificadas como dicotômicas e em escala *Likert* com cinco categorias de respostas, variando de muito baixa a muito alta para as expectativas e muito insatisfeito a muito satisfeito para satisfação, exigindo da população que identificasse em grau de aceitação ou desacordo nas questões abordadas.

A população do presente estudo abrange os discentes dos primeiro, segundo, sétimo e oitavo períodos, matriculados no segundo semestre de 2016, do curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Comunitária localizada no estado de Santa Catarina. Os ingressantes do primeiro e segundo períodos totalizam 49 acadêmicos que responderam perguntas relacionadas às suas expectativas quanto ao curso. No segundo momento da pesquisa, os concluintes do sétimo e oitavo períodos, totalizando 57 acadêmicos, participaram nos questionamentos relacionados ao grau de satisfação em relação ao mesmo curso. Desta forma, a população total deste artigo foi de 106 acadêmicos.

Neste contexto, a amostra se deu pelo número de acadêmicos presentes em sala de aula no período da aplicação do questionário, entre 29 de setembro e 6 de outubro de 2016. Responderam ao primeiro questionário uma amostra de 40 acadêmicos, e ao segundo, 41, totalizando 81 respondentes. Sendo assim, a amostra total correspondeu a 76,42% da população. Os dados coletados foram tabulados por meio do *software Microsoft Excel®* e a técnica de análise de dados utilizada foi a estatística descritiva, com média, desvio-padrão e teste t para amostras independentes. Ressalta-se que, para rodar este teste, utilizou-se o *software IBM SPSS Statistics 22®*, levando-se em consideração um nível de significância de 0,05. Desta forma, na hipótese de nulidade (grau de significância maior que 0,050, as médias são iguais. Já na hipótese alternativa as médias são diferentes (caso o grau de significância seja menor que 0,05).

### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dois questionários foram elaborados com o intuito de atender ao objetivo geral da pesquisa que é analisar as expectativas dos ingressantes e o grau de satisfação dos concluintes de um curso de graduação em Ciências Contábeis, observando se as expectativas se mantiveram ou sofreram alguma modificação ao longo do tempo.

Nas questões fechadas que abordaram as informações pessoais, do total dos respondentes do questionário sobre as expectativas dos ingressantes, 50% são do gênero masculino e 50% do gênero feminino. Quanto a faixa etária, a idade

varia entre 17 e 39 anos, em que a média de idade dos respondentes é de 20 anos, sendo que 23% deles trabalham ou fazem estágio na área do curso que escolheram.

Em relação aos respondentes do questionário sobre o grau de satisfação dos concluintes, 46% são do gênero masculino e 54% do gênero feminino. Quanto a faixa etária, a idade varia entre 20 e 57 anos, em que a média de idade dos respondentes é de 27 anos, sendo que 61% deles trabalham ou fazem estágio na área do curso que escolheram.

Os itens relacionados aos aspectos acadêmicos e não acadêmicos aplicados por meio da escala *Likert* de cinco pontos foram analisados em quatro grupos, sendo eles aspectos relacionados à universidade, aspectos relacionados ao curso, corpo docente e estrutura/instalações. Ainda foram apresentados o desvio-padrão de cada média, em que é possível identificar se as mesmas estão dentro de uma faixa de valores esperados, apresentando a veracidade dos dados e também o teste t para amostras independentes com significância ao nível de 0,05. A seguir, na Tabela 1, são apresentados os itens referentes aos aspectos relacionados à Universidade.

Tabela 1: Aspectos relacionados à Universidade

Aspectos relacionados à Universidade	Expectativa		Satisfação		Teste t para amostras independentes
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão	Significância
Ao apoio da universidade por meio de programas de bolsas e financiamentos.	4,10	0,90	3,95	1,02	0,490
Universidade com forte ligação no mercado de trabalho.	4,25	0,67	3,88	0,95	0,046
A realização de trabalhos voluntários em causas sociais da localidade onde a Universidade está inserida.	3,70	1,02	3,34	0,79	0,081
Sua expectativa geral/satisfação geral sobre a Universidade é:	4,45	0,55	3,95	0,74	0,001

Nota: Significância ao nível de 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos itens ‘ao apoio da universidade por meio de programas de bolsas e financiamentos’ e ‘Universidade com forte ligação no mercado de trabalho’ apresentaram expectativas ‘entre alta e muito alta’ e o grau de satisfação dos concluintes demonstrou uma pequena queda no desempenho (entre indiferente e satisfeito), visto que o primeiro item se torna determinante na decisão de iniciar uma Universidade e na ajuda que os acadêmicos recebem para concluir a graduação, tornando-se um ponto positivo para a instituição. A satisfação alcançada no segundo item pode ser justificada pelo fato de a Universidade preparar profissionais capacitados e com potencial para atender as demandas do mercado de trabalho. Este resultado vai ao encontro do estudo de Gomes, Dagostini e Cunha (2013), que relatam que a satisfação é fundamental para a manutenção do aluno e proporciona uma imagem positiva para a Universidade.

Observa-se que o item que apresentou menor expectativa entre os ingressantes está relacionado ‘à realização de trabalhos voluntários em causas sociais da localidade onde a Universidade está inserida’ com média de 3,70. A expectativa é considerada ‘entre média e alta’, e o grau de satisfação dos concluintes em relação a esse item está no mesmo padrão, ou seja, ‘entre indiferente e satisfeito’, o que precisa ser reavaliado pela instituição no sentido de não obter insatisfações futuras. A prática do trabalho voluntário agrega valores e enriquece os entes envolvidos, formando cidadãos em busca do bem comum e contribuindo para o exercício da cidadania. Estes resultados discordam dos encontrados por Dando, Abate e Mola (2017), que apresentaram médias abaixo de 3.

Em contrapartida, o item que apresentou maior expectativa entre os ingressantes foi ‘a expectativa geral sobre a universidade’, com média de 4,45, atingindo a assertiva ‘entre alta e muito alta’. Porém os concluintes mostraram-se ‘entre indiferentes e satisfeitos’ com a Universidade de forma geral, não atingindo o ponto máximo da satisfação. Estes achados divergem dos encontrados por Richartz et al. (2017).

De acordo com o teste t, as médias que apresentaram diferenças significativas foram somente as relacionadas aos itens ‘universidade com forte ligação no mercado de trabalho’ e ‘sua expectativa/satisfação geral sobre a universidade é’, conforme as médias já indicavam uma satisfação menor que a expectativa. Ressalta-se que somente o último item relacionado à Universidade corrobora os resultados da pesquisa de Margotto (2014). A Tabela 2 a seguir, apresenta os itens referentes aos aspectos relacionados ao curso.

Tabela 2: Aspectos relacionados ao Curso

Aspectos relacionados ao Curso	Expectativa		Satisfação		Teste t para amostras independentes
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão	Significância
Ao grau de exigência do curso.	4,00	0,45	4,34	0,48	0,001
Em conseguir um bom emprego após o curso.	4,28	0,68	3,88	0,81	0,020
As disciplinas do curso estão atualizadas e compatíveis com a realidade social e com a profissão.	4,13	0,69	4,02	0,99	0,597
A realização de pesquisas científicas.	3,65	0,98	3,41	0,84	0,247
Ao acesso às informações acadêmicas do curso por meio de ferramentas on-line.	4,28	0,72	4,20	0,71	0,617
Logo após a conclusão do curso, obter rápida estabilidade financeira.	3,98	0,89	3,32	0,99	0,002
A ampliação das capacidades pessoais com os novos conhecimentos adquiridos.	4,13	0,69	4,02	0,65	0,501
A Universidade proporcionar participação em eventos relacionados ao curso.	4,25	0,84	4,05	0,80	0,274
Após a conclusão do curso de graduação, continuar meus estudos por meio de uma pós-graduação.	3,95	0,93	3,76	0,94	0,355
A correlação da teoria com a prática aplicada no mercado de trabalho.	4,08	0,69	3,76	0,92	0,082
Sua expectativa geral/satisfação geral, com relação ao CURSO é:	4,55	0,60	4,02	0,72	0,001

Nota: Significância ao nível de 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa

No grupo dos aspectos relacionados ao curso, o item que se refere 'ao grau de exigência do curso' apresentou uma expectativa 'alta' (4,00), enquanto o grau de satisfação dos concluintes foi 'entre satisfeito e muito satisfeito' (4,34). Estes resultados corroboram a pesquisa de Margotto (2014), que também observou expectativa e satisfação altas no que diz respeito ao grau de exigência do curso na percepção dos alunos.

Observa-se que o item 'em conseguir um bom emprego após o curso' obteve expectativas 'entre altas e muito altas' dos ingressantes. Já a satisfação dos concluintes apresentou-se 'entre indiferente e satisfeito'. Para Lagioia et al. (2007), o acadêmico obtém um conhecimento generalizado, permitindo-lhe desempenhar variadas funções nessa profissão.

A menor expectativa nesse grupo diz respeito ao item 'a realização de pesquisas científicas', com média de 3,65. Porém, a expectativa dos ingressantes e o nível de satisfação dos concluintes estão no mesmo patamar, sendo 'entre média e alta' e 'indiferente e satisfeito'. Estes resultados divergem de Richartz et al. (2017), que obtiveram índices baixos relacionados a este item.

Resultados semelhantes foram encontrados no item 'logo após a conclusão do curso, obter rápida estabilidade financeira'. No início do curso, normalmente os acadêmicos possuem expectativas altas em obter estabilidade financeira, mas a vivência acadêmica e as experiências com o mercado de trabalho deixam os concluintes mais cautelosos em seus posicionamentos.

O item que apresentou maior expectativa nos ingressantes foi a 'expectativa geral com relação ao Curso', observando-se que o resultado obtido é parecido com as expectativas e satisfações com relação à Universidade. Cabe ressaltar que esse resultado se justifica pelo fato de os ingressantes criarem expectativas em relação ao que eles conhecem sobre o curso e a universidade, enquanto a avaliação será realizada efetivamente pelos concluintes, corroborando Gonçalves et al. (2008), que realizaram as duas pesquisas em outro curso de graduação por acreditar nesta mesma razão. Os resultados demonstraram uma expectativa 'entre alta e muito alta' por parte dos ingressantes e os concluintes relatam estarem 'entre satisfeitos e muito satisfeitos' com o curso de modo geral.

Os demais itens apresentados no grupo 2 obtiveram expectativas 'altas' dos ingressantes. Embora o grau de satisfação dos concluintes tenha se reduzido um pouco, é importante ressaltar que estão satisfeitos, o que se entende que a universidade está comprometida em prestar serviços de qualidade a seus acadêmicos e que os concluintes desejam continuar seus estudos por meio de uma pós-graduação na mesma instituição.

Por fim, é importante comentar sobre 'a correlação da teoria com a prática aplicada no mercado de trabalho', em que as expectativas eram 'entre altas e muito altas' e os concluintes mostraram-se 'entre indiferentes e satisfeitos'. Este resultado corrobora os achados de Margotto (2014), que também observou uma expectativa alta por parte dos alunos.

No que diz respeito ao teste t, os itens que apresentaram diferenças de médias foram 'ao grau de exigência do curso', 'em conseguir um bom emprego após o curso', 'logo após a conclusão do curso, obter rápida estabilidade financeira'

e 'sua expectativa/satisfação geral com relação ao curso é'. Somente o primeiro e último itens com significância é que também apresentaram diferença de médias na pesquisa de Margotto (2014). A seguir, a Tabela 3 apresenta os itens relacionados ao corpo docente.

Tabela 3: Corpo Docente

Corpo Docente	Expectativa		Satisfação		Teste t para amostras independentes
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão	Significância
Ao relacionamento interpessoal entre professores e alunos.	3,93	0,80	3,90	1,00	0,911
Ao domínio do conteúdo ministrado pelos professores.	4,20	0,76	4,22	0,76	0,908
A qualificação profissional dos professores.	4,55	0,60	4,39	0,59	0,228
A capacidade de transmissão do conteúdo por parte dos professores.	4,15	0,70	3,85	0,88	0,098

Nota: Significância ao nível de 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No grupo corpo docente foi possível identificar que os ingressantes apresentaram uma expectativa 'entre alta e muita alta' sobre 'a qualificação profissional dos professores' e os concluintes mostraram-se 'entre satisfeitos e muito satisfeitos' em relação ao mesmo item, apresentando médias 4,55 e 4,39, respectivamente. O item supracitado é considerado relevante para a qualidade do ensino nas instituições, conforme comentado por Antonelli, Colauto e Cunha (2012), que declaram que o forte crescimento de instituições e a quantidade dos cursos oferecidos exigem qualidade na metodologia do ensino e no corpo docente, que são alguns dos fatores que refletem em sua permanência no mercado.

Neste contexto, os respondentes acreditam que os profissionais que fazem parte do corpo docente da instituição também se mostram preparados sobre o item 'domínio do conteúdo ministrado por eles', em que a pesquisa realizada com os ingressantes constatou uma expectativa 'entre alta e muito alta', enquanto os concluintes consideraram-se 'entre satisfeitos e muito satisfeitos', apresentando médias 4,20 e 4,22, respectivamente, refletindo a importância da junção entre a teoria e a prática, fatores que asseguram o domínio do conteúdo e a excelência no processo de transmissão do conhecimento. Estes resultados corroboram Mainardes e Domingues (2009), que também obtiveram resultados acima de 4 neste item.

Quanto ao corpo docente, nenhum item apresentou diferença nas médias. Estes achados corroboram o estudo de Margotto (2014), que também não encontrou significância para estes itens. Na Tabela 4, estão apresentados os itens relacionados à estrutura/instalações.

Tabela 4: Estrutura / Instalações

Estrutura / Instalações	Expectativa		Satisfação		Teste t para amostras independentes
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão	Significância
A estrutura física da Universidade.	3,93	0,83	3,80	0,75	0,490
Aos serviços da Universidade adequados às necessidades dos alunos (acervo da biblioteca, secretaria acadêmica, laboratórios, cantina, entre outros).	3,90	0,78	3,51	1,05	0,046
Aos recursos disponíveis para o planejamento e execução das aulas.	3,95	0,68	3,76	0,83	0,081

Nota: Significância ao nível de 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Tabela 4 destaca elementos que contribuem para uma educação de qualidade e para o bom funcionamento da instituição. No item 'estrutura física da Universidade' os ingressantes e os concluintes alcançaram o mesmo nível de expectativa e satisfação, estando 'entre média e alta' nas expectativas e 'entre indiferente e satisfeito' para o nível de satisfação. Quanto 'aos serviços da Universidade' no que diz respeito ao acervo da biblioteca, secretaria acadêmica, laboratórios de informática, cantina e outros, as expectativas dos ingressantes estão 'entre médias e altas'. Apesar de a média ter se reduzido perante os concluintes, estes se mostraram 'entre indiferentes e satisfeitos'. Na concepção de Biazus (2004), as expectativas dos acadêmicos são altas no que se refere à infraestrutura, sendo um bom sinal de solidez, porém, para deixá-la em alto nível, são necessários investimentos.

Por fim, entre os índices que compõem a Tabela 4, o de maior evidência entre os ingressantes foi ‘recursos disponíveis para a execução das aulas’, uma vez que, por meio das respostas dos acadêmicos, percebeu-se que as salas de aulas e laboratórios de informática colaboram para o aprendizado de qualidade e agilidade no processo, contribuindo para o desempenho do acadêmico. Entretanto, este achado discorda de Mainardes e Domingues (2009), visto que, para este item, os resultados de sua pesquisa apresentaram médias acima de 4.

Em relação à estrutura/instalações, o único item a apresentar significância foi quanto ‘aos serviços da Universidade adequados às necessidades dos alunos’, que, conforme a pesquisa de Margotto (2014), também apresentou diferença entre as médias.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar as expectativas dos ingressantes e o grau de satisfação dos concluintes de um curso de graduação em Ciências Contábeis, possibilitando um retorno para a instituição no sentido de avaliar seus serviços prestados.

De modo geral, os ingressantes demonstraram que possuem expectativas ‘altas’ na maioria dos aspectos que foram abordados, sendo que em dois deles os ingressantes mostraram que possuem expectativas ‘muito altas’, são eles, ‘sua expectativa geral com relação ao curso’ e ‘a qualificação profissional dos professores’. Este resultado indica que a instituição possui uma imagem positiva perante a sociedade, o que é fundamental para sua permanência no mercado.

Já os concluintes demonstraram por meio dessa pesquisa que estão ‘satisfeitos’ em relação aos itens sobre os quais foram questionados, com exceção dos itens ‘a realização de trabalhos voluntários em causas sociais da localidade onde a universidade está inserida’, ‘realização de pesquisas científicas’ e ‘logo após o curso, obter rápida estabilidade financeira’, sobre os quais se mostraram ‘indiferentes’.

Esta avaliação dos concluintes é relevante e contribui de forma significativa com a instituição, pois possibilita identificar possíveis falhas e corrigi-las atendendo as expectativas dos acadêmicos, em busca do nível máximo de excelência do curso. Concluiu-se que no contexto geral da pesquisa, por meio dos aspectos utilizados como indicadores de satisfação, a instituição apresentou resultados positivos, pois na maioria dos itens mencionados o que se esperou por parte dos ingressantes foi alcançado.

Os concluintes do curso de Ciências Contábeis confirmam este resultado, quando questionados “se fosse iniciar uma graduação hoje, você realizaria o mesmo curso”, dos 41 pesquisados, 29 deles responderam que sim, ou seja, 71% da amostra, o que demonstra que a instituição está comprometida em oferecer curso e serviços de qualidade em busca da satisfação dos discentes.

Cabe mencionar uma limitação na presente pesquisa relacionada à população e amostra, uma vez que não foi possível aplicá-la aos mesmos acadêmicos quando ingressantes e, posteriormente, quando concluintes. Desta forma, sugere-se que esse estudo seja aplicado aos ingressantes e quando estiverem concluindo o curso, verificando se suas expectativas foram atendidas, atingindo o nível máximo de satisfação, e assim ser possível comparar as expectativas e nível de satisfação de cada aluno individualmente.

## REFERÊNCIAS

ANTONELLI, R. A.; COLAUTO, R. D.; CUNHA, J. V. A. Expectativa e satisfação dos alunos de Ciências Contábeis com relação às competências docentes. *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, v. 10, n.1, p. 74-91, 2012.

BACCI, J. *Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: Uma contribuição ao registro de sua evolução histórica*. 2002, 175f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado – UniFECAP, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2002.

BIAZUS, C. A. *Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis*. 2004. 203f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BORGES, L. F. M.; SANTOS, C. K. S.; LEAL, E. A. Quality in educational service: Expectations versus performance in the Accounting undergraduate course. *European Scientific Journal*, v. 10, n. 1, p. 100-114, 2014.

BRASIL. Lei nº. 12.249, de 11 de junho de 2010. *Altera os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969*. Disponível em: < <http://www.portalcf.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/lei12249.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

BUGARIM, M. C. C.; RODRIGUES, L. L.; PINHO, J. C. C.; MACHADO, D. Q. Análise histórica dos resultados do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Curitiba, PR, v. 6, n. 1, p. 121-136, 2014.

COLE, M. T.; SHELLEY, D. J.; SWARTZ, L. B. Online instruction, e-learning, and student satisfaction: a three year study. *The international review of research in open and distributed learning*, v. 15, n. 6, p. 111-131, 2014.

DANDO, D. D.; ABATE, G. L.; MOLA, A. A. Factor analysis of academic staff satisfaction in Dire Dawa University, Ethiopia. *Science Journal of Education*, v. 5, n. 2, p. 71-81, 2017.

DUARTE, A. C. C. *A satisfação dos alunos do ensino superior: o caso do ISEGI – NOVA*. 2013. 52f. Dissertação. (Mestrado em Estatística e Gestão de Informação) – Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

FISCHBORN, N. H.; JUNG, C. F. Perfil e expectativas de alunos de Ciências Contábeis e a relação com as demandas do mercado. *Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis*, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2012.

GOMES, G.; DAGOSTINI, L.; CUNHA, P. R. Satisfação dos Estudantes do Curso de Ciências Contábeis: estudo em uma Faculdade do Paraná. *Revista da Faculdade de Administração e Economia*, v. 4, n. 2, p. 102-123, 2013.

GONÇALVES, E. J. V.; RODRIGUES, A. R.; CONCEIÇÃO, T. D.; ROLIM, R. C.; ÁZARA, L. N. Expectativa e satisfação com o curso de graduação: um estudo junto aos estudantes de Administração da Universidade Federal de Lavras. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro/RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

LAGIOIA, U. C. T.; SANTIAGO, H. L. F.; GOMES, R. B.; RIBEIRO FILHO, J. F. Uma investigação sobre as expectativas dos estudantes e o seu grau de satisfação em relação ao Curso de Ciências Contábeis. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 1, n. 8, p. 121-138, 2007.

LAZZAROTTO, M.; GRIZON, C. L.; SOAVE, C. Motivação Sob a Ótica da Teoria da Expectativa: Um Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino Superior Pública. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 4, 2014, Bento Gonçalves/RS. *Anais...* Bento Gonçalves: IFRS, 2014.

LIZOTE, S. A.; VERDINELLI, M. A.; BORBA, J. A.; VALE BRASIL, M. L. A. Satisfação dos Acadêmicos com o Curso de Ciências Contábeis: Um Estudo em Instituições de Ensino Superior Privadas. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 7, n. 3, p. 407-431, 2014.

MAINARDES, E. W.; DOMINGUES, M. J. Satisfação de estudantes formandos em administração de Joinville/SC com o seu curso: estudo multicaso em instituições de ensino superior privadas. *Revista Gestão & Planejamento – G&P*, v. 10, n. 2, p. 281-299, 2009.

MARGOTTO, S. C. *Expectativas dos alunos de ensino superior: uma análise do gap entre a percepção de alunos e professores*. 2014. 88f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas, na área de Marketing) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2014.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 18, p. 19-32, 2007.

RICHARTZ, M. S.; ENSSLIN, S. R.; VALMORBIDA, S. M. I.; CARDOSO, T. L. Satisfação de discentes no curso de Ciências Contábeis em universidades públicas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 12, n. 2, p. 47-62, 2017.

ROCHA, D. C. *Perfil e percepção dos discentes do Curso de Ciências Contábeis Unesc 2014*. 2014. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

RODRIGUES, A. S. S. *Fatores determinantes da satisfação de estudantes em início de curso de Engenharia com a experiência acadêmica*. 2015. 52f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2015.

RODRIGUES, C. M. C.; SANTOS, D. L.; CORSO, K. B.; VIEIRA, K. M.; FALLER, L. P. Satisfação dos discentes do curso noturno de Ciências Contábeis da UFSM: Uma análise comparativa. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, v. 6, n. 1, p. 1-22, 2012.

ROMANOWSKI, L. R.; PINTO, N. B. Os primeiros cursos superiores de Ciências Contábeis no Brasil. *Revista Intersaberes*, v. 9, n. especial, p. 499-515, 2014.

SOUZA, S. A.; REINERT, J. N. Avaliação de um curso de ensino superior através da satisfação/insatisfação discente. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 159-176, 2010.

VALE, A. F. N.; OLIVEIRA, A. M. B.; SOUSA, J. C. Grau de satisfação dos discentes de administração com seu curso e sua IES. *Revista de Administração IMED*, p. 105-115, 2016.

VENTURINI, J.; PEREIRA, B. A. D.; VIEIRA, K. M.; MILACH, F. Satisfação dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UNIFRA: um estudo à luz das equações estruturais. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 2008, São Paulo/SP. *Anais...* São Paulo: USP, 2008.

VIEIRA, K. M.; MILACH, F. T.; HUPPES, D. Equações estruturais aplicadas à satisfação dos alunos: um estudo no curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Santa Maria. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 19, n. 48, p. 65-76, 2008.